

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional

Jaqueline Perozzo Andreazza

**O TRABALHO CONTEMPORÂNEO E OS EFEITOS
DA FLEXIBILIZAÇÃO NO TRABALHO DO SETOR ADMINISTRATIVO**

Porto Alegre

2008

Jaqueline Perozzo Andreazza

**O TRABALHO CONTEMPORÂNEO E OS EFEITOS
DA FLEXIBILIZAÇÃO NO TRABALHO DO SETOR ADMINISTRATIVO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional. Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional.
Instituto de Psicologia.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dra. JAQUELINE TITTONI

Porto Alegre

2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

JAQUELINE PEROZZO ANDREAZZA

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação, **O TRABALHO CONTEMPORÂNEO E OS EFEITOS DA FLEXIBILIZAÇÃO NO TRABALHO DO SETOR ADMINISTRATIVO** como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dissertação defendida e aprovada em 17 de Março de 2008

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Álvaro Roberto Crespo Merlo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dra. Carmem Ligia Iochins Grisci
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dra. Vânia Heredia
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Porto Alegre, Março de 2008.

RESUMO

No contexto da pós-modernidade, o trabalho contemporâneo mantém-se como referência importante pela posição que a sociedade lhe destina no ordenamento moral e social produzindo subjetividades, modos de trabalhar e de organizar a vida. A flexibilização é uma de suas principais características, e a precarização um de seus efeitos mais marcantes. Decorrente, principalmente, dos efeitos da globalização e das novas tecnologias da comunicação e da informação, a flexibilização do trabalho envolve uma série de estratégias implementadas a partir da reestruturação produtiva que visam alterar regulamentações do mercado de trabalho e de relações de trabalho. Esse estudo exploratório, enfatizando aspectos qualitativos, buscou compreender os engendramentos da subjetividade, dos modos de trabalhar e de organizar a vida num contexto de trabalho flexibilizado, analisando os efeitos da flexibilização do trabalho nos modos de trabalhar e na saúde dos trabalhadores administrativos do setor de recursos humanos da indústria metal-mecânica de um pólo desenvolvido na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. A análise das informações produzidas leva em consideração a análise da subjetividade, a partir da concepção foucaultiana. A saúde é entendida a partir de Canguilhem, enquanto possibilidade de enfrentar e superar as infidelidades do meio. Também são importantes as contribuições dejourianas ao pensar a saúde como um exercício de normatividade frente às pressões do trabalho. As análises indicaram uma importância peculiar dada ao trabalho, uma adesão ao discurso do “novo” *management*, bem como traços de resistência-potência que levam esses trabalhadores a se reconhecerem a partir de certas práticas laborais. As entrevistas indicam que a busca constante pelo conhecimento, a exigência de um perfil flexível ditado pelo novo *management*, a aderência a certas práticas e jogos de verdade, a necessidade de estar sempre preparado para o inevitável novo, o assustador fantasma de estar sem um trabalho e a centralidade do trabalho como organizador da vida e da existência são elementos do processo de produção de subjetividade desses trabalhadores. A noção de “colatividade”, analisada a partir da concepção foucaultiana de ética, leva a pensar que nas práticas de dominação não é possível o exercício de liberdade, pois o sujeito fica “colado” a este modo de agenciamento da subjetividade. A flexibilização e a precarização são experimentadas como decorrência natural do mundo do trabalho revelando a aderência ao novo *management* ou mesmo uma estratégia defensiva coletiva para lidar com o sofrimento no trabalho e manter o próprio trabalho.

Palavras-Chave: Flexibilização do Trabalho; Precarização; Recursos Humanos; Saúde; Subjetividade.

ABSTRACT

Within the context of post modernity, contemporaneous work is still an important reference that symbolically produces subjectivities, ways of working and organizing life, because of the position given by the society to determine a moral and social order. Flexibleness is one of its main characteristics, and precariousness is one of its most marking effects. The flexibleness of work involves a range of strategies that are implemented by the productive re-structuring in order to change rules of the working market and of working relationships. A consequence, mainly, of the effects of globalization and of new technologies of communication and information, flexibleness gives new shapes and new contents to work and to working relationships. This exploratory study, emphasizing quality aspects, aimed to understand the effects of subjectivity, of ways of working and of organizing life in a context of flexible work by the analysis of the effects of working flexibleness in working behavior and in health of the administrative workers in human resources department of the metal-mechanic industry of a pole Northeast Rio Grande do Sul, South of Brazil. The analysis of information considers the subjectivity analysis from the Foucault's conception. Health is understood from the point of view of Canguilhem, while possibility of facing and overcoming the infidelity of the environment. The dejourian contributions are also important, once he considers health as an activity of rules facing the pressures of work. Analyses indicate a peculiar importance of work, an adhesion to the new management discourse, as well as traces of resistance-potency that lead these workers to recognize themselves from certain working practices. Interviews indicate the constant seek for knowledge, the demand for a flexible profile according to the new management, the adhesion to certain practices and true games, the need for always being prepared for the inevitable new, the scaring ghost of being unemployed, and the central position of work as a life and existence organizer are all elements of the process of producing subjectivity in these workers. The notion of "adhesiveness", analyzed from the Foucault's conception of ethics, leads us to consider that in domination practices it is not possible to exercise freedom, for the person gets "stick" to this way of managing subjectivity. Flexibleness and precariousness are lived as a natural consequence of working world, and it reveals the adhesion to new management or even to a collective defensive strategy to deal with suffering at work and to maintain their own jobs.

Key words: Flexibleness of Work; Precariousness; Human Resources; Health; Subjectivity.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. PRESSUPOSTOS TEORICO-CONCEITUAIS	18
2.1 Trabalho Contemporâneo: Flexibilização e Precarização	19
2.2 Trabalho, Subjetividade e Saúde	30
3. PROCEDIMENTOS E RECURSOS METODOLOGICOS	45
4. CIDADE, EMPRESAS E TRABALHADORES: ALGUMAS ARTICULAÇÕES	55
4.1 O Trabalho e a Cidade: Histórias Entrelaçadas	55
4.2 Os Trabalhadores Administrativos do Setor de Recursos Humanos	65
4.3 As Empresas e os Trabalhadores Pesquisados	73
5. AS EXPERIÊNCIAS NO CONTEXTO FLEXÍVEL: SUBJETIVIDADES EM PRODUÇÃO	102
5.1 Manter o Próprio Trabalho	104
5.2 “Devolve a Minha Vida”	115
5.3 “Estudar é a Chave da Oportunidade”	120
5.4 A Flexibilidade Fixa	125
5.5 E a Precarização Onde Está?	129
5.6 Saúde	131
5.7 Empresas e Trabalhadores Como Objetos de Consumo	134
5.8 Traço de Potência-Resistência	141
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	147
ANEXO	155
ANEXO A – Estudo Internacional sobre a Qualidade de Vida e de Trabalho ..	156
ANEXO B – Aprovação Comissão de Ética	157
APENDICE	158
APENDICE A – Termo de Consentimento	159

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Faturamento por Câmara Setorial (R\$).....	74
Gráfico 2. Faturamento por Câmara Setorial (R\$) – Anual.....	75
Gráfico 3. Faturamento por Mercado (R\$).....	75
Gráfico 4. Faturamento por Mercado (R\$) – Anual.....	76
Gráfico 5. Evolução do Número de Funcionários.....	76
Gráfico 6. Número de Funcionários por Câmara Setorial.....	77
Gráfico 7. Número de Empresas por Câmara Setorial.....	77
Gráfico 8. Número de Empresas X Número de Funcionários	78
Gráfico 9. Folha de Pagamento Média Real.....	84
Gráfico 10. Produtividade	85
Gráfico 11. Número de Horas Pagas	85
Gráfico 12. Distribuição das Pessoas Ocupadas de 10 ou Mais Por Classes de Rendimento no Trabalho Principal – 2004 – 2006	86
Gráfico 13. Sexo	87
Gráfico 14. Evolução da Distribuição Relativa da População Feminina Ocupada, por Alguns Ramos de Atividade, Segundo as Grandes Regiões – Brasil – Período de 1992/1997.....	89
Gráfico 15. Nível de Escolaridade I	92
Gráfico 16. Nível de Escolaridade II	92
Gráfico 17. Nível de Instrução da População Ocupada Segundo as Grandes Regiões – Brasil – 1997.....	93
Gráfico 18. Nível de Instrução da População Ocupada Segundo o Sexo – Brasil – 1997	94
Gráfico 19. Faixas Etárias I	95
Gráfico 20. Faixas Etárias II	96
Gráfico 21. Número de Filhos	97
Gráfico 22. Responsabilidade pelo Sustento da Unidade Familiar	97
Gráfico 23. Situação de Trabalho	99

Gráfico 24. Profissões I Empresa A	93
Gráfico 25. Profissões II Empresa B.....	100
Gráfico 26. Profissões III Empresa C.....	100
Gráfico 27. Profissões IV Empresa D.....	101
Gráfico 28. Profissões V Empresa E.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Rendimento Médio Real Habitualmente Recebido (a preços de novembro de 2007)	80
Tabela 2. Rendimento Médio Real Habitual da População Ocupada por Região Metropolitana	81
Tabela 3. Região Sul - Composição da Taxa de Crescimento dos Principais Indicadores do Pessoal Ocupado Assalariado e da Folha de Pagamento Real por Seções e Divisão da Indústria – Outubro/2007	82
Tabela 4. Rio Grande do Sul - Composição da Taxa de Crescimento dos Principais Indicadores do Pessoal Ocupado Assalariado e da Folha de Pagamento Real por Seções e Divisão da Indústria – Outubro/2007	83
Tabela 5. Proporção de Contribuintes do Instituto de Previdência em Qualquer Trabalho em Relação à População Ocupada, Segundo as Grandes Regiões e Sexo – Brasil – 1992/1997	90

LISTA DE SIGLAS

ARHSerrana – Associação Serrana de Recursos Humanos
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEMPRE – Cadastro Central de Empresas do IBGE
CBO – Código Brasileiro de Ocupações
CBS – Cadastro Básico de Seleção (IBGE)
FCC – Fundação Carlos Chagas
FEE – Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
ISMA – Índice Social Municipal Ampliado
OMS – Organização Mundial de Saúde
PIB – Produto Interno Bruto
PIMES – Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários
PME – Pesquisa Mensal de Emprego
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
SIMECS – Sindicato das Indústrias Metal-mecânicas de Caxias do Sul
UAB – Universitat Autònoma de Barcelona
UCS – Universidade de Caxias do Sul
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

INTRODUÇÃO

Lo que hoy entendemos por trabajo há sido, a lo largo de la historia humana, um referente para toda suerte de tabúes y proposiciones diversas. Esta ambivalência fundamental que há venido suscitando ha acabado haciendo de él un objeto del deseo y del rechazo más profundos, del miedo a tenerlo y a perdelo, del ânsia por libertarse de él y del horror a quedarse sim él, via de emancipación y alienación, potencial libertador y desumanizador, don y mercancía, fator tranqüilizante y estresante, (...) fuente de benefícios e de malefícios.

Ribas Blanch, 2001.

Vai trabalhar, vagabundo
 Vai trabalhar, criatura
 Deus permite a todo mundo
 Uma loucura
 Passa o domingo em família
 Segunda-feira beleza
 Embarca com alegria
 Na correnteza

Prepara o teu documento
 Carimba o teu coração
 Não perde nem um momento
 Perde a razão
 Pode esquecer a mulata
 Pode esquecer o bilhar
 Pode apertar a gravata
 Vai te enforcar, Vai te entregar,
 Vai te estragar, Vai trabalhar.

Chico Buarque

As idéias expressas nestes fragmentos teórico e artístico ilustram nossas inquietações das quais surgiu nosso desejo de fazer do trabalho, o objeto de nossa investigação. Discutindo a importância e a centralidade da questão do trabalho no mundo contemporâneo, deparamo-nos com diversos elementos importantes, como a sua flexibilização e seus efeitos na subjetividade e na saúde dos trabalhadores, que direta ou indiretamente instigaram este estudo.

O mundo laboral está mudando e, no trabalho contemporâneo, são evidentes os efeitos da globalização e das tecnologias da informação e comunicação. Evidencia-se, também, a forma acelerada dessas mudanças. Observamos um cenário de descontinuidade e de rupturas, acarretado pela grande velocidade com que estas transformações vão se dando. A flexibilização do trabalho é a grande mudança da sociedade capitalista (RIBAS BLANCH, 2003), dando novas formas e conteúdos ao trabalho e às relações de trabalho.

Robert Castel (2005) apresenta como "sociedade salarial"¹ a configuração social onde as relações de trabalho são caracterizadas por meio de contratos formais. Os sindicatos tendiam a ser fortes e a defender o emprego e os interesses dos seus associados. Quanto mais tempo o trabalhador ficasse em uma empresa, maiores eram suas chances de 'fazer carreira' e menor a possibilidade de ser rompido o vínculo trabalhista. O perfil do trabalhador era constituído por indivíduos do sexo masculino, de baixa ou média escolaridade, formado 'no chão de fábrica', que trabalhava nas indústrias, diretamente nas linhas de produção.

Essa configuração "salarial" do trabalho tem sido fortemente tensionada no contexto flexível e global do trabalho contemporâneo. Os tensionamentos são evidenciados nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1997; 2006; 2007) e da Fundação Carlos Chagas². Os dados de pesquisas realizadas por essas instituições mostram que o trabalho na indústria já

¹ Uma forma de configuração do trabalho onde "o proletário é o elo essencial no processo de industrialização e o estatuto da condição de assalariado caracteriza-se enquanto suporte de identidade social e de integração comunitária". É uma sociedade produtora de bens onde "o salário deixa de ser a retribuição pontual de uma tarefa, mas assegura direitos, dá acesso a subvenções extratrabalho (doenças, aposentadoria, acidentes) e permite uma participação ampliada na vida social: consumo, habitação, instrução e lazer". (CASTEL, 2005, p.415-436). tem sido fortemente tensionado no contexto flexível e global do trabalho contemporâneo.

² Gráficos disponibilizados no desenvolvimento da dissertação sobre escolaridade, rendimentos, crescimento regional e trabalhadores assegurados no INSS. O trabalho feminino no Brasil foi pesquisado no site da Fundação Carlos Chagas e a situação da Cidade de Caxias do Sul foi avaliada segundo dados colhidos no site do IBGE. www.ibge.org.br Último acesso em 07 de janeiro de 2008.

não é a forma de trabalhar mais dominante; o trabalhador está mais escolarizado; as mulheres estão cada vez mais inseridas no mercado de trabalho; a garantia do emprego diminui fortemente; os trabalhadores têm menos interesse pela associação junto aos sindicatos; e o risco do desemprego é maior, conforme mostraremos ao longo deste estudo.

Além disso, existem novas formas contratuais de trabalho e um aumento nas modalidades de emprego diferenciadas, tais como os de tempo parcial, trabalho em horários flexíveis, teletrabalho, empresas de trabalho temporário, microempresas, além do aumento da informalidade e do desemprego. Como afirma Sennett (1999), a instabilidade pretende ser normal.

Esses fatores estão associados às mudanças na economia global, cujo padrão de acumulação fordista³, caracterizado basicamente pela rigidez do trabalho, da base tecnológica e dos mercados, mostra-se incapaz de promover aumentos de produtividade do trabalho e de lucratividade para as empresas. Nesse sentido, emerge uma nova forma de acumulação denominada de flexível⁴ e com ela novas formas de experimentar as tecnologias, os processos produtivos e de trabalho, os mercados, a informação, as novas formas de uso e de gestão da força de trabalho (como, por exemplo, o trabalho em equipe, círculos de controle de qualidade, ênfase na cooperação, multifuncionalidade e polivalência).

³ Caracterizado basicamente pela rigidez do trabalho (radical separação entre concepção e execução), da base tecnológica (esteira) e dos mercados (consumo em massa e crescimento estável da demanda, produção de produtos padronizados) (HARVEY, 2006). A lógica taylorista-fordista é caracterizada pela intensificação do trabalho, através de sua organização científica (estudo de tempos e movimentos na execução de uma tarefa), tendo como objetivo eliminar os movimentos inúteis (poros), através da utilização de instrumentos de trabalho adaptados à tarefa ou na lógica de acumulação fordista, caracterizada como uma estratégia da organização do trabalho, que envolve a mecanização, o uso de máquinas e ferramentas especializadas, a linha de montagem e de esteira rolante e a crescente divisão do trabalho (LARANJEIRA, 2002).

⁴ A noção de acumulação flexível foi adotada a partir dos anos oitenta, para identificar os modos de organização do trabalho sustentados pelo uso da força de trabalho polivalente, ágil, multifuncional com fins de dar consistência a esse modelo que se baseia na economia de escopo, sustentada na demanda. (LARANJEIRA, 2002).

As novas formas de produção são difundidas e implementadas num contexto de intensificação da inovação tecnológica e da competição global (LARANJEIRA, 2002) e, embora haja um intenso debate sobre a ruptura ou não com o modelo fordista do ponto de vista de certos princípios básicos, como, por exemplo, a concepção e execução do trabalho, o capitalismo pós-fordista ainda é um capitalismo impulsionado pelo motor do processo de acumulação (KUMAR, 1997). A reestruturação, implícita no modelo de acumulação flexível, tem a intenção de fortalecer e não de enfraquecer o capitalismo.

O trabalho aparece, então, como condição principal de integração social, mas também aparecem sua precarização, escassez e informalização. Esse é o cenário de onde emergiu nosso questionamento sobre a precarização do trabalho reestruturado e as formas flexibilizadas das relações de trabalho.

As problematizações propostas neste estudo buscaram articular os modos como se constituem as atuais formas de precarização do trabalho e como o trabalhador experimenta sua condição de trabalhador nas experiências de vida e de trabalho. Gostaríamos de pensar como esse sujeito produz-se em certos jogos de verdade, a partir de certas relações de poder que o leva a constituir-se como sujeito.

Para tanto, enfocamos o modo pelo qual esses trabalhadores são levados a experimentar as práticas e o regime de verdades sobre o trabalho no qual se encontram inseridos, tomando a noção de experiência⁵, tal como Foucault refere em seu texto sobre O Uso dos Prazeres, ou seja, o modo como os indivíduos são levados a reconhecerem-se como sujeitos e, no caso deste estudo, como sujeitos do trabalho e de uma certa empregabilidade. A experiência é entendida, assim, como

⁵ Articulado ao conceito de subjetividade que Foucault entende como a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo num jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo. Revel, 2005 e pressupostos teóricos dessa dissertação.

uma articulação e uma correlação entre os campos de saber, as práticas e as formas de subjetivação em determinados contextos culturais.

Os efeitos desse capitalismo global e informacional operam, assim, uma nova plasticidade subjetiva. Como se produz esse trabalhador do trabalho flexível e reestruturado? Essas novas formas de produção demandam um novo perfil de trabalhador: mais qualificado, flexível, comprometido, colaborador, polivalente, potencialmente apto no desenvolvimento de diferentes habilidades e competências. A globalização afeta não apenas a produção de mercadorias, num plano estritamente econômico, mas também a própria produção de subjetividade na medida em que engendra novas formas de organização de vida (SILVA, 2005). Silva (2005) toma o pensamento foucaultiano como referência para indicar que o sujeito se constitui a partir de relações de poder e de uma historicidade, sendo a subjetividade mais de ordem da experiência do indivíduo consigo e com o mundo, e a subjetivação, um processo que diz respeito a um coletivo, a uma política, a um modo de produção.

Há, portanto, um engendramento da subjetividade com as transformações e flexibilidades do trabalho, conforme indicam vários estudos na área da subjetividade e do trabalho (DEJOURS, 1991, 1994, 2005; NARDI, 2005, 2006; NARDI, TITTONI; 2006, TITTONI, 2002, 2004, 2006, 2007; entre outros). Esse engendramento também nos faz pensar essas implicações, articulações e possibilidades no campo da saúde. Entendemos o conceito de saúde tomando Canguilhem (2006) como referência. Na perspectiva desse autor, saúde não é a ausência de doença, mas uma margem de tolerância às infidelidades do meio, como flexibilidades diante das normas onde o sujeito pode ser, ele mesmo, normativo. Ele enfatiza que o normal é viver num meio em que flutuações e novos acontecimentos

são possíveis e, que a doença não é uma variação da dimensão da saúde. Para Canguilhem (2006, p. 159), estar em boa saúde é poder cair doente e se recuperar. (...) A vida não reconhece as categorias de saúde e doença, a não ser no plano da experiência. Assim, a saúde seria poder instaurar uma nova ordem e uma maneira de abordar a existência com uma sensação não apenas de possuidor ou portador, mas também, se necessário, de criador de valor, de instaurador de normas vitais. (IBIDEM, p. 163). “O normal é viver em um meio em que flutuações e novos acontecimentos são possíveis”. (CANGUILHEM in CAPONI, 1997, p. 292).

Ao delimitarmos o que entendemos por saúde, Dejours (1994) também nos auxilia com sua contribuição, referindo que o sofrimento é inevitável e ubíquo no trabalho, entendendo esse sofrimento como compatível com a normalidade e com a salvaguarda do equilíbrio psíquico que implica toda uma série de procedimentos de regulação.

Na perspectiva de Tittoni (2004, p. 76), “pode-se pensar a saúde como um processo em que a determinação e a insubordinação jogam jogos de poder, produzindo agenciamentos que ora indicam possibilidades de invenção, ora podem amarrar, coagir, interditar”. Assim, neste estudo, as noções de subjetividade, modos de subjetivação e de saúde foram analisados no contexto da flexibilização e da precarização do trabalho, e das relações de trabalho da globalização e da acelerada propagação das tecnologias da informação e comunicação que lhe dão novas formas e significados.

Este estudo realizou-se junto aos trabalhadores da indústria metal-mecânica do município de Caxias do Sul, região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, locados no setor administrativo de recursos humanos, e buscou analisar dados que evidenciassem como esses trabalhadores constroem seus modos de

trabalhar e, verificar quais os efeitos desses nos modos de produzir, de viver e de organizar a vida.

Várias questões originaram-se dessas problematizações, dentre elas, por que o trabalhador se submete às condições de precarização do trabalho? Quais são as práticas de si implicadas? Como esses sujeitos do trabalho experenciam o conjunto de regras que define a questão sociolaboral atual? Que práticas sustentam essa subjetivação? Quais as possibilidades de exercício da liberdade? Quais os pontos de fuga que permitem o exercício da potência-resistência?

Dessa forma, este estudo inscreve-se na temática do trabalho contemporâneo e da produção de subjetividade, enfocando os efeitos da flexibilização e da precarização nos modos de trabalhar. A partir das questões propostas, definimos nosso objetivo geral de ***analisar alguns dos efeitos da flexibilização do trabalho nos modos de trabalhar e na saúde dos trabalhadores administrativos do setor de recursos humanos da indústria metal-mecânica***. Os objetivos específicos, que norteiam nossa investigação podem ser assim definidos:

- Identificar alguns efeitos da flexibilização do trabalho nos modos de trabalhar e na saúde dos trabalhadores administrativos do setor de recursos humanos.
- Fazer um levantamento dos sentidos que os trabalhadores da área de recursos humanos atribuem à flexibilização do trabalho e aos efeitos da flexibilização que eles identificam nos seus modos de trabalhar e na sua saúde.

2. PRESSUPOSTOS TEORICO-CONCEITUAIS

Os temas emergentes, neste estudo, são o trabalho contemporâneo, a subjetividade e a saúde. Vários autores nos acompanharam no percurso de definição e análise sendo que suas contribuições foram imprescindíveis e absolutamente válidas. Ao lê-los e estudá-los, tivemos a sensação, não apenas do rigor da produção do conhecimento, mas da construção de um saber que nos transformou profundamente: eles nos emprestaram o gosto pela pesquisa.

2.1. TRABALHO CONTEMPORÂNEO: FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

No limiar do século XXI, o trabalho permanece como referência dominante não somente economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente, fato que se comprova pelas reações daqueles que não o têm (CASTEL, 2005, P. 514).

O modelo de sociedade característico do século XX, construído em torno do trabalho, é o da sociedade salarial industrial (CASTEL, 2005) como uma sociedade produtora de bens. As características principais da sociedade industrial são o trabalho mecanizado nas fábricas, o trabalho assalariado, o sistema capitalista de produção, a racionalidade econômica que regula as relações Capital e Trabalho, muitas vezes por meio da mediação do Estado e buscando regulações coletivas - e a conversão do trabalho no centro da cultura como pilar fundamental da ordem social e valor de troca por excelência dentro desta economia de mercado. (RIBAS BLANCH, 2003).

A partir da crise do modelo de acumulação fordista e a reestruturação do capitalismo que repercutem especialmente sobre o trabalho e as relações de trabalho, descortina-se um período de mudanças aceleradas que caracterizam essa fase de transição para um novo modelo de acumulação flexível do capital.

O sistema social (KUMAR, 1997) continua capitalista, mas o capitalismo atual é global e está estruturado em uma rede de fluxos financeiros. A sociedade da informação, termo introduzido por Daniel Bell em 1973, é produtora de conhecimento e informação. O conhecimento não só determina a inovação técnica e o crescimento econômico, mas está se tornando rapidamente a atividade-chave da economia, mudando a própria fonte da criação de riquezas e os fatores determinantes da produção. O conhecimento e a informação tornam a sociedade não mais uma produtora de bens, mas uma economia de serviços.

Uma importante mudança da acumulação flexível é a flexibilização. Decorrente dos efeitos da globalização e da tecnologia da informação, a flexibilização dá novas formas e conteúdos ao trabalho e às relações de trabalho.

A noção de flexibilização do trabalho que serve como referência nesse estudo constrói-se através das noções de reestruturação produtiva, globalização, precarização do trabalho e as novas formas de contratação e gestão das relações do trabalho. Segundo Holzmann e Piccinini (2006, p. 131-133), entende-se por flexibilização “o conjunto de processos e de medidas que visam alterar as regulamentações concernentes ao mercado de trabalho e às relações de trabalho” contrapondo-se às proteções e garantias obtidas na “sociedade salarial” (Castel, 2005) na qual a condição de assalariamento caracterizava-se pelos contratos de trabalho por prazo indeterminado, jornada de trabalho definida, empregos de longa permanência numa empresa e benefícios assegurados decorrentes do vínculo

empregatício. Para fazer frente às perturbações econômicas globais e a crise de acumulação, atualmente, as flexibilidades do trabalho referem-se à ênfase nas novas tecnologias da informação e comunicação; polivalência da mão-de-obra e de formações que estão cada vez mais amplas, tanto as de âmbito geral quanto às de âmbito técnico; mudanças na legislação que rege os contratos de trabalho e duração da jornada de trabalho, aceitando programas de banco de horas ou trabalhos em turnos; mudanças jurídicas que alteram as regras legais de contratação, uso da mão-de-obra e as relativas aos ajustes de remuneração; deslocamentos de atividades-meio ou dos quadros funcionais através de terceirizações ou subcontratações. Entendemos, ainda, que essas práticas podem levar a diferentes graus de precarização das condições de vida e de trabalho.

A globalização refere-se ao crescente processo de internacionalização da economia nas últimas décadas (nas quais tem aumentado o fluxo de bens, serviços e tecnologia) que pressupõe uma crescente interdependência entre as economias nacionais. Para Ribas Blanch (2003), trata-se não somente de uma troca econômica em relação às etapas precedentes do capitalismo, mas também de uma troca qualitativa com significado político, pois debilita o papel das instituições e dos atores sociais e comporta uma crescente liberalização das forças de mercado e a perda do poder regulador do Estado-Nação.

A reestruturação produtiva e industrial consiste em um processo que compatibiliza mudanças institucionais e organizacionais nas relações de produção e de trabalho, bem como redefinição de papéis dos estados nacionais e das instituições financeiras (MIRANDA, 1993, apud BAUMGARTEN, 2002, p.237) visando a atender às necessidades de garantia de lucratividade e sendo as tecnologias informatizadas um elemento fundamental nesse processo. Esta

reestruturação do trabalho também foi caracterizada como “acumulação flexível” (HARVEY, 2006), na qual a flexibilidade e a polivalência são elementos condicionantes desse padrão de produção, buscando romper, também, com o modelo fordista que caracterizava a força de trabalho pela sua especialidade, devido à linearidade de seu sistema. A rigidez do fordismo é substituída pela idéia de flexibilidade e pela polivalência que o trabalhador deve desempenhar no uso de suas funções.

No Brasil pode-se observar a coexistência de diferentes estratégias tecnológicas. Alguns de seus efeitos já podem ser observados nas informações do Ministério da Saúde (2001, p.19-22).

...a adoção de novas tecnologias e métodos gerenciais facilita a intensificação do trabalho que aliada à instabilidade no emprego, modifica o perfil de adoecimento e sofrimento dos trabalhadores, expressando-se entre outros [...]; o surgimento de novas formas de adoecimento mal caracterizados, como estresse e fadiga física e mental e outras manifestações de sofrimento relacionadas ao trabalho. [...] O processo de reestruturação produtiva, em curso acelerado no país a partir da década de 90, tem conseqüências, ainda pouco conhecidas, sobre a saúde do trabalhador, decorrentes da adoção de novas tecnologias, de métodos gerenciais e precarização das relações de trabalho. [...] Práticas de intensificação do trabalho e/ou aumento da jornada de trabalho, com acúmulo de funções, maior exposição a fatores de riscos para a saúde, rebaixamento dos níveis salariais e aumento da instabilidade no emprego [...] caracterizam a precarização do trabalho, a deteriorização das condições de saúde, os trabalhos temporários e a informalização do trabalho.

Ainda que estas informações indiquem mudanças importantes no trabalho, cabe lembrar que no que se refere à realidade brasileira, esse processo de transformações não ocorreu de modo uniforme: o fordismo, a reestruturação produtiva e a sociedade salarial ou do pleno emprego não foram uniformes e completamente implementados, embora seus efeitos possam ser sentidos. Reiterando o que afirma Merlo (2003), o que encontramos, nos ambientes de trabalho brasileiros, é uma combinação de propostas de gestão do processo produtivo oriundas dos modelos "tradicionais" (taylorista/fordista) com novas formas

de gestão ditas "japonizadas". O autor denomina essas combinações de "modelo frankenstein", em que se podem encontrar, lado a lado, linhas de montagem e esteiras de produção convivendo com programas de qualidade total ou células de produção (MERLO, 2003, p.34).

O processo de reestruturação do trabalho criou uma série de demandas que provocaram várias transformações nas formas de organização do trabalho, tais como: a necessidade de um novo "modelo" de trabalhador, capaz de lidar com tecnologias e processos mais flexíveis; as novas formas de gestão que enfocam as subjetividades; a transformação da condição de trabalhador para a de colaborador, redefinindo as relações de solidariedade operária através da individualização dos salários; e a transformação das relações entre os pares em uma relação entre clientes. (TITTONI, 2006, p. 277).

No limiar do século XXI, vivemos um mundo de imaterialidade em que o capital pretende prescindir do trabalho para se reproduzir no mega mercado global (SILVA, 2005). Aumenta a importância da informação, do trabalho imaterial, em contraposição ao conceito convencional de trabalho, centrado na idéia de transformação da natureza (LIEDKE, 2002).

O final do século fez desaparecer postos de trabalho em grandes proporções e, paralelamente, caracteriza-se pelos contratos de trabalho não regulamentados, pelo contrato de trabalho por tempo parcial, pelo emprego por tempo determinado, pela subcontratação e pelas formas não assalariadas de inserção, ou seja, as chamadas economias informais que englobam o trabalho autônomo ou por conta própria e a organização familiar do trabalho, por exemplo. No contexto da acumulação flexível (HARVEY, 2006), são cada vez mais comuns modalidades diferenciadas de emprego, tais como as de jornadas flexíveis,

terceirizações, teletrabalho, trabalho temporário, além do aumento da informalidade e do desemprego.

Estas transformações do trabalho também produzem efeitos nos modos como o trabalho se inscreve nos contextos sociais mais amplos. O lugar do trabalho na sociedade vem sendo questionado, re-significado, criticado e problematizado. O trabalho mantém-se, como um dos vetores importantes na organização das sociedades, nas relações sociais entre indivíduos e grupos, reconfigurando relações de poder e multiplicando desigualdades sociais. A análise das novas formas de trabalho desencadeiam reflexões a respeito da própria situação sócio-econômica e da configuração social.

Várias abordagens buscam interpretar os fenômenos emergentes no mundo do trabalho e suas implicações sociais, seja anunciando o fim do trabalho assalariado, seja reforçando sua centralidade apesar das mudanças que se descortinam em torno dele (BAUMAN, 1999, 2000; CASTEL, 2005; CASTELLS, 1999; GORZ, 1987; MÉDA, 1998; OFFE, 1994; RIBAS BLANCH, 2003;).

A sociedade salarial (CASTEL, 2005) é caracterizada como aquela organizada em torno de uma economia de mercado, que compra e vende trabalho-mercadoria, e é regulada por um direito do trabalho, que estabelece as regras do jogo e das relações laborais entre capital e trabalho, tendo em seu bojo um Estado de Bem-Estar Social construído na democracia burguesa. Dessa forma, o mundo parece regido por uma racionalidade natural, compreensível cientificamente, controlável tecnicamente e manejável econômica, social e politicamente, a serviço de interesses humanos individuais e coletivos, privados ou públicos. (RIBAS BLANCH, 2003, p.22-23). O ser humano que habita esse mundo laboral é individual, racional, livre e autônomo, que atua numa perspectiva histórica linear e progressiva,

num mundo concebido como previsível, controlável e confortável. Quando analisamos a noção de acumulação flexível (HARVEY, 2006), caracterizamos um paradigma no qual se produzem serviços permeados pela noção de trabalho imaterial (LAZZARATTO e NEGRI, 2001) e, no qual se produz uma nova relação produção/consumo que se dá na interface de uma relação de serviços. A partir da crise de acumulação fordista, emerge esse paradigma no qual a economia é sustentada na demanda e, por isso, trabalhar na indústria já não é mais a forma de trabalho mais dominante, o trabalhador está mais escolarizado e as mulheres estão cada vez mais inseridas no mercado de trabalho, a garantia do emprego diminui fortemente, os trabalhadores têm menos interesse pela associação junto aos sindicatos e o risco do desemprego é maior. Além disso, caracteriza-se pelas novas formas de produção associadas à internacionalização e à competição globais e às tecnologias da informação e comunicação em que à flexibilização do trabalho lhe dá novas formas contratuais e novos conteúdos. Do mesmo modo que emergem as novas formas de experimentar a tecnologia surgem novas formas de uso e gestão da força de trabalho como a polivalência do trabalhador e o trabalho em equipe.

Ao examinar as transformações no trabalho contemporâneo, Castel (2005), que, a nosso ver, contribui com a abordagem que melhor consegue apreender o momento atual, toma por base essa situação precedente da sociedade salarial. Analisando o contexto atual da internacionalização do mercado, Castel (2005, p. 598) identifica que o trabalho vem sendo alvo de dois tipos de redução de custos face aos requisitos da flexibilização: minimizar o preço da força de trabalho e maximizar sua eficácia produtiva. Os desdobramentos dessa dinâmica da modernização incidem sobre a problemática do emprego através de três manifestações principais. A primeira é o desemprego; a segunda é a precarização

do trabalho e a individualização, em que o desemprego é a manifestação mais visível e a precarização do trabalho, a característica mais importante. A terceira, nessa metamorfose da questão social, a individualização dos comportamentos no trabalho, acarretada pelos imperativos da flexibilidade, é bastante diversa das regulações coletivas da organização fordista. (CASTEL, 2005, p. 598). Para o autor, a precarização do trabalho é vista, então, como um processo central, decorrente das exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo. (CASTEL, 2005, p. 593).

Para Castel, a “nova” questão social remete ao problema da integração social, a questões vinculadas à precariedade, à vulnerabilidade, à exclusão em referência a situações de trabalho. O autor acredita que é a sociedade salarial que está sendo desestabilizada e que o fenômeno a ser perscrutado é o da instabilidade das situações de trabalho, que, com seus desdobramentos, constitui essa nova questão social que traz à tona o frágil equilíbrio e o risco de queda em que permanecem os que se encontram nas zonas de integração caracterizadas pelo trabalho estável. (CASTEL, 2005). A “nova” questão social encontra-se associada à problematização da função integradora do trabalho na sociedade e, por isso, não basta apenas considerar os que têm sido diretamente atingidos pelo desemprego ou por formas de precarização do trabalho, mas o conjunto da sociedade, pois, através das mutações no trabalho, está sendo posta em discussão a própria natureza dos laços e vínculos que constituem o centro das relações sociais e salariais.

Castells, autor de *A Sociedade em Rede* (1999), também situa o trabalho no cerne da estrutura social, mesmo que em torno de uma emergente empresa em rede. Considera que estamos vivendo um período de transição, no qual o novo modelo de mercado de trabalho, paradoxalmente, remete à integração

simultânea do processo de trabalho e à desintegração da força de trabalho (CASTELLS, 1999, p. 261). Em seu modelo de análise, a palavra-chave é a flexibilização, e alerta para duas transformações fundamentais, introduzidas pela reestruturação do trabalho e possibilitadas pela tecnologia da informação e pela concorrência global: a individualização do trabalho no processo de trabalho e a fragmentação das sociedades que tendem a polarizar-se. Isso representaria o reverso da tendência histórica de assalariamento do trabalho e da socialização da produção, predominante na era industrial, e expõe os trabalhadores a uma grande vulnerabilidade frente à empresa e à deterioração generalizada de suas condições de trabalho e de vida.

Esses autores alertam para a ameaça de fratura social (CASTEL, 2005) e para a polarização da sociedade (CASTELLS, 1999). Destacam, ainda, os efeitos nocivos sobre o trabalho que tem acompanhado os processos de reestruturação produtiva e de adoção de políticas de cunho neoliberal, embora pensem a centralidade do trabalho como elemento de organização da sociedade, de integração social e de laço social.

Outros autores como André Gorz (1987) e Claus Offe (1994) apontam, já na década de 80, para o fim do trabalho e da sociedade do trabalho, mencionando a diminuição do papel atribuído à classe trabalhadora, e a perda de centralidade do trabalho na formação das identidades e subjetividades dos trabalhadores. Enfatizam, contudo, que o que se visualiza são as formas crescentes de trabalho atípicas, desemprego e informalização, o que faz pensar que a precarização das relações de trabalho expressa melhor as condições atuais de trabalho e a ampliação das vulnerabilidades no mundo laboral.

Descortina-se assim uma emergente tipologia do trabalho que, ao mesmo tempo em que designa um papel central ao trabalho, também determina lugar para sua precarização, flexibilização, escassez e informalização. Essa configuração paradoxal ou mesmo antagônica sugere mais rupturas do que continuidades, ou seja, sua problematização está voltada para a dissolução do trabalho assalariado e do aumento do desemprego.

O trabalho assume vários significados ao longo da história. Segundo Gorz (1987), o trabalho, como o conhecemos hoje, é uma invenção da modernidade. Neste sentido, é relevante destacar como o trabalho vai associando-se à noção de emprego. No entanto, identificar trabalho ao que habitualmente se entende por emprego seria simplificar toda uma questão social.

Para Merlo (2003), o trabalho continua a inscrever-se como um dos dispositivos centrais na constituição de modos de existência e subjetivação. Também aumenta a importância da informação, do trabalho imaterial, em contraposição ao conceito convencional de trabalho, centrado na idéia de transformação da natureza, bem como da noção de trabalho do materialismo histórico, pois aparecem certas formas precárias de ocupação da força de trabalho. (LIEDKE, 2002).

Neste sentido, o termo precarização tem sido empregado em referência a uma diversidade de situações laborais atípicas que se tornaram expressivas nos anos 90 como reflexo da crise do sistema econômico. Essas formas de inserção ocupacional apresentam a característica de não serem regidas por contrato de trabalho assalariado típico, e as condições de trabalho tendem a um padrão inferior. (GALEAZZI, 2002). A precarização do trabalho implica a ausência ou redução de direitos e garantias do trabalho bem como a precariedade da qualidade no exercício

da atividade. A precarização é, portanto, também uma construção de nosso tempo que toma corpo já no contexto que Castel (2005) denomina de sociedade salarial, a qual conferiu ao regime de trabalho assalariado um padrão de qualidade que o tornou desejável na sociedade dita industrial. No entanto, esse padrão passa a enfrentar problemas frente às baixas taxas de crescimento, elevação das taxas de inflação e das taxas de desemprego.

A precarização é uma noção básica para a análise do trabalho contemporâneo. Esse processo de precarização caracteriza-se pelos contratos de trabalho não regulamentados, pelo contrato de trabalho por tempo parcial, pelo emprego por tempo determinado, pela subcontratação e pelas formas não assalariadas de inserção, a chamada economia informal, como o trabalho autônomo ou por conta própria, a organização familiar do trabalho, a micro unidade econômica.

A Precariedade caracteriza uma situação laboral na qual podemos distinguir quatro dimensões (AGULLÓ, 2001):

1. a descontinuidade do trabalho (duração curta e risco de perda elevado, arbitrariedade empresarial e incerteza e temporalidade como norma, etc.);
2. a incapacidade de controle sobre o trabalho, deficiente ou nula capacidade de negociação ante o mercado laboral (tanto individual como coletivamente), dependência, disponibilidade permanente e abusiva, submissão, etc.;
3. a falta de proteção do trabalhador (péssimas condições laborais, sem direito à seguridade social, sem cobertura médico-assistencial, alta discriminação, elevado índice de rotatividade, exploração, segregação, etc.);
4. a baixa remuneração do trabalhador (salários ínfimos, nenhuma promoção nem desenvolvimento, formação escassa ou nula, etc.).

A noção de trabalho imaterial pode ampliar estas análises sobre a precarização na medida em que pensa o trabalho contemporâneo também do ponto de vista das relações de trabalho e dos modos de organização do trabalho e da subjetividade. Trata-se, assim de pensar os efeitos da flexibilização e da precarização na subjetividade e na saúde dos trabalhadores através da noção de trabalho imaterial. Nesse sentido, o conceito de Lazzaratto & Negri (2001) nos orientaram a entender que

O modo de produção pós-fordista não pode ser simplesmente descrito como 'produção flexível', alongamento da jornada de trabalho, difusão territorial do trabalho, etc. (todas definições parcialmente corretas), mas que antes de tudo atua como uma ativação de diferentes modos de produção ('materiais' e 'imateriais') e, portanto, de diferentes formas de subjetividade (pré-fordista e pós-fordista), que são, porém, comandadas e organizadas pelas formas mais abstratas e dinâmicas do trabalho e da subjetividade, cujo conceito de 'relações de serviços' poderiam representar, do ponto de vista da economia, a forma paradigmática (p. 106).

Assim, esse estudo propõe-se a analisar o trabalho e seus efeitos na sociedade contemporânea, pensando sobre a flexibilização e a precarização nos contextos de trabalho assalariado.

2.2 TRABALHO, SUBJETIVIDADE E SAÚDE

O trabalho imaterial sempre existiu, conforme Lazzarato e Negri (2001), mas atingiu nova visibilidade após a reestruturação do trabalho pelos efeitos do próprio trabalho. De acordo com Grisci (2006, p. 327), o trabalho imaterial pode ser entendido como “o conjunto de atividades corporais, intelectuais, criativas, afetivas e comunicativas inerentes ao trabalhador” com a demanda “de que o trabalhador se torne sujeito ativo do trabalho como condição indispensável à produção” produzindo “uma nova relação produção-consumo”. O trabalho contemporâneo reestruturado, globalizado e informatizado, em sua imaterialidade, dita os modos de trabalhar, existir e organizar a vida.

Atualmente, o trabalho implica cada vez mais capacidades intelectuais, de conhecimento e informação, de escolhas entre diversas alternativas e, conseqüentemente a responsabilidade pelas decisões. O trabalho imaterial está subordinado a uma lógica da “autonomia” e é incorporado operando uma nova plasticidade na subjetividade. O trabalho imaterial se dá na interface de uma nova relação de produção/consumo (LAZZARATTO; NEGRI, 2001, p. 45) e, a partir dela, molda o desejo dos consumidores e transforma o trabalhador em sujeito ativo do trabalho. (GRISCI, 2006). A mercadoria do trabalho imaterial dá forma e materializa as necessidades, o imaginário e os desejos do consumidor. Lazzarato e Negri (2001, p.25) mostram-nos que o principal produto e a principal matéria-prima do trabalho imaterial é a subjetividade: para o “novo *management* é a alma do operário que deve descer na oficina”. É a sua personalidade, a sua subjetividade, que deve ser organizada e comandada. O trabalho imaterial produz uma relação social e, assim, constitui-se em formas imediatamente coletivas e não existe senão sob a

forma de rede e fluxos. Por isso, os autores afirmam que há três tipos de trabalho imaterial. O primeiro é o comunicativo, o segundo, interativo e, o terceiro envolve a manipulação dos afetos, desejos e necessidades. Desse modo, compõem o trabalho imaterial, as novas práticas de gestão e os novos modos de controle, cada vez mais sutis e sinópticos, característicos das “sociedades de controle”⁶. (FOUCAULT, 1995). Esse controle sinóptico é potencializado pelas novas tecnologias que o expandem e o tornam sutil e invisível. Entende-se por controle sinóptico um ato de vigiar não-confrontador exercido independente da localidade e da distância em se encontram os vigilantes (GRISCI, 2006), ou seja, relaciona-se à mobilidade e ao nomadismo. Esse tipo de controle coloca em evidência modelos padronizados que, via sedução, gratificação ou pertencimento, produz uma subjetividade padronizada, que não se limita aos modos de trabalhar, mas também os modos de viver dos indivíduos e das coletividades⁷.

Segundo Lazzarato e Negri (2001), a quantidade e a qualidade do trabalho são organizadas e reorganizadas em torno de sua imaterialidade. Nesse sentido, o capital torna-se a contradição do processo, pois, ao mesmo tempo em que reduz o tempo de trabalho a um mínimo, por outro lado põe o tempo de trabalho

⁶ O exercício de poder nessas sociedades dispensa as relações de visibilidade seja daqueles que exercem o poder, seja daqueles sobre os quais o poder é exercido. Esse poder se produz por meio da interiorização da norma, sustentando-se numa ilusão de interioridade e essa ilusão é que produz a invisibilidade. “Nas sociedades de controle, não há exterioridade, nós estamos sempre dentro” (NARDI; SILVA, 2005, p. 99). Na obra foucaultiana, o termo controle aparece a partir dos anos oitenta. Segundo Foucault, na sociedade chamada de controle, o controle, por um lado, é exercido essencialmente por uma economia do poder que gerencia a sociedade em função de modelos normativos globais e, por outro, trata-se igualmente de tornar o poder capilar, isto é, de instalar um sistema de individualização que se destina a modelar cada indivíduo e a gerir sua existência. (REVEL, 2005, p. 29-30).

A saber, nas sociedades disciplinares a norma que exercia o controle era exterior. Na sociedade de controle, a norma é internalizada, e se exerce através de um controle mais sutil que fica invisível uma vez que é internalizado.

⁷ Ver também: GRISCI, C. L. I. Trabalho imaterial, controle rizomático e subjetividade no novo paradigma tecnológico. RAE – Revista de Administração de Empresas. Artigo ainda não publicado. GRISCI, C. L. I., SOUZA, P. H. Trabalho imaterial e sofrimento psíquico: o pós-fordismo no jornalismo industrial. Psicologia & Sociedade. Artigo ainda não publicado.

como medida e fonte de riqueza. É comum observarmos diversas estratégias de flexibilização do tempo no trabalho contemporâneo, como, por exemplo, a disponibilidade para o trabalho incorporada pelo trabalhador, operada a partir da demanda da disponibilidade total. Demanda essa, possibilitada pelas novas tecnologias, que aos poucos intensifica o tempo de trabalho e desmancha as fronteiras entre o tempo de trabalho e de não-trabalho.

Nas práticas de gestão, a força de trabalho é reduzida a “capital fixo” (LAZZARATTO; NEGRI, 2001), subordinando-o sempre mais ao processo produtivo e demonstrando, através dessa total subordinação, que o ator fundamental desse processo social de produção é o “saber social geral”. Assim, o trabalho imaterial não se reproduz como exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade.

Segundo Pelbart (2000, p.12), a subjetividade é definida como matéria prima tão impalpável quanto incontornável e conjunto de significados que, não nos cabe reinventar, mas, sim decifrar.

Neste estudo, problematizamos os processos de subjetivação a partir da análise de como os sujeitos se relacionam com o regime verdades próprio a cada período histórico, ou seja, a maneira como o conjunto de regras que define cada sociedade é experienciado pelos sujeitos tomando o trabalho como regime de verdade e o trabalhador como sujeito que faz a experiência do trabalho e de sua condição de trabalhador nestes jogos de verdade sobre o trabalho. Para Foucault (1995 p. 239),

O sujeito constitui-se a partir de relações de poder e de uma historicidade. São as relações de poder que vão constituir o sujeito. O poder, enquanto positividade, produz estas relações que devem ser apreendidas como relações de ações sobre ações, pois trata-se de um exercício. Esse poder cria as práticas que se materializa nos dispositivos. A subjetividade é da ordem da experiência do indivíduo consigo e com o mundo. É um território onde estamos constantemente constituindo num determinado momento e que vai se constituindo em dobras. A subjetivação diz respeito a um coletivo, a uma política, um modo de produção.

De acordo com Foucault (1995), a subjetividade constitui-se a partir das relações de poder e de uma historicidade. O autor parte de uma concepção relacional de poder, na qual “o exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade” (FOUCAULT, 1995, p. 244). O poder se define, então, como um exercício, pois o poder só existe em ato, ou seja, num modo de ação sobre as ações dos outros. Dito por Foucault (1995, p.240),

Quando se define el ejercicio del poder como un modo de acción sobre las acciones de los otros” ... “En lo que concierne a este poder, en primera instancia es necesario distinguir aquel que se ejerce sobre las cosas y da a su vez la habilidad de modificar, usar, consumir y destruirlas -un poder que procede de aptitudes directamente inherentes al cuerpo o ‘apoyadas en instrumentos externos. Diría que aquí hay una cuestión de ‘capacidad’ . Por otro lado lo que caracteriza al poder que estamos analizando es que este pone en juego las relaciones entre los individuos (o entre grupos). Para no engañarnos a nosotros mismos, si hablamos de las estructuras o los mecanismos del poder, es sólo en tanto suponemos que ciertas personas ejercen el poder sobre otros. El término ‘poder’ designa los relacionamientos entre ‘compañeros’ (y con esto no estoy pensando en juego de suma-cero, sino simplemente y por el momento permaneciendo en términos generales, en un entramado de acciones que inducen a otras acciones y que se concatenan entre si).

Em seu texto *o Sujeito e o Poder* (1995), Foucault refere que não há relação de poder onde as determinações já estão saturadas, como, por exemplo, na escravidão e, afirma que não há confronto entre poder e liberdade, mas que nesse jogo a insubmissão ou insubordinação da liberdade é a condição para que se dêem as relações de poder. Assim escreve Foucault (1995, p. 245):

No puede entonces separarse el relacionamiento entre el poder y el rechazo de la libertad a someterse. El problema crucial del poder no es aquel de la servidumbre voluntaria. (¿Cómo podríamos desear ser esclavos?). En el corazón mismo de las relaciones de poder y constantemente provocándolas, están la resistencia de la voluntad y la intransigencia de la libertad. En vez de hablar de una libertad esencial, sería mejor hablar de un "agonismo" , de una relación que es al mismo tiempo recíprocamente incitación y lucha, es una provocación permanente, en vez de una confrontación cara a cara que paraliza a ambas partes.

O poder, segundo o autor, está em todos os lugares, porque as relações se produzem a cada instante e, desse modo, não há distância entre o ponto de emanção e seu foco de aplicação, pois ele é aplicado onde ele mesmo se produz sendo intrínseco a cada relação. Nesse sentido, a noção de resistência-potência em é colocada como a possibilidade de um exercício de liberdade de si sobre si que podem desnaturalizar as formas de dominação que atravessam os processos de constituição da própria experiência do sujeito (ORTEGA, 1999). Para Foucault, segundo Ortega (1999), não existe um ponto de resistência mais útil e com mais prioridade que o consistente numa relação consigo. (FOUCAULT, 2004). Assim, o capital coloniza as assimetrias, as diferenças sociais já existentes numa relação cada vez mais invasiva da subjetividade.

Segundo Nardi e Silva (2005), os processos de produção da subjetividade podem ser entendidos a partir da análise de como os sujeitos se relacionam com o regime de verdades próprio a cada período, ou seja, a maneira como o conjunto de regras que define cada sociedade é experienciado pelos sujeitos, pois a apropriação dos elementos da cultura remete para as relações saber-poder, entre os sujeitos e os jogos de verdade. Os jogos de verdade referem-se ao conjunto de regras de produção da verdade que adquirem uma legitimidade social e que levam os sujeitos a reconhecerem-se a partir dessas práticas e dessas verdades. Assim, é a partir do poder entendido como ação sobre outra ação que o sujeito é objetivado para ele próprio e para os outros, através de certos procedimentos de “governo”. (FOUCAULT, 1999, p. 238-239).

Mas é a partir da noção de experiência, considerada como atividade des-subjetivante como crítica ao sujeito universal e epistêmico, que Foucault, em seus últimos trabalhos, irá falar de um sujeito ético, constituído através das práticas

de si. Pois, para ele, a experiência se constitui algo do qual se sai transformado (ORTEGA, 1999).

De acordo com Ortega (1999), entre 1983 e 1984, Foucault descreve três eixos da experiência: a verdade, o poder e o sujeito. Nos anos 60 concentrou-se no eixo da verdade (saber); nos anos 70 no eixo do poder; e nos anos 80 no sujeito, e, embora em diferentes momentos, esses eixos estiveram sempre entrelaçados. Tais deslocamentos teóricos irão operar mudanças de perspectivas introduzindo uma diferenciação entre relações de poder e estados de domínio esclarecendo que estes estados ficam desprovidas do elemento de liberdade, próprio de toda relação de poder. Para isso, Foucault efetuou um deslocamento teórico para poder conceder uma voz à resistência. Esse deslocamento teórico no eixo do poder tem como resultado a des-dobra da analítica do poder: a noção de poder, de cunhagem nietzcheniana, como relação de forças será substituída por uma idéia de poder como governo, orientada para a teoria da ação. Foucault trata de um sujeito ético, constituído através das práticas de si. A partir da noção de experiência, considerada como atividade des-subjetivante, como crítica ao sujeito universal e epistêmico, em que Foucault pôde fazer o deslocamento *dentro* do eixo do poder *para* o eixo do sujeito. O deslocamento da subjetividade é consequência do deslocamento do poder.

A experiência constitui algo do qual se sai transformado. É uma práxis espiritual ou ascética, ou seja, as transformações que o sujeito deve experimentar para alcançar outra forma de ser. Foucault vê o homem como um “animal de experiência”, pois “no curso da história, o homem não cessou de se constituir a si mesmo, de transladar continuamente o nível de sua subjetividade, de se constituir numa série infinita e múltipla de subjetividades diferentes que nunca alcançaram um

final nem nos colocam na presença de algo que pudesse ser o homem”. (FOUCAULT, apud ORTEGA, 1999, p.43). A introdução do conceito de experiência permitira aplicar a função espiritual, ascética, ou seja, transformadora da subjetividade, segundo o autor.

Assim, o sujeito ético, em Foucault, é aquele que pode fazer um exercício de liberdade. A potência-resistência, colocada por ele, é um exercício de si sobre si. Nos últimos livros, trata de uma concepção de subjetividade sob a forma de uma relação consigo (*rappor à soi – o si mesmo*) e não da autoconsciência, mais de um sujeito-forma que um sujeito substância.

A ética pode ser entendida como a problematização dos modos de existência. Essa problematização refere-se tanto às relações com os outros quanto à relação consigo. O conceito de ética está ligado à constituição de um sujeito capaz de apropriar-se dos destinos de sua vida (NARDI; SILVA, 2005). Foucault propõe que a ética seja pensada como reflexão sobre os modos de viver e que a vida seja expressão de uma obra de arte singular. O grau de liberdade com que se vive a vida depende da arte de viver, do desenvolvimento de uma estética da existência e da construção de estratégias para estabelecer formas mais recíprocas de posicionamento nos jogos de verdade e poder. Através da reflexão ética: *Como se pode exercitar a liberdade?*, Foucault pretende mostrar em sua obra que as pessoas podem ser muito mais livres do que pensam que realmente são. (Ibidem, p. 93-95).

A noção de subjetivação, enquanto expressão de um tipo de relação de técnicas de dominação sobre os outros e sobre si mesmo, permite situar os jogos de verdade constitutivos da experiência do sujeito em uma determinada trama histórica. Segundo Foucault, o dispositivo deve ser entendido como a rede que conecta um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, formas arquitetônicas, regras,

preposições filosóficas e morais, o dito, assim como o não dito. Como, por exemplo, a idéia de crise permanente. Nas sociedades de controle, não há exterioridade, nós estamos sempre dentro. Não há a possibilidade de um intervalo que possa permitir a prática de um exercício de liberdade constituinte de um sujeito ético. Nas práticas de dominação onde não é possível esse exercício, o sujeito fica colado ao modo de agenciamento da subjetividade. Assim, eticamente, não é possível um exercício de liberdade de si sobre si. Na perspectiva política Foucautiana, o combate às formas de dominação contemporâneas e a construção da resistência dependem de um trabalho de si sobre si. Desse modo, pensar a relação entre ética e subjetivação passa por tornar evidente e desnaturalizar as formas de dominação que atravessam os processos de constituição da própria experiência do sujeito. Ao assumirmos que o sujeito é atravessado pelas regras morais e verdades definidas socialmente ao construir sua forma de inserção no mundo, é necessário desconstruir os regimes de verdade que naturalizam as relações sociais.

Segundo Revel (2005, p. 85), para Foucault, a subjetividade é “a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo num jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo”. Assim, o sujeito se constitui, por meio de práticas que podem ser de poder ou de conhecimento, ou ainda por técnicas de si. Foucault apresenta uma análise que busca a constituição do sujeito na trama histórica, ou seja, pensar o sujeito como um objeto historicamente constituído sobre a base em determinações que lhe são exteriores. (REVEL 2005).

Foucault se interessa precisamente pela constituição histórica dessas diferentes formas do sujeito em relação aos jogos de verdade. Quanto ao caráter mais ativo do sujeito enquanto constituindo-se através das práticas de si, Foucault, salienta que essas práticas não são alguma coisa que o próprio indivíduo inventa,

mas, sim, esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social. Retoma então sua noção de relações de poder que são móveis, reversíveis e instáveis e que só são possíveis quando os sujeitos tiverem alguma possibilidade de liberdade. Foucault traz o conceito de governabilidade que implica a relação de si consigo mesmo e que seria o conjunto de práticas pelas quais é possível constituir, organizar, instrumentalizar as estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter uns em relação aos outros.

O termo “subjetivação” designa, para Foucault (REVEL, 2005, p. 82), um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente, de uma subjetividade. De um lado, implica os modos de subjetivação como práticas de objetivação, de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite ao sujeito constituir-se como sujeito de sua própria existência.

No âmbito do trabalho imaterial a nova máquina de comunicação funciona como dispositivo de subjetivação. (LAZZARATTO; NEGRI, 2001). Segundo Tittoni e Nardi, “a relação entre subjetividade e trabalho remete à análise dos modos como os sujeitos vivenciam suas experiências de trabalho e a elas dão sentido, enfocando o modo como eles fazem a experiência de si mesmos nos ‘jogos de verdade’ que caracterizam as relações de poder em uma dada sociedade”. (TITTONI; NARDI. 2006 p. 277). Assim, a vinculação entre subjetividade e trabalho está em permanente transformação e muda historicamente. Esses autores (2006, p. 278) acrescentam que pensar a subjetividade nas suas conexões com o trabalho implica pensar os modos como as mutações do capitalismo engendram a produção de uma nova subjetividade, pois cada transformação social implica novas re-

configurações subjetivas com suas ambigüidades, assim como seu potencial de resistência e de transformação. A noção de flexibilização pressiona os modos de produzir de forma a colocar-se como elemento-chave na atual organização do trabalho transformando o trabalhador em colaborador e a relação entre os pares, numa relação entre clientes (p. 279).

Dessa forma, o atual contexto da acumulação flexível (HARVEY, 2006) emerge como território de nossa problematização constituído a partir dos efeitos da globalização e das tecnologias da comunicação e da informação que marcam a própria produção de subjetividade na medida em que engendram novas formas de organização de viver e trabalhar. (SILVA, 2005). A flexibilização, segundo Castells (1999), é a grande mudança do capitalismo flexível que, para Castel (2005), também se caracteriza pelo desemprego, pela precarização do trabalho reestruturado e de suas relações, assim como pela individualização como já referido anteriormente.

Neste estudo, articulamos estas problematizações sobre as configurações do trabalho e da sociedade contemporânea à categoria saúde. Para tanto, tomamos Canguilhem (2006) como referência e pensamos o constructo saúde e como ele vem sendo construído como conceito, inserido numa dimensão política. (CAPONI, 1997). Caponi (1997) analisa as definições hegemônicas da Organização Mundial de Saúde (OMS) e a definição ampliada enunciada pela VIII Conferência Nacional de Saúde e evidencia que ambas entendem a saúde como equilíbrio e adaptação ao meio.

Para a OMS: “*A saúde é um completo estado de bem-estar físico, mental e social e não a mera ausência de doença ou enfermidade*”. (CAPONI, 1997, p. 298). Conforme Caponi, a problematização desse conceito passa primeiramente por seu caráter utópico uma vez que esse estado é inalcançável, e, em segundo

lugar, pela sua falta de objetividade, pois está fundado em uma noção subjetiva que é a de bem-estar. Em sua crítica ao modo como esse conceito é produzido, a autora refere como ele nos remete a um dispositivo de controle, de desqualificação e desvalor que pretende regular o que é perigoso e indesejado. A saúde mostra-se como um conceito de implicações políticas no qual atuam forças que podem transformá-lo num dispositivo de controle, pois,

[...] doente é um conceito geral de não-valor que compreende todos os valores negativos possíveis. Estar doente significa ser nocivo ou indesejável, ou socialmente desvalorizado (...). Inversamente, o que é desejável na saúde, do ponto de vista fisiológico, são valores como a vida, uma vida longa, a capacidade de reprodução, a capacidade de trabalho físico, a força, a resistência à fadiga, a ausência de dor, um estado no qual sente-se o corpo o menos possível, além da agradável sensação de existir. (CANGUILHEM, 2006, p.93).

A saúde como valor social é outra idéia que Caponi problematiza a partir da noção 'ampliada' de saúde formulada pela VII Conferência, cuja redação é a seguinte:

Em sentido amplo a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, tempo livre, liberdade, acesso à propriedade de terra e aos serviços de saúde. Sendo assim, é principalmente o resultado das formas de organização social, de produção, que podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida.(FASE PUBLICAÇÕES, 1987, p. 10-1, apud CAPONI, 1997, p. 302).

As críticas a essas noções tecidas pela autora referem-se à implicação de uma tradição higienista da concepção de saúde e de uma dimensão sócio-econômica quase exclusiva que leva a riscos como se perder uma referência biológica ou psíquica da enfermidade e levar a uma polaridade saúde-doença qualquer enfermidade que não seja resultado de condições sociais precárias, bem como de pensar todos os ordenadores da existência (moradia, alimentação) em termos de saúde e, portanto, correr o risco de serem medicalizáveis.

Segundo Canguilhem (2006, p. 147-152), as infidelidades do meio, os fracassos, os erros e o mal-estar formam parte constitutiva de nossa história porque nosso mundo é um mundo de acidentes possíveis e, é a partir dessa nossa capacidade de diversificar para tolerar essas infrações que devemos pensar a noção de saúde. Para Canguilhem (2006), esta noção traz consigo a idéia de uma certa capacidade de adaptação, mas não se limita a isso. Também não se restringe à manutenção de um equilíbrio ou de um estado de bem estar, não depende de condições favoráveis de infra-estrutura, ambientais ou de base sócio-econômica, não opõe a noção de saúde à noção de doença, nem refere-se a padrões estatísticos. Ele refere-se à saúde como uma certa abertura ao risco, em termos de uma margem de seguridade (ou tolerância) e que tem por ponto de partida as possibilidades que temos de enfrentar e superar as infidelidades do meio.

Para Canguilhem (2006, p. 152), a saúde também se constitui como uma noção vulgar, ou seja, que não se explica exclusivamente pela sua cientificidade, mas que está ao alcance de todos, alheio ao campo do saber objetivo, pois é da ordem da experiência, do acontecimento, do corpo vivido. Assim, a saúde, como fenômeno, mostra-se como verdade do corpo e, no âmbito dos modos de existir, coloca o viver como conhecer e como produção de uma subjetividade contemporânea. Dessa forma o autor nos leva a pensar a saúde não exclusivamente como diagnóstico, mas como uma forma de experiência de si devendo implicar a análise da produção de subjetividade que lhe dá sustentação. A noção de corpo é entendida como “um produto na medida em que sua inserção em um meio característico, seu modo de vida escolhido ou imposto, contribuem para moldar seu fenótipo, ou seja, a modificar sua estrutura morfológica chegando a singularizar suas capacidades” (CANGUILHEM, 2006).

Por todos esses fatores, pode-se pensar a saúde não como ausência de doença, mas como poder cair enfermo e recuperar-se de modo a lidar com as infidelidades do meio, não adaptando-se ou protegendo-se contra o risco, mas podendo arriscar-se para poder mudar. Para o autor, *“O normal é viver em um meio em que flutuações e novos acontecimentos são possíveis”*. (CANGUILHEM, 2006).

A saúde ligada ao trabalho pode ser analisada como movimento associado aos contextos e às pressões do trabalho. Para Tittoni (2004, p. 76),

pode-se pensar a saúde como um processo em que a determinação e a insubordinação jogam jogos de poder, produzindo agenciamentos que ora indicam possibilidades de invenção, ora podem amarrar, coagir, interditar. Os modos de se viverem esses jogos, de se agenciarem modos de vida nesses processos de luta, nos indicarão os modos de subjetivação, que definem, neste momento, uma importante questão para a produção em saúde mental e trabalho.

Para a autora, na lógica organizacional do trabalho taylorista, a flexibilização era vista como saudável, pois tratava-se de um trabalho rotineiro e monótono.

Atualmente, o desafio é pensar a questão da saúde no contexto flexível do trabalho informacional e global para além da busca do menor índice de adoecimento no trabalho. Mas com a atual fluidez, flexibilização e imaterialidade do contexto laboral, como podemos pensar a saúde? Certamente não como adaptativa, como estado de equilíbrio, como sugerem as definições da OMS e da VII Conferência Nacional de Saúde. Não se trata, como refere Caponi (1997), de normalizar condutas que determinam condições perversas de existência, inscritas no discurso da higiene, da disciplina médica tradicional de regulação da vida dos indivíduos. Trata-se, antes de tudo de criar modos de viver, de um exercício de uma prática de liberdade.

Da mesma forma, o normal não tem uma rigidez, afirma Canguilhem, mas a flexibilidade de uma norma que se transforma em relação às condições individuais, ficando claro que o limite entre o normal e o patológico é impreciso.

Tanto Dejours (1986) quanto Canguilhem (2006) partem do pressuposto de que a saúde é um assunto ligado às próprias pessoas e, portanto, não se poderia deixar de lado a importância da experiência dos sujeitos. Na fronteira entre o normal e o patológico, é o sujeito que sofre e reconhece as dificuldades para enfrentar as demandas que o meio impõe, ainda que o meio pressione para a produção de situações de sofrimento.

A interseção entre o trabalho, a subjetividade e a flexibilidade pode ser atravessada e entrelaçada pela saúde quando entendemos que:

A saúde é a liberdade de dar o que comer ao corpo quando com fome, de deixá-lo dormir quando tem sono, de dar-lhe açúcar quando com baixa glicemia. Não é normal estar cansado e com sono, não é normal ter uma gripe... Pode que seja normal ter algumas enfermidades. O que não é normal é não poder cuidar dessa enfermidade, não poder ir para a cama e deixar-se levar pela enfermidade, não poder parar de trabalhar durante a gripe e depois poder voltar. (DEJOURS, 1986, p. 11 apud CAPONI, 1997, p. 306)⁸.

A saúde, assim, é definida como a possibilidade de fazer um certo exercício de normatividade frente às pressões colocadas pelo trabalho.

3. PROCEDIMENTOS E RECURSOS METODOLÓGICOS

Para Goldemberg (1999), pesquisa é a construção de conhecimento original de acordo com certas exigências científicas. Para que um estudo possa ser considerado científico, é preciso obedecer aos critérios de coerência, consistência, originalidade e objetivação. É desejável que uma pesquisa científica preencha os seguintes requisitos: “a) a existência de uma pergunta que se deseja responder; b) a elaboração de um conjunto de passos que permitam chegar à resposta; c) a indicação do grau de confiabilidade na resposta obtida”. (GOLDEMBERG, 1999, p.106).

Segundo Silva e Menezes (2001), alguns elementos servem para classificar a produção de um conhecimento. Assim, do ponto de vista de seus objetivos (GIL, 1991), nossa pesquisa pode ser considerada exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Uma pesquisa exploratória envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, análise de exemplos que estimulem a compreensão do problema.

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, este estudo enfatiza os aspectos qualitativos, pois considera que pode haver uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade, que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

⁸ Não foi possível o acesso à fonte original onde consta a informação, a saber: DEJOURS, C. **Por um Novo Conceito de Saúde**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 1986.

Segundo Maraschin (2004, p.105), como pesquisadores do campo social das ciências humanas, nosso perguntar indaga sobre os modos de viver, de existir, de sentir, de pensar. Acrescenta que o próprio fato de perguntar produz, ao mesmo tempo, tanto no observador como nos observados, possibilidades de auto-produção, de autoria.

Pesquisa é, então, ação, construção, transformação coletiva, análise das forças sociohistóricas e políticas que atuam nas situações e a partir das próprias implicações, inclusive dos referenciais de análise. É um modo de intervenção. Não há, portanto, o que ser revelado, descoberto ou interpretado, mas algo a ser criado.

Este estudo possui, assim, um caráter exploratório e qualitativo e foi aprovado⁹ pelo Comitê de Ética em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS por estar adequado ética e metodologicamente.

Neste estudo, utilizamos diferentes estratégias e ferramentas metodológicas, visto que foram realizadas várias negociações entre as empresas e as pesquisadoras para viabilizá-lo, conforme veremos adiante. As ferramentas utilizadas foram um questionário de perguntas abertas e fechadas¹⁰ e as entrevistas coletivas feitas junto aos trabalhadores administrativos da área de recursos humanos, sendo esta última nossa principal referência para as análises produzidas. As entrevistas foram realizadas depois da aplicação dos questionários e partiam das perguntas abertas do questionário para discutir sobre a flexibilização e seus efeitos na saúde e no trabalho. É importante salientar que as entrevistas coletivas tiveram a

⁹ Protocolo de pesquisa número: 2007/023; Registro do Comitê de Ética em Psicologia: 25000.089325/2006-58. A presente pesquisa foi aprovada ética e metodologicamente de acordo com a Resolução número 196/96 e complementares do CONEP e Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia.

¹⁰ O questionário completo encontra-se no ANEXO A.

presença de um observador que permitiu um outro olhar além do olhar do pesquisador, de modo a ampliar nossas análises.

As entrevistas coletivas funcionaram como um dispositivo de reflexão sobre o trabalho administrativo do setor de recursos humanos, na medida em que foram confrontadas opiniões, discutidos pontos de vista diferenciados e construídos alguns consensos ainda que discutidos de forma mais naturalizada. Em outras palavras, alguns consensos apareceram, até mesmo, como formas de impedir pensar efetivamente o trabalho.

As entrevistas coletivas tiveram como eixo seqüencial às perguntas qualitativas do questionário, a saber: Em que você pensa quando fala de trabalhar? Qual a sua situação de trabalho atual, como você a vê e como a vive? De que maneira sua atual situação de trabalho lhe permite fazer e desenvolver planos pessoais de futuro? Como você enfrenta seu futuro de trabalho?. No final das entrevistas foi solicitado aos participantes falar sobre o que entendem por flexibilização do trabalho. Em uma das entrevistas coletivas, surgiu uma pergunta extra sobre a importância da escolarização, pois a discussão travada pelo grupo enfatizou bastante este tema. Portanto, foi a partir das perguntas qualitativas do questionário e da indagação sobre a flexibilização do trabalho contemporâneo que emergiram temáticas como o significado do trabalho na vida das pessoas, o que se entende por flexibilização do trabalho, efeitos do trabalho na saúde e nos modos de vida desses trabalhadores, a trajetória de trabalho e a formação, as narrativas de trabalho, como ele era feito e como é feito atualmente, como os trabalhadores vêem o seu trabalho e como isso se relaciona aos modos de organizar suas vidas, enfim, as mudanças e transformações nas formas de trabalhar experimentadas por esses trabalhadores.

No contato inicial com as empresas, identificamos um pedido quanto à preferência sobre a aplicação de um questionário às entrevistas coletivas previstas como estratégia metodológica. Isso nos levou a procurar uma ferramenta para atender à solicitação das empresas que fosse compatível com o que entendemos por pesquisar a partir dos pressupostos da pesquisa-intervenção. Dessa forma, o questionário escolhido para ser utilizado nesta pesquisa integra um projeto internacional chamado “Estudo Internacional sobre Qualidade de Vida e do Trabalho”, coordenado pelo Prof. Dr. Josep Maria Ribas Blanch, da Universitat Autònoma de Barcelona – UAB, do qual passamos a integrar a equipe de pesquisadores.

A aplicação do questionário e de discussão coletiva sobre as perguntas qualitativas teve como objetivo buscar uma ferramenta validada no âmbito acadêmico sem a necessidade de construir um instrumento específico para este estudo.

Neste estudo, o questionário foi utilizado para efeito de negociação junto às empresas pesquisadas que demandavam resultados objetivos, a fim de liberar os trabalhadores para as entrevistas coletivas, base de nossa pesquisa. Trabalhamos, então com questionários e entrevistas ligados através das questões qualitativas. Assim, o questionário é uma ferramenta metodológica de nosso estudo, mas somente as questões qualitativas foram levadas em consideração. O levantamento estatístico será analisado oportunamente e devidamente encaminhado às empresas participantes desse estudo pelo modelo da Universitat Autònoma de Barcelona – UAB.

O questionário é mais uma ferramenta utilizada estrategicamente em nosso estudo, mas não a única nem a mais importante. As entrevistas coletivas

continuam sendo nosso foco metodológico principal para levantamento e análise dos dados. O questionário atendeu à solicitação das empresas auxiliando no levantamento e análise quantitativos de censo, bem como mostrou-se como ferramenta de negociação para viabilizar a pesquisa nas empresas e a realização das entrevistas coletivas. Um dos elementos que pesou na aceitação das empresas em abrir a possibilidade dessa pesquisa foi o fato de que o questionário proposto faz parte de um estudo internacional e estas empresas mantêm relações comerciais internacionais e possuem unidades de negócios em países implicados naquele estudo, como México, Espanha, Argentina e Colômbia.

Ainda que possa surgir um certo estranhamento o uso de um questionário em um estudo que se fundamenta conceitual e teoricamente em autores com Michel Foucault e Christophe Dejours, salientamos que o mesmo foi utilizado como estratégia no sentido de atender à demanda das empresas pesquisadas. Trata-se de mostrar que estávamos cientes disso, mas que sem a utilização do questionário como moeda de troca junto às empresas não teria sido possível o acesso às empresas.

Ainda com relação aos questionários, é importante mencionar que nesta dissertação, os questionários não serão analisados quantitativamente. Este procedimento metodológico quantitativo será realizado oportunamente a partir da base de dados desenvolvidos na Universidad Autônoma de Barcelona – UAB. Também por não haver suficientemente tempo para compatibilizar a análise qualitativa com o final da dissertação. Os dados de censo serão tratados qualitativamente e apresentados na forma gráfica com o objetivo de descrever a situação dos trabalhadores pesquisados. As questões abertas do questionário que serviram de base para as entrevistas coletivas foram:

Questão 9. Em que você pensa quando fala de TRABALHAR?

Questão 10. Qual a SUA SITUAÇÃO DE TRABALHO ATUAL, como você a vê e como a vive?

Questão 11. De que maneira SUA ATUAL SITUAÇÃO DE TRABALHO lhe permite fazer e desenvolver PLANOS PESSOAIS DE FUTURO (como casal, de família, estudos, viagens, moradia, etc.?)

Questão 12. COMO VOCÊ ENFRENTA SEU FUTURO DE TRABALHO? (O que você está fazendo e o que pensa fazer para que se torne realidade o futuro de trabalho que deseja para você? Como você combina seus recursos pessoais, os apoios sociais e as oportunidades que o “mercado” lhe oferece?).

Para análise das entrevistas coletivas utilizamos dois recursos. O primeiro, a definição de algum analisador que tenha produzido reflexões no grupo e, a partir dele, os temas foram sendo discutidos coletivamente. Nesse sentido, a análise foi feita considerando os temas trazidos pelos grupos nas entrevistas coletivas, os fluxos discursivos e as associações entre os temas trazidos. Desse modo, nosso interesse recaiu especialmente na processualidade e no modo como as idéias foram sendo construídas e que elementos foram sendo trazidos pelos grupos para construir as idéias. Não estivemos atentos somente aos temas que surgiram, mas como um certo movimento coletivo propiciou sua emergência.

Essa metodologia busca explorar os diversos fluxos discursivos produzidos pelos sujeitos de nossa pesquisa durante as entrevistas coletivas. Entendemos por fluxos discursivos todas as idéias e/ou pensamentos expressos que, em determinado momento da entrevista coletiva, permitem a emergência de um contexto que mobiliza o coletivo em torno de um determinado assunto e lhe dá novos contornos. Assim, o nosso principal analisador foi perguntar a esses

trabalhadores sobre o trabalho. O mais importante foi a surpresa, o deparar-se com uma pergunta que indaga sobre o trabalho. Em todas as entrevistas realizadas coletivamente, mesmo com os diferentes grupos, observamos fluxos discursivos em torno da busca constante pelo conhecimento, a exigência de um perfil flexível ditado pelo novo *management*, a aderência a certas práticas e jogos de verdade, a necessidade de estar sempre preparado para o inevitável novo, o assustador fantasma de estar sem um trabalho e a centralidade do trabalho como organizador da vida e da existência. Dessa mobilização, a partir do indagar sobre o trabalho, é que pode surgir o que nomeamos de trabalhar para manter o trabalho, acerca do qual falaremos na análise dos resultados.

O critério inicial de seleção das empresas tinha como exigência que elas estivessem inseridas no setor metalúrgico do município de Caxias do Sul. Outros dois critérios tinham como exigência: a participação da empresa no âmbito do mercado internacional e a sua inserção no contexto das tecnologias da informação e comunicação. Escolhidas algumas empresas, procedemos os contatos telefônicos com as mesmas através dos gerentes de recursos humanos, solicitando-lhes autorização para a realização da pesquisa. A partir da aceitação das empresas contatadas, fomos desenhando a abrangência e o tamanho de nossa amostra de forma que fosse significativa do ponto de vista das exigências acadêmicas e científicas, bem como de nossa possibilidade para viabilizar a pesquisa. Os trabalhadores que participaram da pesquisa foram esclarecidos sobre os propósitos desta investigação e colaboraram seja participando através das entrevistas coletivas seja respondendo ao questionário. Os trabalhadores participaram voluntariamente e

assinaram o termo de consentimento¹¹ apropriado. A amostra da pesquisa ficou definida como a descrevemos a seguir.

As empresas pesquisadas¹² têm juntas mais de 20 mil trabalhadores diretos, uma receita líquida em torno de 4 bilhões de reais anuais e cerca de 200 trabalhadores locados no setor de recursos humanos. Destes, 131 responderam ao questionário e 45 participaram das entrevistas coletivas. Ao todo foram realizadas seis entrevistas coletivas. Em duas empresas, foi possível entrevistar praticamente o número total de trabalhadores locados no setor de recursos humanos. Uma das empresas não possibilitou a realização da entrevista. Em outras duas, pelo grande número de trabalhadores locados no setor de recursos humanos, foram feitas duas entrevistas em cada uma em turnos de trabalho diferentes. Todas as empresas trabalham com diversos turnos de trabalho que incluem trabalho noturno, escalas de finais de semana, escalas específicas, horas de trabalho extraordinárias que possibilitam a manutenção da atividade produtiva 24 horas por dia de segunda-feira a domingo.

Os trabalhadores entrevistados estão ligados aos setores de Recursos Humanos das empresas e executam atividades de serviços como: ensinar, planejar, organizar, controlar, negociar, administrar, assessorar, secretariar, digitar, escanear, reproduzir dados em computadores e equipamentos de escritório, fornecimento de serviços, prevenção, absorção de riscos e desvios da normalidade.

Ao todo foram entregues 197 questionários¹³, dos quais, 131 retornaram e foram analisados quanto às questões qualitativas e aos dados de censo, ou seja, em torno de quase 70% dos trabalhadores responderam e nos

¹¹ O termo de consentimento encontra-se no APÊNDICE A.

¹² Dados disponibilizados nos sites das empresas pesquisadas: último acesso em 04 de janeiro de 2007. Os sites das empresas pesquisadas não poderão ser divulgados devido ao caráter de sigilo exigido pelas mesmas.

devolveram os questionários. Os questionários foram distribuídos aos trabalhadores locados direta e indiretamente ao setor de recursos, ou seja, foram incluídos trabalhadores com diversos tipos de contrato mantidos com o empregador.

Entrevistamos em torno de 45 trabalhadores distribuídos em seis grupos de aproximadamente cinco a onze participantes e pertencentes a quatro das cinco empresas, pois uma delas aceitou somente a aplicação do questionário. Ao todo, as empresas têm juntas em torno de 194 trabalhadores locados diretamente ao setor de recursos humanos. Isso significa que entrevistamos coletivamente em torno de 24% dos trabalhadores locados. Em outras palavras, participaram das entrevistas coletivas um quarto dos trabalhadores locados no setor de recursos humanos. Cabe salientar que, nas empresas nas quais a equipe de pesquisa teve acesso aos trabalhadores, o retorno de questionários foi mais consistente.

O objetivo desta pesquisa foi analisar os efeitos da flexibilização do trabalho contemporâneo na subjetividade e na saúde dos trabalhadores administrativos de recursos humanos. Os trabalhadores que entrevistamos coletivamente e que responderam ao questionário fazem parte do setor de recursos humanos de cinco empresas do ramo metal-mecânico da cidade de Caxias do Sul na região Nordeste do Rio Grande do Sul. Com o objetivo de pesquisar os efeitos da flexibilização nos modos de existir e organizar a vida desses trabalhadores, procuramos incluir os diversos trabalhadores locados nesse setor independente de seu vínculo empregatício. Assim, participaram da pesquisa pessoas com contratos de trabalho por prazo indeterminado, estagiários, terceirizados, temporários, autônomos e prestadores de serviço.

¹³ Número total de trabalhadores locados no setor, segundo informações prestadas pelas empresas.

4. CIDADE, EMPRESAS E TRABALHADORES: ALGUMAS ARTICULAÇÕES

Considerando as práticas metodológicas correntes no meio acadêmico, apresentarmos os elementos que caracterizaram o campo pesquisado.

4.1 O Trabalho e a Cidade: Histórias Entrelaçadas



A localização de Caxias do Sul

O município de Caxias do Sul tem uma tradicional vocação metalúrgica, constituindo-se, atualmente, num pólo Metal-mecânico proeminente e de destaque nacional e internacional¹⁴. A cidade traz a questão do trabalho no bojo de sua história construída pelos imigrantes de cultura italiana.

Para entender melhor nosso campo de pesquisa, consultamos alguns dados¹⁵ sobre a história de Caxias do Sul, procurando compreender o fluxo e a

¹⁴ A Cidade de Caxias do Sul é o segundo pólo metal-mecânico do Estado do Rio Grande do Sul desde 1931.

¹⁵ Referências que podem ser consultadas sobre o assunto da imigração italiana no município de Caxias do Sul. ARENDT, João Claudio; PAVANI, Cinara Ferreira. América: a anti-utopia da imigração italiana. Conexão: Comunicação e Cultura, Caxias do Sul, RS, v.5, n.9,, 219-241p. , jan. 2006. ANAIS

importância do trabalho inseridos no contexto da cidade. Nesse levantamento deparamo-nos com algumas expressões e registros instigantes acerca da tradição italiana e seu entrelaçamento com a questão do trabalho formando uma certa identidade em torno disso.

As pesquisas mostram uma cultura específica de Caxias do Sul¹⁶, com pensamento próprio e formas de respostas ao desenvolvimento peculiares que se dizem "italianas", mas, na verdade, somente são encontradas na cidade. Alguns estudos¹⁷ desmistificam a questão, mostrando inclusive que a opção pela metalurgia não diz respeito à origem, mas sim, a uma situação de contexto, com um novo traçado da estrada de ferro e para BR116 passando próximas à cidade, possibilitado por articulações políticas. Contudo, parece que é no mito da origem italiana que se sustenta a crença de que, para ter sucesso, deve se ter origem italiana, como 47% da população têm. Dessa forma, parece que o sucesso estaria garantido.

A saga imigrante é personificada no trabalho e constrói um ideário da visão do trabalho na cidade. Por isso, pesquisar o trabalho imaterial, flexível, de

DO I E II FORUM DE ESTUDOS ITALO-BRASILEIROS / 1979; Forum de Estudos Ítalo-brasileiros, 1. e 2., 1975 jul. 1-5, 1976 out. 18-21, Caxias do Sul, RS; INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISAS; UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. Caxias do Sul: UCS, 1979. ANAIS DO SEMINARIO INTERNACIONAL VENETO/RS : MODELOS DE DESENVOLVIMENTO COMPARADOS 1945-2000 / 2003; Seminário Internacional Vêneto/RS, 1., 2002 set. 16-17) Caxias do Sul, RS; ZUGNO, Paulo Luiz; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. Caxias do Sul: EDUCS, 2003. ANAIS DO SIMPOSIO INTERNACIONAL SOBRE IMIGRACAO ITALIANA E IX FORUM DE ESTUDOS ITALO-BRASILEIROS / 1999. Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana, 1996 abr. 24-27, Caxias do Sul, RS; DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro; Forum de Estudos Ítalo-brasileiros: Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1999. CAXIAS DO SUL: EVOLUCAO HISTORICA / 1977; GIRON, Loraine Slomp. Caxias do Sul: evolução histórica. Caxias do Sul, RS: UCS, 1977. HOMENS E MITOS NA HISTORIA DE CAXIAS, 1989. COSTAMILAN, Ângelo Ricardo. Homens e mitos na história de Caxias /. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989. CAXIAS DO SUL: 1989 - IMIGRACAO ITALIANA NO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL: PROCESSOS DE FORMACAO E EVOLUCAO DE UMA COMUNIDADE ITALO-BRASILEIRA, 1975; FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira. Porto Alegre: Movimento, 1975. COLONIZACAO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL: IMPLICACOES ECONOMICAS, POLITICAS E CULTURAIS , A /1975. MANFROI, Olívio. A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul, 1975. COLONOS DO VINHO: ESTUDO SOBRE A SUBORDINACAO DO TRABALHO CAMPONES AO CAPITAL - 2.ED. / 1984. SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho campônes ao capital. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

¹⁶ Ver referências dos autores Breitbach, Heredia e Peruzzo no desenvolvimento dessa dissertação, Capítulo 4, Seção 4.1.

apoio e suporte, característico dos trabalhadores administrativos, num município como Caxias do Sul, que valoriza muito o trabalho do tipo produtivo, material, nos parece convidativo. É poder problematizar e dar visibilidade a um trabalho invisível e pouco valorizado que parece só adquirir visibilidade e aparecer quando não é feito.



Painel pintado por Aldo Locatelli, 1954 - Do Itálico Berço à Nova Pátria Brasileira¹⁸

Retomando a caracterização do município, Caxias do Sul é uma cidade grande e, como toda cidade grande e pólo de aglomeração urbana, ela apresenta realidades opostas. A riqueza e a pujança convivem lado a lado com distorções sociais e situações de extrema dificuldade.

Acrescentamos alguns dados estatísticos do diário de integração regional do município¹⁹:

¹⁷ Vide referências sobre o assunto em nota de rodapé número 16.

¹⁸ Essa obra foi executada a pedido do Presidente da Festa da Uva em 1954 e que hoje se encontra na Prefeitura Municipal de Caxias do Sul representando a saga dos imigrantes italianos desde o cultivo da uva até a metalurgia.

¹⁹ Fonte: Nordeste Gaúcho – 2005 - Jornal Pioneiro.

População: 404.187
Zona urbana: 92,5%
Zona rural: 7,5%
Território: 1.586 km²
Orçamento 2005: R\$ 484.970.900
Arrecadação do ICMS: R\$ 355.544.654
Perfil econômico: indústria (54,1%) e serviços (41%)
PIB: R\$ 5.562 bilhões²⁰
PIB per capita: R\$ 14.641
Água encanada: 99,3%
Água tratada: 99,3%
Esgoto tratado: 8%
Hospitais: 8
Mortalidade infantil: 12,89 por mil (13,06 por mil em 2003)
Escolas: 161, sendo 87 municipais, 54 estaduais e 20 particulares
Analfabetismo: 3,65%
Esperança de vida: 74,1 anos
Empresas: 27.069
IDH: 4º no RS, 12º no país (0,857)
Idese: 1º(0.831)
Emancipação: 20 de junho de 1890
Município-mãe: São Sebastião do Caí
Distância de Porto Alegre: 130 km

No processo de integração econômica que estamos vivendo em nível internacional, as peculiaridades regionais têm-se mostrado muito úteis para proporcionar inserções vantajosas no novo quadro de relações entre os diferentes espaços econômicos (BREITBACH, 2004). Algumas regiões conseguem transformar em vantagens competitivas suas potencialidades locais. A partir de 1960, observa-se que a população urbana cresceu a um ritmo mais acelerado que a população total, testemunhando a expansão da indústria nos 9 municípios²¹ integrantes da serra

²⁰ Atualmente o PIB é de R\$ 8 bilhões segundo IBGE/FEE. Matéria divulgada no Jornal Pioneiro de 13/12/2006.

²¹ Os municípios que se urbanizaram mais rapidamente no período 1960-1996, pela ordem, Farroupilha, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa e Caxias do Sul. Conforme referências de Breitbach (2004), evidentemente que a urbanização às comunidades locais despreparadas, em termos de infraestrutura, era para absorver o elevado contingente populacional que chegava às cidades em busca de empregos na indústria, proliferação de sub-habitações, periferias nas cidades. Embora não seja nosso objetivo analisar as conseqüências desse processo de urbanização descontrolada, salientam-se alguns indicadores da qualidade de vida na região medidos pelo ISMA, Índice Social Municipal Ampliado, calculado pela Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. Esse índice existe para o período 1991-96 e foi calculado com base em 4 grupos de variáveis: habitação e saneamento, educação, saúde, renda. Variando de 0 a 1, o índice revela que quanto mais próximo da unidade, melhor é a situação do município, e vice-versa. Média anual do período 1991-1996, segundo

gaúcha. Assim, a taxa de urbanização que estava em torno de 50% em 1960, atingiu em 1996 mais de 82%.

Como se sabe, o município de Caxias do Sul não é uma região com baixo nível sócio-econômico, no seu conjunto, exibe um PIB *per capita* que está dentre os mais elevados do estado. A pobreza pode aparecer, entretanto, quando se examina indicadores como habitação, saúde, saneamento, que expressam as carências de serviços básicos à população.

De uma maneira geral, os dados demográficos e econômicos demonstram o grande dinamismo da região, que tem um crescimento típico de uma economia de base industrial²², mas não se pode deixar de constatar que o dinamismo industrial vem acompanhado de problemas sociais graves, como os loteamentos irregulares, as carências na área da saúde, da educação, do saneamento.

A busca de relações econômicas fora da região geográfica sempre foi uma característica do desenvolvimento de Caxias do Sul e das comunidades vizinhas. Nas primeiras décadas da imigração, alguns comerciantes já teciam relações comerciais com Porto Alegre, vale do Cai, vale dos Sinos. Sendo que outros, mais arrojados, aventuravam-se pelos campos de cima da serra, indo até mesmo a São Paulo, de onde traziam mercadorias para vender na região. Bem anteriormente à criação do Mercosul, empresas locais já cultivavam relações

os 4 grupos de variáveis (habitação e educação, saúde, renda total e saneamento) para Caxias do Sul 0,61; 0,70; 0,33; 0,59; 0,56. Fonte: FEE/Núcleo de Indicadores Sociais. REGIAO DE CAXIAS DO SUL - ISMA - INDICE SOCIAL MUNICIPAL AMPLIADO.

²² No que se refere à atividade industrial, os dados mostram que o produto interno bruto industrial da região, que representava em 1970 10% do PIB industrial do Estado, passou a ser da ordem de 15,4% em 1997. Isso significa que a indústria da região cresceu a ritmo mais acelerado do que a indústria do Rio Grande do Sul. Os gêneros industriais mais importantes da região, segundo dados da Secretaria da Fazenda, são: material de transporte, mobiliário, produtos alimentares, metalúrgica, vestuário, calçados e artefatos de tecido, que juntos representam 63% da indústria regional. Salientam-se ainda

comerciais com os países do Prata. Sem menosprezar os efeitos da recente abertura da economia brasileira, que certamente teve reflexos no município caxiense, pode-se dizer que esse não foi de todo surpreendido pelo acontecimento. Certos setores da indústria local já participavam ativamente do mercado internacional, através das exportações, e já estavam, portanto, habituados a trabalhar com regras de concorrência mais acirrada, em que a qualidade do produto, a garantia dos prazos, entre outros fatores, são considerados definidores da participação das firmas nesses mercados²³.

Com o objetivo de reduzir os custos de produção, observamos que as empresas recorrem em grande medida à “terceirização”, como referem, isto é, à contratação de serviços externos, como: segurança, limpeza, informática, manutenção de equipamentos, marketing, alimentação, transporte, despachantes aduaneiros, procedimentos relacionados ao encurtamento de tempo nas etapas de produção, bem como “encolhimento” do organograma da empresa, com a supressão de cargos e a racionalização das tarefas²⁴.

o gênero material elétrico e de comunicações, mecânica, bebidas e produtos plásticos, com 23% de representatividade no conjunto da indústria regional.

²³ Informação baseada nos estudos das pesquisadoras Dra. Vânia Heredia e Juliane Peruzzo. As autoras referem que em sua pesquisa constatou-se que a maioria das grandes firmas regionais passou (ou está passando) por um processo de reestruturação. Várias empresas de médio porte se incluem também nessa preocupação. A reestruturação industrial, na sua essência, constitui-se numa resposta aos desafios colocados pela perda de dinamismo do modelo industrial baseado na produção em massa. Ao nível da firma, a reestruturação baseia-se na inovação tanto tecnológica quanto organizacional, em busca de uma maior flexibilidade. O que se pode dizer da região de Caxias no que concerne à reestruturação industrial é que ela tem procedido a modernizações sem abandonar totalmente características tradicionais de produção. Segundo Heredia e Peruzzo (1998, p.153), “as mudanças tecnológicas ocorreram por meio da introdução de equipamentos microeletrônicos adaptados à tecnologia convencional. Isso significa que houve introdução de novas tecnologias através de máquinas e controles, mantendo-se, entretanto, a estrutura tradicional do tecido industrial”. Muitas vezes, num mesmo chão de fábrica, encontram-se equipamentos automatizados ao lado de outros de base mecânica simples. “Pelo que pudemos depreender das entrevistas efetuadas com diversos empresários da região, a principal preocupação - aquela que norteia todo e qualquer tipo de mudança no interior da firma - é a diminuição de custos de produção”. Ver também sobre o “modelo frankenstein” referido por Merlo (2003) sobre o assunto.

²⁴ A mesma pesquisa referida na nota anterior detectou um processo de precarização do trabalho que se enquadra na estratégia de redução de custos em busca da flexibilidade. Segundo líderes sindicais

Quanto à flexibilização, no município de Caxias do Sul, as autoras Heredia e Peruzzo (1998) afirmam que se pode observar, durante a década de 1990, que a indústria pereceu orientar-se por uma flexibilidade do tipo defensiva²⁵, uma vez que a visão de longo prazo e as práticas cooperativas entre os diversos agentes regionais não estavam colocadas em primeiro plano.

Convém salientar, ainda, que o fato de que o desenvolvimento municipal se baseia na valorização de recursos internos à região, não quer dizer que o mesmo pode ser pensado como uma experiência fechada, cujo sucesso advenha desse fechamento ou auto-suficiência. Muito ao contrário, trata-se de um espaço que soube estabelecer relações, que soube utilizar trocas em seu benefício, pois, segundo Breitbach (2004), a sustentação de um processo de desenvolvimento regional depende não apenas da performance das empresas locais, mas também, e muito mais, da capacidade que devem ter os agentes locais de empreenderem uma ação coordenada em busca de estratégias comuns.

A autora (2004) explica assim o que entende por desenvolvimento local:

O que se entende, então, por desenvolvimento local é a uma expressão que compreende diversas abordagens, como distritos industriais, sistemas produtivos localizados, meios inovadores. Entretanto, o traço comum entre elas é que se trata de experiências de desenvolvimento baseadas em forças endógenas, onde as instituições e as autoridades locais exercem seus próprios papéis econômicos, independentes do Estado central (ou de outras instâncias que lhes sejam superiores). (p. 14).

entrevistados pelas pesquisadoras, essa precarização do trabalho se consubstancia, por um lado, num aumento do trabalho a domicílio, em que o trabalhador é tido como autônomo, escapando o patrão aos custos sociais correspondentes. Por outro lado, o *turnover*, que consiste na rotatividade da mão-de-obra para manter os salários no seu nível mais baixo, é outro elemento dessa precarização.

²⁵ LEBROGNE e LIPIETZ (1988) em LINS, H. (2000 p.239). LEBROGNE e LIPIETZ (1988). Sobre os dois tipos de flexibilidade, esquematicamente, seria o seguinte: a) flexibilidade defensiva: visão de curto prazo. Trata-se de uma simples reação às adversidades oriundas do acirramento da concorrência, em que a redução de custos, sobretudo do trabalho, parece ser o objetivo principal. As relações entre sub-contratantes e sub-contratados são tensas e oportunistas. A modernização tecnológica e organizacional é conservadora e vem acompanhada de retrocesso em termos sociais. b) flexibilidade ofensiva: visão de longo prazo. Existem vínculos mais densos, de cooperação, entre trabalhadores, firmas e instituições, visando aos interesses coletivos do sistema local como um todo.

Segundo Pecqueur²⁶, citado por Breitbach (2004, p. 14-15), “as experiências de desenvolvimento local demonstram a capacidade das coletividades locais de se adaptarem às imposições da internacionalização da concorrência a partir de seu potencial de organização. Verifica-se que há organizações em locais que respondem à uniformização dos comportamentos provocada pela mundialização das trocas e que permitem encontrar formas mais eficazes de valorização de riquezas”. A autora refere ainda²⁷ que:

Na visão de Sengenberger (1993, p.355), o desenvolvimento local é uma situação onde as economias locais podem, graças à melhor utilização de recursos, à melhor colaboração entre empresas, trabalhadores e outros agentes locais, promover vantagens comparativas, em resposta aos imperativos de eficiência e inovação. Para esse autor, o desenvolvimento local transcende o interesse econômico imediato, na medida em que mobiliza os cidadãos a participarem da vida social, política e cultural da região, auxiliando no fortalecimento da identidade regional. Sendo as experiências de desenvolvimento local resultado de uma combinação particular de elementos históricos, sociais, econômicos e geográficos, deve-se ressaltar que, no limite, cada caso é único, e conseqüentemente o fenômeno não pode ser deliberadamente reproduzido em outro local. (BREITBACH, 2004, p. 14).

Por outro lado, é necessário ter em mente que o modo de desenvolvimento local não resolve o problema das desigualdades inter-regionais. Ao contrário, na medida em que a mundialização estimula a competição entre os territórios, as desigualdades podem se aprofundar.

No que se refere ao desenvolvimento local, podemos ter como indicadores a influencia da diversificação industrial, a influência dos salários relativamente inferiores aos encontrados em outras regiões, aliando-se a boa formação da população local, que enseja uma qualificação da mão-de-obra mais

²⁶ PECQUEUR, Bernard. *Dynamiques territoriales et mutations économiques*, Paris, l'Harmattan, 1996. (p.19). Não foi possível localizar a informação na fonte original.

²⁷ SENGENBERGER, W. *Développement local et concurrence économiques internationale*, *Revue Internationale du Travail*, vol. 132, n°3, 1993 (p. 355). Não foi possível localizar a informação na fonte original.

elevada, resultando numa produtividade maior, diversidade de mercados consumidores, incluindo o incremento da atividade exportadora.

Para finalizar, podemos indicar as formas de contratação e flexibilização do trabalho e das relações de trabalho que são praticadas pelas empresas do setor metal-mecânico²⁸ na área de abrangência do SIMECS – Sindicato das Indústrias Metal-Mecânicas de Caxias do Sul²⁹: Flexibilização da Jornada de Trabalho, Suspensão Temporária do Contrato de Trabalho Para Qualificação Profissional, Banco de Horas, Contrato de Trabalho por Tempo/Prazo Determinado da Lei 9.601/98, Trabalho Temporário, Trabalho em Regime de Tempo Parcial, Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, Contrato de Experiência.

Inserido nesse contexto, o campo de investigação que propomos busca entrelaçar os fios da questão do trabalho com seu significado e transformações com os fios dessa tradição, produzindo reflexões sobre estes entrelaçamentos históricos na experiência de trabalho flexível que se vivencia no município de Caxias do Sul. Esse olhar sobre o trabalho busca as experiências dos trabalhadores administrativos e a tessitura que constrói o lugar desse trabalhador no contexto da flexibilização, construindo subjetividades.

4.2 Os Trabalhadores Administrativos do Setor de Recursos Humanos

O estudo que desenvolvemos junto às empresas metalúrgicas do setor metal-mecânico na cidade de Caxias do Sul teve como objetivo conhecer os efeitos

²⁸ Dados disponíveis no Site do SIMECS: www.simecs.com.br. Último acesso em 07.01.2008.

²⁹ Base territorial do SIMECS: Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guabiju, Nova Pádua, Nova Prata, Protásio Alves, São Jorge, São Marcos, Veranópolis, Vila Flores, Vista Alegre do Prata. Site do SIMECS: www.simecs.com.br.

da flexibilização do trabalho na subjetividade e na saúde dos trabalhadores locados no setor administrativo de recursos humanos.

O setor de recursos humanos foi escolhido devido ao seu caráter paradigmático na atual contextualização do trabalho contemporâneo, ou seja, é um setor em que muitas mudanças foram experimentadas pelos trabalhadores no exercício de suas atividades. As transformações do trabalho trazidas pela literatura científica foram evidenciados ressaltando: as tecnologias da comunicação e informação, a legislação trabalhista, a competição global e o novo *management*. As tecnologias da comunicação e da informação contribuíram muito para essa transformação, possibilitando maior facilidade de processar, acessar e armazenar informações. A legislação trabalhista também mudou, não significativamente do ponto de vista dos direitos dos trabalhadores, mas, sensivelmente, nos modos de gerir, dar novas formas e conteúdos ao trabalho e às relações de trabalho. Exemplos disso podem ser observados nos vários contratos de trabalho alternativos, diversificadas formas de jornada e escalas de trabalho, práticas como banco de horas, participação em lucros e resultados, etc. A competição global também contribui exigindo maior competitividade e produtividade das empresas que demandam um novo perfil de trabalhador, apregoado pelo novo *management*. Esse novo *management* também é responsável por várias práticas que são delineadas nas políticas de gestão de pessoal, da qualidade, dos processos de trabalho que são difundidos pelo e através dos setores de recursos humanos.

Esse setor opera várias interfaces no desempenho de suas funções e responde a atividades como pagamento, remuneração, segurança, saúde, carreira, recrutamento e seleção de pessoal, benefícios, transporte, alimentação, carreira. As funções e atividades exercidas por esses profissionais, geralmente, envolvem a

execução de atividades de serviços como ensinar, planejar, organizar, controlar, negociar, administrar, assessorar, secretariar, digitar, escanear, reproduzir dados em computadores e equipamentos de escritório, fornecimento de serviços, prevenção, absorção de riscos e desvios da normalidade (CBO, 2002; OFFE, 1994; Pesquisa de Salários da ARHSerrana, 2007). Isso tudo demanda um “novo” trabalhador, não só como integrante do setor de recursos humanos, mas envolvendo os demais trabalhares que o setor seleciona, treina, desenvolve, remunera, protege de acidentes e preserva a saúde. É nesse sentido que ele nos parece paradigmático: nessa interface entre produzir-se como um setor de serviços com perfil diferenciado e, através da prestação de serviços de seu próprio trabalho, de qualificar e formar, em que a característica imaterial se materializa nos modos de trabalho dos outros trabalhadores. O que nos levou a investigar as mudanças e transformações nesse setor, tomando-o como paradigmático, é que, tal como o trabalho imaterial produz subjetividade (LAZZARATTO; NEGRI, 2001), este setor opera diretamente para produzir subjetividade e modos de subjetivação. Assim o setor de recursos humanos configura-se como um agente de subjetivação enquanto tecnologia que pode pressionar e produzir essas formas de reconhecimento do sujeito. Esse imbricamento subjetivo operado pelos novos modos de produzir e trabalhar, provavelmente, pode ser observado em outros setores, empresas, funções e atividades, segmentos mercadológicos. O desejo de pesquisarmos o setor de recursos humanos é que ele, ao mesmo tempo, atravessa e é atravessado por esses imbricamentos subjetivos na medida que suas atividades produzem saberes e práticas que operam nas subjetividades.

O setor de recursos humanos caracteriza-se, atualmente, por ser um setor de serviços e o trabalho de seus integrantes tende a invisibilidade e a

imaterialidade. Tais características destacam-se também no atual trabalho contemporâneo flexível, informatizado, globalizado, reestruturado.

Essa imaterialidade pode ser observada na dificuldade da delimitação da função administrativa que trouxe uma série de elementos contraditórios e indicativos das segmentações do trabalho que pretendemos tomar como ponto de partida desta pesquisa.



Fonte: Imagens retiradas da Internet a partir da expressão trabalho administrativo.

Para o CBO – Código Brasileiro de Ocupação, esses trabalhadores são categorizados como pertencentes ao grupo quatro, de trabalhadores de serviços administrativos e são assim definidos:

Este grande grupo compreende dois subtipos. Aqueles que realizam trabalhos burocráticos, sem contato constante com o público e trabalhadores administrativos de atendimento ao público. O primeiro subtipo compreende as ocupações cujas atividades principais requerem para seu desempenho conhecimentos e experiência necessários para ordenar, armazenar, computar e recuperar informações. As atividades consistem em realizar trabalho de secretaria, digitar e/ ou escanear e reproduzir textos e dados em computadores, realizar outros tipos de operação em equipamentos de escritório. O segundo subtipo compreende atividades de fornecimento de serviços a clientes como os realizados por auxiliares de biblioteca, documentação e correios, operadores de caixa, atendentes etc. A maioria das ocupações deste grande grupo requer competência de nível 2³⁰.(2002).

³⁰ O conceito de competência tem duas dimensões:

- *Nível de competência*: é função da complexidade, amplitude e responsabilidade das atividades desenvolvidas no emprego ou outro tipo de relação de trabalho.
- *Domínio (ou especialização) da competência*: relaciona-se às características do contexto do trabalho como área de conhecimento, função, atividade econômica, processo produtivo, equipamentos, bens produzidos que identificarão o tipo de profissão ou ocupação.

A nova estrutura proposta agrega os empregos por habilidades cognitivas comuns exigidas no exercício de um campo de trabalho mais elástico, composto por um conjunto de empregos similares que vai se constituir em um campo profissional do domínio x, y e z. O nível de competência 2 é um nível de complexidade simples.

De modo geral, esse grupo compreende escriturários e trabalhadores de atendimento ao público³¹. Não compreende, porém, trabalhadores administrativos e de atendimento ao público, cujas atividades são complexas e requerem aplicação de conhecimentos profissionalizantes obtidos em formação de escolas técnicas e de nível superior.

Coloca-se um aspecto interessante para nossa reflexão quando analisamos esta categoria ocupacional enunciada no Código Brasileiro de Ocupações – CBO. O CBO afirma que sua definição traz ampliado o campo de observação³²; no entanto, não considera o trabalho administrativo como complexo, como no caso de um supervisor, gerente ou diretor que exerce funções

³¹ Títulos desse grupo: SUPERVISORES ADMINISTRATIVOS; SUPERVISORES DE SERVIÇOS FINANCEIROS, DE CÂMBIO E DE CONTROLE (Supervisor de almoxarifado, Supervisor de câmbio, Supervisor de contas a pagar, Supervisor de controle patrimonial, Supervisor de crédito e cobrança, Supervisor de orçamento, Supervisor de tesouraria); ESCRITURÁRIOS EM GERAL, AGENTES, ASSISTENTES E AUXILIARES ADMINISTRATIVOS (Auxiliar de escritório, em geral, Assistente administrativo, Atendente de judiciário, Auxiliar de judiciário, Auxiliar de cartório, Auxiliar de pessoal, Auxiliar de estatística, Auxiliar de seguros, Auxiliar de serviços de importação e exportação); OPERADORES DE EQUIPAMENTOS DE ENTRADA E TRANSMISSÃO DE DADOS (Datilógrafo, Digitador, Operador de mensagens de telecomunicações (correios), Supervisor de digitação e operação); CONTÍNUOS; AUXILIARES DE CONTABILIDADE (Analista de folha de pagamento, Auxiliar de contabilidade, Auxiliar de faturamento); ESCRITURÁRIOS DE SERVIÇOS BANCÁRIOS; ALMOXARIFES E ARMAZENISTAS (Almoxarife, Armazenista, Balanceiro); APONTADORES E CONFERENTES (Apontador de mão-de-obra, Apontador de produção, Conferente de carga e descarga); AUXILIARES DE SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO E PESQUISA (Arquivista de documentos, Codificador de dados, Fitotecário, Kardexista, Operador de máquina copiadora - exceto operador de gráfica rápida); CARTEIROS E OPERADORES DE TRIAGEM DE SERVIÇOS POSTAIS; SUPERVISORES DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO E DE PESQUISA (Supervisor de caixas e bilheteiros - exceto caixa de banco), Supervisor de cobrança, Supervisor de coletadores de apostas e de jogos, Supervisor de entrevistadores e recenseadores, Supervisor de recepcionistas, Supervisor de telefonistas, (Supervisor de telemarketing e atendimento); CAIXAS E BILHETEIROS (EXCETO CAIXA DE BANCO); COLETADORES DE APOSTAS E DE JOGOS; COBRADORES E AFINS (Cobrador externo, Cobrador interno, Localizador, Notificador); RECEPCIONISTAS (Recepcionista, em geral, Recepcionista de consultório médico ou dentário, Recepcionista de seguro saúde, Recepcionista de hotel, Recepcionista de banco); OPERADORES DE TELEFONIA (Telefonista, Teleoperador, Monitor de teletendimento, Operador de rádio-chamada); OPERADORES DE TELEMARKETING (Operador de *telemarketing* ativo, Operador de *telemarketing* ativo e receptivo, Operador de *telemarketing* receptivo, Operador de *telemarketing* técnico); DESPACHANTES DOCUMENTALISTAS, ENTREVISTADORES E RECENSEADORES.

³² Conforme o CBO menciona: ao invés de se colocar a lupa de observação sobre os postos de trabalho, agregando-os por similaridades de tarefas, como era a tônica da CIUO 68 e CBO 82 e CBO 94, a CBO 2002 amplia o campo de observação, privilegiando a amplitude dos empregos e sua complexidade, campo esse que será objeto da mobilidade dos trabalhadores, em detrimento do detalhe da tarefa do posto.

administrativas e necessita de formações mais específicas ou mesmo de nível superior, como muitas vezes exigidas no mercado de trabalho atual, dando uma conotação simplista ao trabalhador administrativo. Além disso, parece não contemplar o fato de que muitos trabalhadores locados em áreas ligadas à produção estão cada vez mais integrando às suas práticas e atividades, as ditas funções administrativas. Esse é o caso de supervisores, engenheiros de segurança do trabalho ou técnicos de segurança, entre muitos outros, dos quais demandam-se cada vez mais relatórios, compilação de informações, gráficos.

Essas atividades administrativas que estavam “fora” do trabalho referido como produtivo, próprio da produção e das áreas produtivas, estão sendo inseridas em todas as funções e ocupações. Também, as funções ditas técnicas estão absorvendo mais as tarefas administrativas. Sendo assim, esse trabalho não parece restringir-se ao enunciado no nível 2 como faz entender o CBO, caricaturando o trabalho administrativo e distanciando-o de um trabalho de produção.



Fonte: Ilustrações retiradas da Internet a partir da expressão “trabalho administrativo + tecnologias da informação”.

Essa separação entre as tarefas administrativas e as ligadas à produção já estava presente no modelo taylorista-fordista onde existem as tarefas ligadas à produção e que, portanto, produzem valor e, as administrativas, que não são produtivas e diretamente não produzem valor. A discussão sobre o valor

acumulado e agregado pelas tarefas administrativas na produção tensiona a discussão sobre o trabalho em um contexto neofordista. A tecnologia computadorizada e infomatizada, por exemplo, é um meio de poupar mão-de-obra e de elevar a produtividade e a qualidade do produto (LARANJEIRA, 2002). O trabalhador da esfera administrativa aproxima-se muito no desempenho de suas funções ao trabalhador de prestação de serviços.

Nesse sentido, a posição de Offe (1994, p. 178-9) é esclarecedora:

Uma característica de todo o trabalhador em serviços 'reflexivos' é que ele processa e mantém o próprio trabalho: no setor de serviços, a produção é fundamentada conceitual e organizacionalmente. Tanto as empresas privadas como as públicas, as atividades tais como ensino, tratamentos de saúde, planejamento, organização, negociação, controle, administração e assessoria – ou seja, as atividades de prevenção, de absorção dos riscos e desvios da normalidade – são esmagadoramente dependentes do salário, exatamente da mesma forma que na produção industrial de mercadorias.

Em nota de rodapé o autor esclarece que a importância quantitativa da divisão dos “trabalhadores em geral” em formas de trabalho produtivo e de produção de serviços só se torna clara se não se desagrega, como geralmente se faz, de acordo com os “setores”, e sim de acordo com as ocupações. Em nosso estudo, definimos os sujeitos de nossa pesquisa de acordo com suas ocupações.

Outra contribuição do autor nos faz retomar o conceito do CBO acerca da categoria de trabalhadores de serviços administrativos. Offe (1994 p. 170) afirma:

[...] o trabalho em serviços diferencia-se do trabalho produtivo pela falta de um 'critério' de eficiência econômica claro e indiscutível, do qual se poderia deduzir estrategicamente o tipo e a qualidade, o lugar e o tempo do trabalho 'conveniente'. Não há um critério como este porque o produto de vários serviços (...) não é o 'lucro' monetário, mas os 'usos' concretos; freqüentemente eles ajudam a evitar perdas, cujo volume quantitativo não pode ser facilmente determinado exatamente porque elas são evitadas.

Outros entendimentos acerca das funções administrativas podem ser observados nas práticas locais do município de Caxias do Sul. Uma delas está presente na Pesquisa Salarial feita pela Associação Serrana de Recursos Humanos

– ARSerrana³³, que nos fornece uma interessante orientação quanto à realidade regional e traz uma classificação por áreas (setores) de trabalho privilegiando todos os cargos e atividades exercidos dentro de cada área, inclusive pelos trabalhadores administrativos³⁴, gerentes e supervisores. Esta pesquisa salarial desenvolvida pela Associação Serrana de Recursos Humanos – ARHSerrana nos forneceu suporte quanto ao entendimento e definição dos sujeitos de nossa pesquisa uma vez que optamos pela categorização das ocupações dos trabalhadores integrantes do setor de recursos humanos e que a mesma também se baseia em ocupações dentro de setores específicos e, não em grupos de atividades similares, como o faz o Código Brasileiro de Ocupações – CBO.

Para finalizar, há mais um ponto de intersecção que gostaríamos de destacar entre os trabalhadores administrativos e a conotação do trabalho presente na cultura caxiense onde está muito presente a valorização do trabalho produtivo associado à idéia de que trabalhar é produzir coisas materiais. O trabalho

³³ A pesquisa feita anualmente é válida para a seguinte base territorial: Antonio Prado, Barão, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Bom Jesus, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Canela, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Guabijú, Guaporé, Ipê, Jaquirana, Montaury, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Parai, Protásio Alves, Santa Tereza, São Jorge, São Francisco de Paula, São Marcos, São Valentin do Sul, Serafina Corrêa, União da Serra, Vacaria, Vale Real, Veranópolis, Vila Flores e Vista Alegre do Prata. Compreende, portanto, a mesma base territorial do SIMECS, mas compreende mais municípios em sua área de abrangência.

³⁴ Entre eles podemos citar algumas áreas como exemplo: Na Área Administração Geral: Contínuo Office Boy, Auxiliar administrativo, Recepcionista, Porteiro, Telefonista, Telefonista Recepcionista, Secretária de gerência, Secretárias bilíngües, Auxiliares de Serviços Gerais ou Zeladores (Limpeza e Jardinagem), Vigilantes e Motorista. Na Área Recursos Humanos: Auxiliar de Pessoal, Analista de Pessoal, Analista de Cargos e salários, Analista de Treinamento, Instrutor de Treinamento, Recrutador, Psicólogo Organizacional, Auxiliar de Recursos Humanos, Analista de Recursos Humanos, Assistente Social, Técnico em Segurança do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Técnico em Enfermagem, Enfermeiro do Trabalho, Médico do Trabalho, Médico Clínico Geral, Odontólogo, Auxiliar de Cozinha, Cozinheiro, Garçom, Nutricionista, Supervisor de Recursos Humanos, Gerente de Recursos Humanos. Na Área Administrativo/Financeiro: Auxiliar Contábil, Analista Contábil, Contador, Auxiliar Fiscal, Auxiliar de Custos, Analista de Custos, Auxiliar Financeiro (Contas a Pagar – Contas a Receber e Cadastro), Analista Financeiro (Contas a Pagar – Contas a Receber e Cadastro), Analista de Crédito e Cobrança, Caixa, Auxiliar de Patrimônio, Analista de Orçamento/Planejamento, Assessor Jurídico, Faturista, Supervisor Administrativo, Supervisor Financeiro, Gerente Administrativo/Financeiro. As outras áreas são: Informática, Suprimentos, Qualidade, Engenharia do Produto, Engenharia Industrial, Produção e Comercial.

administrativo é de caráter marcadamente imaterial e, por isso, muitas vezes, sem visibilidade ou reconhecimento. Assim a pergunta sobre como ficam aqueles trabalhadores que não estão inseridos no âmbito da produção direta, mas sim em funções administrativas, de apoio, ou, como afirma Offe (1994), produzem serviços e usos e não lucro, nesse contexto que valoriza e dá ênfase ao trabalho *produtivo*, parece bastante pertinente.

4.3 As Empresas e os Trabalhadores Pesquisados

Foram pesquisadas cinco grandes empresas da região cujo perfil exigia que as mesmas estivessem inseridas no contexto das tecnologias da informação e da comunicação, mantivessem relações comerciais internacionais e fossem do setor metal-mecânico da cidade de Caxias do Sul. Todas essas empresas começaram suas atividades na cidade de Caxias do Sul pela iniciativa de empreendedores locais e têm, em média, de 40 a 61 anos de existência. A história dessas empresas revela que seu desenvolvimento nem sempre foi crescente. Algumas delas passaram por momentos críticos de crise que ameaçaram seu fechamento, outras chegaram a solicitar concordatas, mas todas a seu modo encontraram saídas para as crises pelas quais passaram. Atualmente, são todas empresas multinacionais. Apenas uma delas não tem capital totalmente nacional tendo sido comprada por empresa multinacional estrangeira.

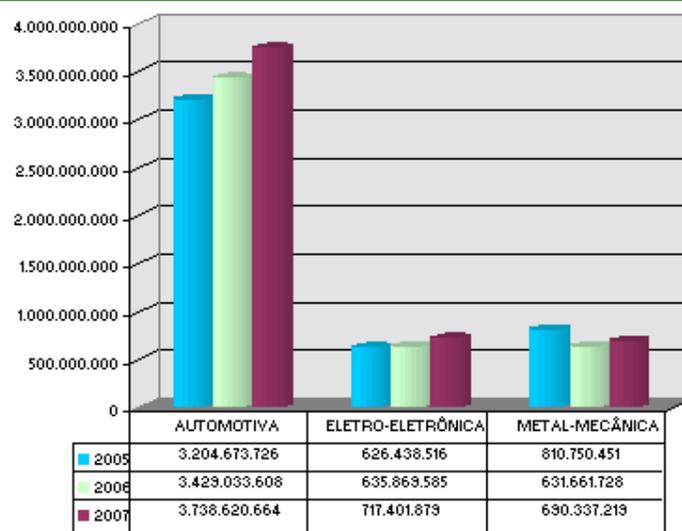
De acordo com o balanço social de 2007 do SIMECS – Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, sindicato patronal do qual todas as empresas pesquisadas fazem parte, o setor é responsável por 50 mil postos de trabalho e um faturamento anual na ordem de 9,3 bilhões de

reais em 2007. Alguns gráficos fornecidos pela instituição³⁵ podem nos auxiliar na caracterização das empresas pesquisadas comparadas com o total das 2.600 representadas por esse sindicato. No ano de 2005 eram 2.500 empresas, segundo o balanço social da entidade.

Para melhor orientação na análise de dados aqui proposta, salienta-se um importante dado. Em nosso estudo, as empresas que dele participaram foram sempre referidas como pertencentes ao setor metal-mecânico, no entanto, nos indicadores do sindicato ao qual elas pertencem às mesmas são classificadas como pertencentes à câmara setorial automotiva.

Gráficos ilustrativos dos dados econômicos das empresas do SIMECS.

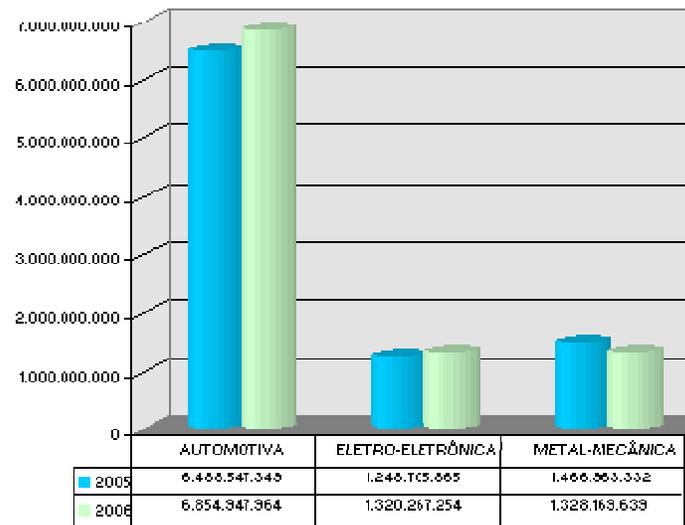
FATURAMENTO POR CÂMARA SETORIAL (R\$)



Fonte: Banco de Dados SIMECS

³⁵ Dados obtidos através de entrevistas com o diretor executivo do SIMECS e de informações disponibilizadas no site www.simecs.com.br, último acesso em 06 de janeiro de 2007.

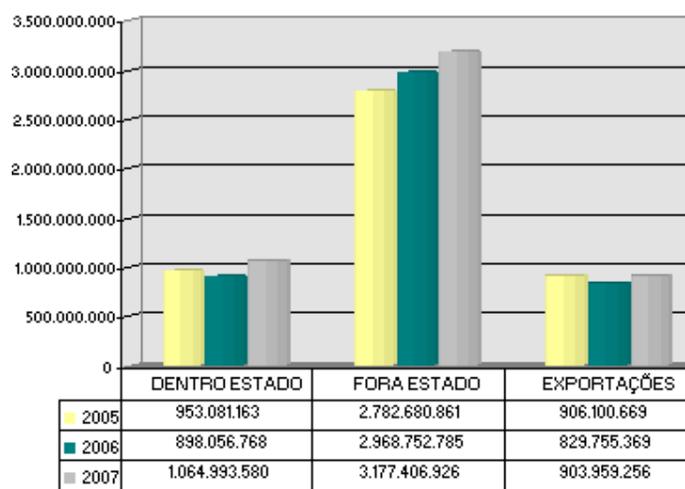
FATURAMENTO POR CÂMARA SETORIAL (R\$) – ANUAL



Período: Fechamento Anual dos anos de 2006 e 2005

Fonte: Banco de Dados SIMECS

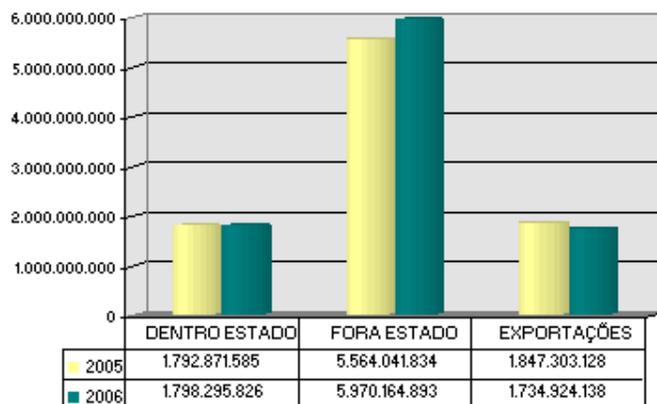
FATURAMENTO POR MERCADO (R\$)



Período: Comparativo dos dados do 1º semestre (JAN a JUN) dos anos de 2007, 2006 e 2005

Fonte: Banco de Dados SIMECS

FATURAMENTO POR MERCADO (R\$) – ANUAL



Período: Fechamento Anual dos anos de 2006 e 2005

Fonte: Banco de Dados SIMECS

Gráficos ilustrativos dos dados sociais das empresas do SIMECS.

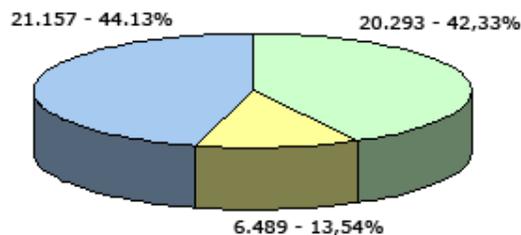
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS



Período: Fechamento 2006 (janeiro a dezembro)

Fonte: Banco de Dados SIMECS - ref. Todos os municípios da Base Territorial do SIMECS

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS POR CÂMARA SETORIAL

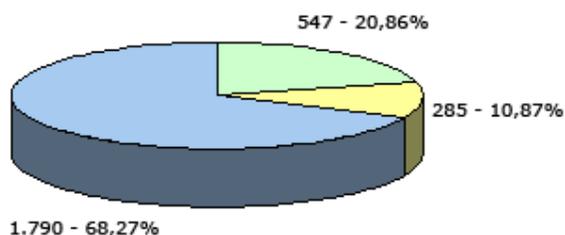


Automotiva Eletro-Eletrônica Metal-Mecânica

Período: Fechamento 2006 (janeiro a dezembro)

Fonte: Banco de Dados SIMECS - ref. Todos os municípios da Base Territorial do SIMECS

NÚMERO DE EMPRESAS POR CÂMARA SETORIAL

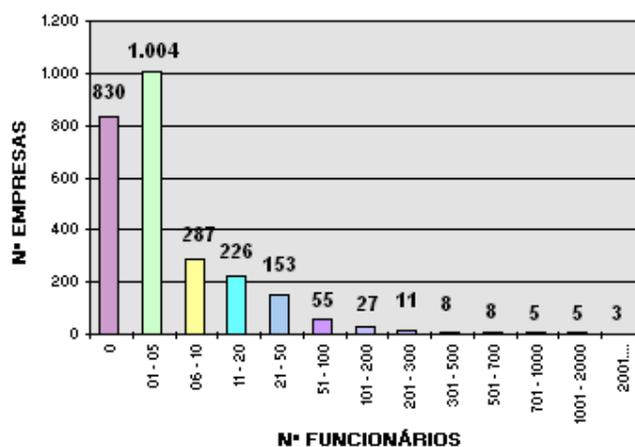


Automotiva Eletro-Eletrônica Metal-Mecânica

Período: Fechamento 2006 (janeiro a dezembro)

Fonte: Banco de Dados SIMECS - ref. Todos os municípios da Base Territorial do SIMECS

NÚMERO DE EMPRESAS X NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS



Período: Fechamento 2006 (janeiro a dezembro)

Fonte: Banco de Dados SIMECS - ref. Todos os municípios da Base Territorial do SIMECS

Em termos de empregados, essas empresas são responsáveis por 40% dos postos de trabalho e por 43% do faturamento de todo o setor metal-mecânico. Dessas empresas somente duas têm menos de mil empregados. As demais têm mais de dois mil empregados cada uma.

Quando comparamos o desempenho das empresas com a realidade do município, destacamos que o PIB, segundo fontes do IBGE Cidades³⁶, foi de 8 bilhões de reais em 2006, enquanto que em 2007 o faturamento dessas empresas já atingiu 9,3 bilhões de reais. Em comparação com o PIB *per capita*, a cidade tinha um indicador de R\$ 20.485 em 2004 que caiu para R\$ 14.641 em 2006. O PIB *per capita* nacional é de R\$ 4.289 para o ano de 2006. Um nível elevado do PIB *per capita* pode ser observado diante da realidade brasileira mesmo observando-se uma queda nesse nível.

Outros dados interessantes sobre a remuneração encontram-se no relatório Pesquisa Mensal de Emprego - PME³⁷ que, entre outras informações, mostra o rendimento médio real habitualmente recebido. Para a indústria da transformação o rendimento médio em novembro de 2006 era de R\$ 1.172,87, enquanto que a remuneração média no contexto pesquisado³⁸ era de R\$ 1.638,00, ou seja, 39% a mais. A tabela a seguir mostra as variações do Rendimento Médio

³⁶ Dados disponíveis no site do IBGE www.ibge.gov.br, último acesso em 06 de Janeiro de 2007. Dados também disponíveis no item 3.2. Caracterização do Universo da Pesquisa e 3.2.1 Área Geográfica dessa dissertação.

³⁷ Dados disponíveis no site do IBGE www.ibge.gov.br, último acesso em 06 de Janeiro de 2007. São pesquisadas seis regiões conforme descritas a seguir. Para o total das seis regiões, registrou-se o seguinte quadro: Empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado foi verificada alta (1,4%) no rendimento médio estimado em R\$ 1.103,20 em novembro de 2007. *Nas Regiões Metropolitanas de Recife (0,4%), Salvador (1,6%), Belo Horizonte (2,7%), Rio de Janeiro (2,8%) e São Paulo (0,6%), o rendimento mostrou elevação, enquanto na Região Metropolitana de Porto Alegre o quadro foi de estabilidade.* Para o cálculo do rendimento real, o deflator utilizado para cada área é o Índice de Preços ao Consumidor - INPC da respectiva região metropolitana, produzido pelo IBGE. Para o rendimento do conjunto das seis regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa, o deflator é a média ponderada dos índices de preços dessas regiões. A variável de ponderação é a população residente na área urbana da região metropolitana.

³⁸ Dados do último balanço social SIMECS.

Real Habitual da População Ocupada, segundo os Grupos de Atividade, para o total das seis regiões abrangidas pela pesquisa PME.

Rendimento Médio Real Habitualmente Recebido (a preços de novembro de 2007)					
Grupos de Atividade Econômica	novembro de 2006	outubro de 2007	novembro de 2007	variação mensal	variação anual
População Ocupada	1.116,51	1.128,38	1.143,60	1,3%	2,4%
Indústria extrativa, de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água	1.172,87	1.216,85	1.211,30	-0,5%	3,3%
Construção	808,65	824,29	862,50	4,6%	6,7%
Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis	908,83	907,54	919,10	1,3%	1,1%
Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira	1.558,12	1.516,42	1.531,60	1,0%	-1,7%
Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social	1.575,48	1.553,48	1.602,20	3,1%	1,7%
Serviços domésticos	407,41	417,47	422,30	1,2%	3,7%
Outros serviços (alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais)	1.000,54	1.034,48	1.039,30	0,5%	3,9%

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Essa pesquisa do IBGE estimou no mês de novembro de 2007, para o agregado das seis regiões, no que se refere à população ocupada, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores em R\$ 1.143,60, apresentando alta em relação a outubro (1,3%). Na comparação com novembro de 2006, o quadro também foi de recuperação (2,4%) dos rendimentos. Com base nesses dados podemos verificar que os rendimentos na região pesquisada, em 2006 superam em 43% a média estimada para 2007 a nível nacional.

No enfoque regional, comparando outubro e novembro de 2007, vemos que houve recuperação no rendimento nas Regiões Metropolitanas de Salvador (4,0%), Belo Horizonte (2,5%), Rio de Janeiro (1,6%), São Paulo (1,0%) e Porto Alegre (1,2%). Foi assinalada estabilidade no rendimento da Região Metropolitana

de Recife. Na comparação anual, o comportamento foi de elevação em três regiões metropolitanas: Belo Horizonte (7,2%), Rio de Janeiro (6,2%) e Porto Alegre (2,9%). Comportamento de queda foi observado nas Regiões Metropolitanas de Recife e de Salvador, aproximadamente (0,6%) e o rendimento em São Paulo ficou estável. Isso pode ser observado na tabela abaixo:

Rendimento Médio Real Habitual da População Ocupada, por Região Metropolitana							
Mês/Ano	TOTAL	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
nov/03	1.024,16	716,37	795,77	930,77	992,28	1.145,79	1.026,71
nov/04	1.045,90	763,41	813,43	938,15	1.019,04	1.166,18	1.032,04
nov/05	1.066,62	756,56	883,24	943,58	1.058,90	1.189,44	1.003,66
nov/06	1.116,51	825,36	923,21	1.002,78	1.056,65	1.266,16	1.077,74
Dez/06	1.128,25	792,71	907,17	1.009,90	1.088,56	1.282,26	1.062,39
Jan/07	1.116,25	799,34	882,43	1.044,54	1.081,76	1.254,85	1.049,65
Fev/07	1.137,70	795,47	875,73	1.029,65	1.075,15	1.308,33	1.080,46
mar/07	1.137,31	782,51	877,92	993,76	1.119,99	1.289,83	1.089,85
Abr/07	1.140,27	811,13	880,17	1.026,63	1.126,69	1.281,39	1.083,43
mai/07	1.143,62	796,25	929,31	1.029,55	1.126,07	1.285,28	1.080,54
Jun/07	1.138,04	798,22	883,80	1.032,20	1.146,65	1.262,68	1.086,91
Jul/07	1.124,43	810,15	886,03	1.036,23	1.137,45	1.234,86	1.090,60
Ago/07	1.119,16	846,34	882,81	1.043,78	1.103,53	1.236,66	1.080,73
Set/07	1.122,29	794,44	884,26	1.023,87	1.125,81	1.237,65	1.102,71
Out/07	1.128,38	819,88	883,51	1.048,26	1.104,49	1.255,45	1.095,67
nov/07	1.143,60	820,40	919,00	1.074,80	1.121,70	1.267,90	1.108,80

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Outra informação importante para análise do setor e da região estudada refere-se à remuneração. Neste sentido, trataremos inicialmente os dados nacionais, regionais e do Estado do Rio Grande do Sul obtidos através da pesquisa PIMES³⁹ - Pesquisa Industrial Mensal Emprego e Salário – IBGE de outubro 2007 e

³⁹ Dados disponíveis no site do IBGE www.ibge.gov.br, último acesso em 06 de Janeiro de 2007.

A amostra da pesquisa é gerada pelo Cadastro Básico de Seleção (CBS) e tem como marco referencial às informações do Cadastro Central de Empresas do IBGE (CEMPRE) — cadastro que reúne sistematicamente informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e das pesquisas estruturais do próprio IBGE — e foi obtida através da técnica de amostragem probabilística em que a unidade de seleção é a Unidade Local Produtiva Industrial.

Valor da Folha de Pagamento (VFP) - Valor total da Folha de Pagamento do pessoal ocupado assalariado para o mês de referência, onde estão incluídos, entre outros: salários contratuais; horas extras; 13º salário; aviso prévio e indenizações; comissões e percentagens; e participação nos lucros.

do IBGE TEMÁTICO⁴⁰ modalidades de rendimento, folhas de pagamento, admissões, desligamentos, rotatividade e produtividade.

REGIÃO SUL COMPOSIÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO E DA FOLHA DE PAGAMENTO REAL POR SEÇÕES E DIVISÕES DA INDÚSTRIA OUTUBRO/2007												
SEÇÕES E DIVISÕES	PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO						FOLHA DE PAGAMENTO REAL					
	MENSAL (1)		ACUMULADO (2)		12 MESES (3)		MENSAL (1)		ACUMULADO (2)		12 MESES (3)	
	ÍNDICE	COMP. TAXA	ÍNDICE	COMP. TAXA	ÍNDICE	COMP. TAXA	ÍNDICE	COMP. TAXA	ÍNDICE	COMP. TAXA	ÍNDICE	COMP. TAXA
INDÚSTRIA GERAL	102,70	2,70	101,30	1,30	100,69	0,69	106,81	6,81	105,46	5,46	103,84	3,84
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS.....	97,71	-0,02	100,10	0,00	100,81	0,00	95,41	-0,05	100,03	0,00	99,32	-0,00
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.....	102,76	2,73	101,31	1,30	100,68	0,68	106,95	6,86	105,53	5,46	103,89	3,85
ALIMENTOS E BEBIDAS.....	104,18	0,78	106,45	1,16	105,83	1,07	106,79	1,03	109,06	1,35	107,58	1,15
FUMO.....	94,90	-0,02	91,31	-0,08	92,86	-0,05	87,44	-0,09	85,05	-0,16	84,02	-0,17
TÊXTIL.....	96,46	-0,17	98,31	-0,08	98,93	-0,05	97,89	-0,09	101,43	0,06	101,59	0,06
VESTUÁRIO.....	96,14	-0,37	95,01	-0,48	94,92	-0,48	107,58	0,42	104,01	0,21	101,48	0,08
CALÇADOS E COURO.....	86,92	-1,32	87,77	-1,37	86,19	-1,51	93,08	-0,56	94,57	-0,47	90,50	-0,79
MADEIRA.....	94,91	-0,31	90,90	-0,58	90,74	-0,59	84,05	-0,70	85,59	-0,64	86,45	-0,62
PAPEL E GRÁFICA.....	103,27	0,17	100,95	0,04	100,94	0,04	101,87	0,11	99,91	-0,00	98,97	-0,06
COQUE, REFINO DE PETRÓLEO, COMB. NUCLEARES E ALCOOL.....	115,35	0,13	104,94	0,04	106,18	0,05	106,59	0,09	109,79	0,12	110,15	0,13
PRODUTOS QUÍMICOS.....	111,74	0,37	113,65	0,41	112,88	0,39	110,29	0,42	115,29	0,64	110,17	0,45
BORRACHA E PLÁSTICO.....	103,60	0,17	102,34	0,11	101,60	0,07	106,22	0,30	104,51	0,22	104,86	0,24
MINERAIS NÃO-METÁLICOS.....	101,89	0,07	101,95	0,07	101,26	0,04	106,65	0,24	107,88	0,28	108,04	0,29
METALURGIA BÁSICA.....	104,45	0,07	99,89	-0,00	100,29	0,00	102,97	0,08	101,72	0,04	101,78	0,04
PRODUTOS DE METAL - EXCL. MÁQUINAS E EQUIPS.....	123,69	1,24	115,17	0,76	113,22	0,67	138,47	2,25	124,64	1,36	120,78	1,16
MÁQUINAS E EQUIPS - EXCL. ELÉTR., ELETRÔN., DE PRECISÃO E DE COMUN.....	113,71	1,01	106,19	0,45	104,50	0,33	107,75	0,85	105,78	0,63	104,37	0,47
MÁQUINAS E APARELHOS ELÉTR., ELETRÔN., DE PRECISÃO E DE COMUN.....	106,21	0,23	103,90	0,14	103,88	0,14	111,56	0,60	110,28	0,50	109,26	0,44
FABRICAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE.....	116,24	0,92	112,24	0,48	110,67	0,59	124,00	2,34	114,24	1,42	111,78	1,15
FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.....	98,64	-0,09	101,48	0,10	101,80	0,12	102,81	0,15	106,52	0,33	105,59	0,29

FONTE: IBGE, DIRETORIA DE PESQUISAS, COORDENAÇÃO DE INDÚSTRIA.
 NOTAS: (1)BASE: IGUAL MÊS DO ANO ANTERIOR = 100 (2)BASE: IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR = 100
 (3)BASE: ÚLTIMOS 12 MESES ANTERIORES = 100

De acordo com a taxa de crescimento na Região Sul e referente à indústria de transformação houve aumento do pessoal assalariado (2,73%) comparado com o mês igual no ano anterior bem como aumento na folha de pagamento real (5,56%) com base no igual período do ano anterior. No Estado do Rio Grande do Sul, o aumento do pessoal assalariado foi de 1,50% e o aumento na folha de pagamento registrou o índice de 7,86%. Os dados do SIMECS mostram um

A Folha de Pagamento é apresentada em quatro formas: *Valor da Folha de Pagamento Nominal*; *Valor da Folha de Pagamento Média Nominal* (folha de pagamento dividida pelo número de pessoas assalariadas); *Valor da Folha de Pagamento Real* (deflacionada); e *Valor da Folha de Pagamento Média Real* (além de deflacionada, a folha é dividida pelo número de pessoas assalariadas).

⁴⁰ Dados disponíveis no site do IBGE www.ibge.gov.br, último acesso em 06 de Janeiro de 2007.

aumento de 12% no valor total da remuneração e um aumento de 29% nos rendimentos decorrentes de participações nos lucros e resultados⁴¹.

RIO GRANDE DO SUL COMPOSIÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO E DA FOLHA DE PAGAMENTO REAL POR SEÇÕES E DIVISÕES DA INDÚSTRIA OUTUBRO/2007												
SEÇÕES E DIVISÕES	PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO						FOLHA DE PAGAMENTO REAL					
	MENSAL(1)		ACUMULADO(2)		12 MESES(3)		MENSAL(1)		ACUMULADO(2)		12 MESES(3)	
	ÍNDICE	COMP. TAXA	ÍNDICE	COMP. TAXA	ÍNDICE	COMP. TAXA	ÍNDICE	COMP. TAXA	ÍNDICE	COMP. TAXA	ÍNDICE	COMP. TAXA
INDÚSTRIA GERAL	101,50	1,50	99,67	-0,32	98,61	-1,38	111,09	11,09	107,87	7,87	104,59	4,59
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS.....	99,53	-0,00	101,35	0,00	101,53	0,00	86,02	-0,11	102,76	0,01	103,35	0,02
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.....	101,51	1,50	99,66	-0,33	98,59	-1,39	111,31	11,21	107,91	7,86	104,61	4,57
ALIMENTOS E BEBIDAS.....	98,02	-0,35	105,52	0,90	105,61	0,93	106,11	0,84	110,61	1,38	110,50	1,38
FUMO.....	92,02	-0,07	90,29	-0,21	92,18	-0,15	87,91	-0,20	85,71	-0,34	84,96	-0,35
TÊXTEIL.....	93,87	-0,11	95,93	-0,07	96,22	-0,06	92,40	-0,10	93,99	-0,07	93,13	-0,09
VESTUÁRIO.....	97,07	-0,07	92,00	-0,21	91,39	-0,23	103,56	0,05	100,07	0,00	97,61	-0,03
CALÇADOS E COURO.....	86,59	-3,22	86,71	-3,54	84,84	-3,95	93,34	-1,22	94,35	-1,09	89,76	-1,91
MADEIRA.....	82,67	-0,40	86,69	-0,29	87,92	-0,27	77,77	-0,45	87,69	-0,22	85,48	-0,28
PAPEL E GRÁFICA.....	103,60	0,15	99,60	-0,01	98,86	-0,05	96,68	-0,14	96,97	-0,13	96,00	-0,17
COQUE, REFINO DE PETRÓLEO, COMB. NUCLEARES E ALCÓOL.....	105,23	0,01	103,69	0,00	103,58	0,00	95,40	-0,04	106,66	0,06	105,15	0,05
PRODUTOS QUÍMICOS.....	110,69	0,33	111,85	0,34	110,36	0,30	121,30	0,98	122,89	1,13	113,33	0,71
BORRACHA E PLÁSTICO.....	105,53	0,23	98,45	-0,06	96,25	-0,16	127,32	1,05	111,33	0,46	106,76	0,28
MINERAIS NÃO-METÁLICOS.....	103,37	0,08	101,89	0,04	101,51	0,03	118,15	0,42	117,19	0,40	115,61	0,37
METALURGIA BÁSICA.....	99,19	-0,01	97,62	-0,04	98,74	-0,02	97,63	-0,09	96,07	-0,14	96,31	-0,12
PRODUTOS DE METAL - EXCL. MÁQUINAS E EQUIPS.....	139,67	2,64	133,69	1,98	130,28	1,83	163,08	4,96	148,99	3,31	139,68	2,81
MÁQUINAS E EQUIPS - EXCL. ELÉTR., ELETRÓN., DE PRECISÃO E DE COMUN.....	112,52	1,01	101,70	0,13	99,78	-0,01	110,88	1,23	106,63	0,75	103,62	0,41
MÁQUINAS E APARELHOS ELÉTR., ELETRÓN., DE PRECISÃO E DE COMUN.....	111,80	0,46	106,34	0,24	104,99	0,19	122,54	1,04	116,31	0,74	112,99	0,57
FABRICAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE.....	113,86	0,94	108,69	0,56	108,27	0,53	125,87	2,76	116,36	1,76	114,40	1,52
FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.....	97,77	-0,16	97,89	-0,14	98,06	-0,13	100,69	0,03	99,80	-0,01	97,91	-0,11

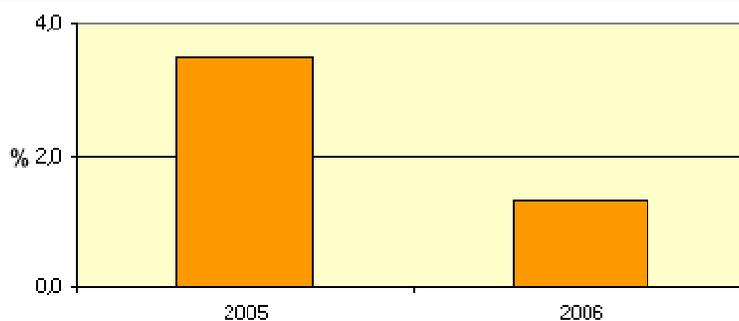
FONTE: IBGE, DIRETORIA DE PESQUISAS, COORDENAÇÃO DE INDÚSTRIA.
 NOTAS: (1)BASE: IGUAL MÊS DO ANO ANTERIOR = 100 (2)BASE: IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR = 100
 (3)BASE: ÚLTIMOS 12 MESES ANTERIORES = 100

O rendimento mensal médio é de R\$ 1.638,00 em 2006 e foi de R\$ 1.606,00 em 2005, um percentual de apenas 2%. Com os benefícios incluídos, a remuneração média mensal passa para R\$ 1.950,00 em 2006. Isso demonstra que o patamar de salários do contexto pesquisado não subiu proporcionalmente ao crescimento do rendimento mensal do estado e da região. O aumento do valor da remuneração através da folha de pagamento pode ser explicado pelo aumento de postos de trabalhos, mas com salários mais baixos. Em 2005, o SIMECS registrou em torno de 45 mil trabalhadores e 50 mil no ano seguinte.

⁴¹ Incluído na comparação tendo em vista que na base de cálculo do PIMES estes valores são incluídos.

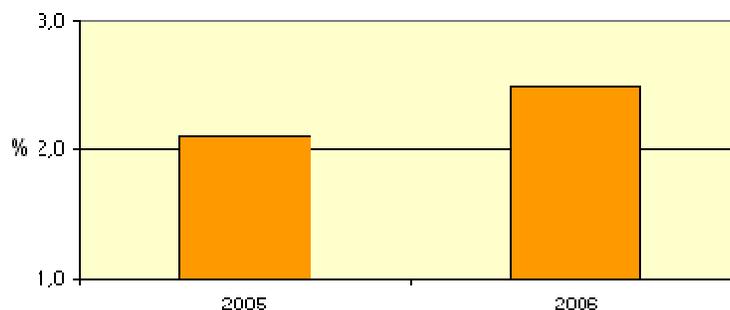
O aumento da produtividade e a diminuição da folha de pagamentos são aspectos relevantes que pudemos destacar. O IBGE através de sua pesquisa temática nos traz um dado que pode auxiliar na análise desse resultado. Nos gráficos a seguir, demonstra-se como foi possível um aumento da produtividade, enquanto relação entre produção física/horas pagas, com a proporcional diminuição da folha de pagamento e do número de horas pagas.

Folha de Pagamento Média Real



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria – Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES)

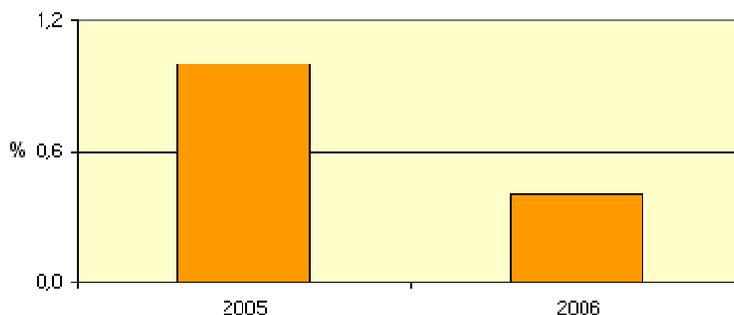
Produtividade



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria – Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física e Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

Nota: Produtividade - relação entre Produção Física/Horas Pagas

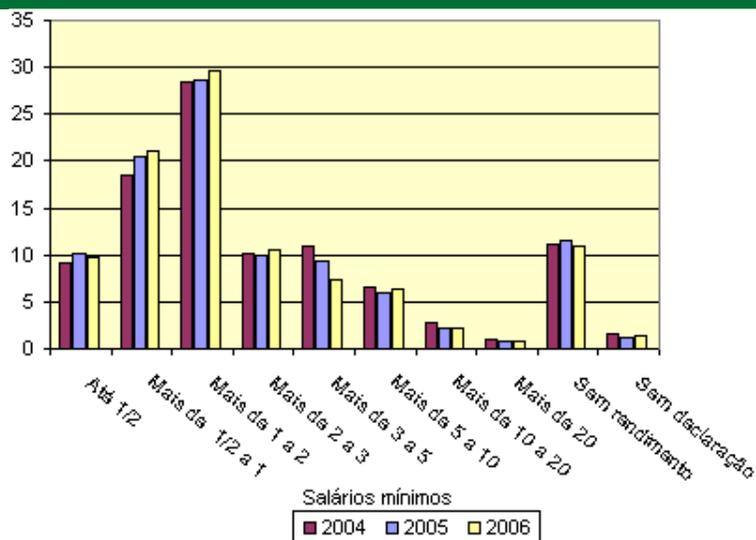
Número de Horas Pagas



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria – Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES)

Ainda do ponto de vista da remuneração, salienta-se que, comparado à média nacional, conforme demonstra o gráfico a seguir, o rendimento do setor mostra-se superior, estando acima de cinco salários mínimos.

Distribuição das pessoas ocupadas de 10 ou mais, por classes de rendimento no trabalho principal - 2004-2006

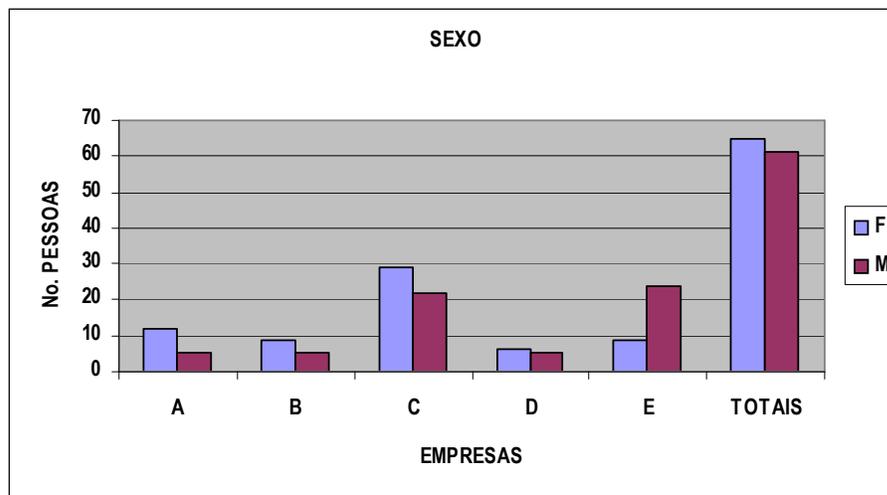


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física e Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

Tais dados podem indicar alguns fatores de precarização, como diminuição do salário e aumento das horas de trabalho e banco de horas, ainda que o setor e a região analisados tenham mantido níveis de produtividade e remuneração superiores à média nacional.

No que se refere aos trabalhadores estudados, os questionários trouxeram algumas informações sobre as variáveis como: sexo, faixa etária, nível de escolaridade, número de filhos ou pessoas sob sua responsabilidade, responsabilidade pelo sustento da unidade familiar e situação de trabalho que inclui informações como tipo de contrato e profissão ou função atual desempenhada no setor de recursos humanos, que permitiram algumas descrições sobre sua situação sócio-econômica e de trabalho.

Inicialmente, com relação ao gênero, foi possível observar um certo equilíbrio no total geral entre a mão-de-obra feminina e masculina empregada no setor administrativo de recursos humanos. No entanto, observou-se certa predominância da mão-de-obra feminina em quase todas as empresas. A exceção foi observada em apenas uma empresa. Um dado importante é que essa empresa apresenta também um grande número de trabalhadores com faixa etária acima de quarenta anos e um elevado nível de escolaridade. Durante as entrevistas coletivas realizadas nessa empresa, a questão do “machismo” foi levantada bem como uma certa problematização em torno da área de recursos humanos ser ou não uma área feminina. As oportunidades em cargos de chefia serem ocupadas de acordo com o gênero também apareceram nas entrevistas coletivas com os trabalhadores dessa empresa. Esse dado nos parece relevante, pois, nas demais entrevistas coletivas que realizamos, esses pontos não mereceram destaque por parte dos trabalhadores.



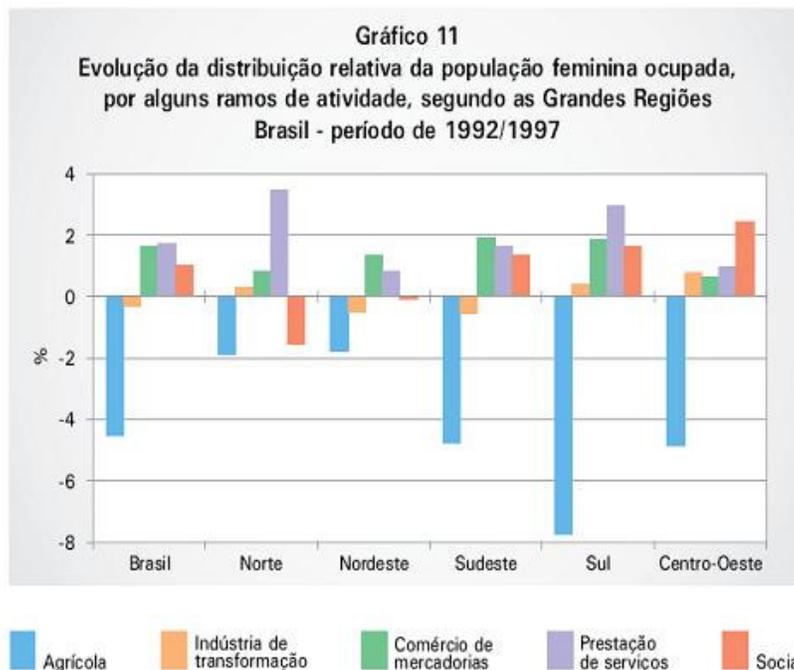
Fonte: Questionários – Estudo Internacional sobre a Qualidade de Vida e de Trabalho

Segundo dados do IBGE, trazidos na introdução de nosso estudo referentes à evolução da população feminina empregada por ramos de atividade⁴², os ramos da indústria de transformação, da construção e transporte e comunicação tendem a concentrar proporcionalmente mais a população masculina do que a feminina. Em contrapartida, os dados também demonstram um aumento significativo da população feminina no mercado de trabalho.

⁴² Conforme Gráfico 11 - Evolução da distribuição relativa da população feminina ocupada, por alguns ramos de atividade, segundo as Grandes Regiões Brasil - período de 1992/1997. Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992, 1993, 1995: Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1996, 1997: Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Nota: Exclui os dados da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Gráfico 11 Evolução da distribuição relativa da população feminina ocupada, por alguns ramos de atividade, segundo as Grandes Regiões Brasil - período de 1992/1997.

Os ramos da indústria de transformação, da construção e transporte e comunicação tendem a concentrar proporcionalmente mais a população masculina do que a feminina. Para contrabalançar, a população feminina passou a contribuir relativamente mais ao sistema previdenciário nacional, tanto do ponto de vista absoluto como relativo. Sua maior proporção relativa de contribuintes pode ser explicada pela entrada intensa da mulher no mercado de trabalho.



Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 1 CD-ROM; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1997: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.

Nota: Excluída a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

De acordo com os dados desse instituto⁴³, a população feminina passou a contribuir relativamente mais ao sistema previdenciário nacional, tanto do ponto de vista absoluto como relativo.

⁴³ Conforme Quadro 7 - Proporção de contribuintes de instituto de previdência em qualquer trabalho em relação à população ocupada, segundo as Grandes Regiões e sexo - Brasil - 1992/1997. Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992, 1993, 1995: Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1996, 1997: Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Nota: Excluída os dados da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Quadro 7 - Proporção de contribuintes de instituto de previdência em qualquer trabalho em relação à população ocupada, segundo as Grandes Regiões e sexo - Brasil - 1992/1997

A indústria de transformação mostrava padrão totalmente diferente no que concerne à proporção de contribuintes em relação à população ocupada. As Regiões Sul e Sudeste eram as duas que apresentavam maiores níveis de contribuição, embora decrescentes: na Região Sul, diminuiu de 81,3%, em 1992, para 79,9%, em 1997; e na Região Sudeste de 81,0%, em 1992, para 76,5%, em 1997.

Quadro 7 - Proporção de contribuintes de instituto de previdência em qualquer trabalho em relação à população ocupada, segundo as Grandes Regiões e sexo - Brasil - 1992/1997

Grandes Regiões e sexo	Proporção de contribuintes de instituto de previdência em qualquer trabalho em relação à população ocupada				
	1992	1993	1995	1996	1997
Norte	36,1	35,0	35,0	35,5	34,3
Masculino	34,2	34,2	34,2	34,0	32,6
Feminino	39,2	36,4	36,4	38,0	37,0
Nordeste	24,1	23,5	24,2	25,3	24,7
Masculino	24,6	23,8	24,6	25,0	24,4
Feminino	23,5	23,0	23,5	25,8	25,1
Sudeste	57,4	56,5	56,2	55,7	56,4
Masculino	61,3	60,3	59,7	58,3	58,7
Feminino	51,1	50,5	50,8	51,7	52,8
Sul	45,8	46,4	46,3	47,8	48,3
Masculino	50,6	51,2	50,5	50,8	51,0
Feminino	38,8	39,4	40,6	43,5	44,5
Centro-Oeste	37,1	36,9	37,8	38,7	40,1
Masculino	38,3	37,8	37,9	39,1	39,7
Feminino	35,2	35,4	37,6	38,1	40,6

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992, 1993, 1995: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 3 CD-ROM; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1996, 1997: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 2 CD-ROM.

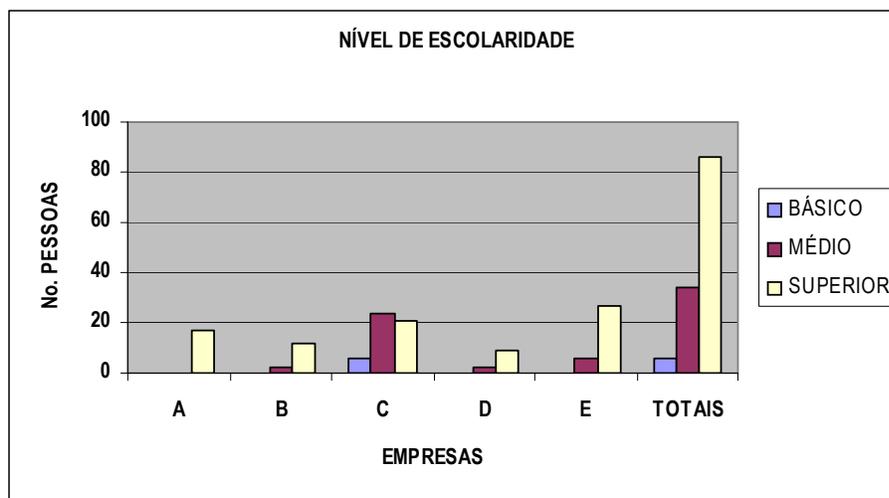
Nota: Exclui-se os dados da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Sua maior proporção relativa de contribuintes pode ser explicada pela entrada intensa da mulher no mercado de trabalho, avalia o IBGE⁴⁴. Outros dados importantes no relatório do IBGE MAPA DO MERCADO DE TRABALHO referem que quanto à proporção de contribuintes por sexo, houve três tipos de comportamentos diferentes, segundo as regiões: uma região apresentou proporção decrescente, para as populações masculina e feminina: a Região Norte Urbana; duas regiões apresentaram proporções crescentes, para ambos os sexos: as Regiões Sul e Centro-Oeste; e duas regiões apresentaram uma proporção relativa decrescente para a população masculina, porém crescente para a população feminina, que foram as Regiões Nordeste e Sudeste. Apesar de a população

⁴⁴ Informação que consta na página 34 do Relatório IBGE MAPA DE MERCADO DE TRABALHO. Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992, 1993, 1995: Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1996, 1997: Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Nota: Exclui-se os dados da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

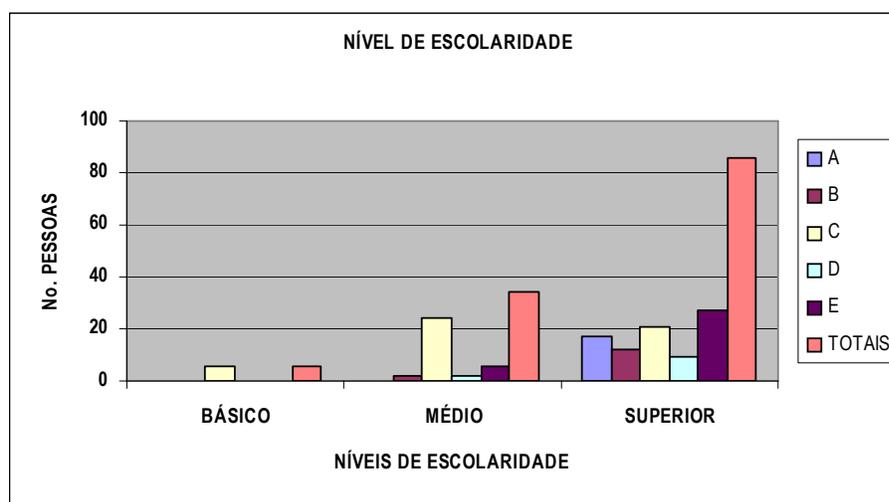
masculina ser relativamente maior contribuinte do que a população feminina em nível nacional, o mesmo não acontece necessariamente em todas as Grandes Regiões. Destaca-se que nas duas regiões mais desenvolvidas do País, as Regiões Sudeste e Sul, a população masculina continuava contribuindo relativamente mais do que a população feminina.

O segundo dado de censo que analisamos diz respeito à escolaridade. O gráfico abaixo representa os trabalhadores pesquisados e revela um nível de escolaridade alto em todas as empresas. Numa delas somente pessoal com nível de escolaridade superior integra a área de recursos humanos. Apenas em uma empresa aparece pessoal de nível básico pertencendo ao quadro funcional do setor de recursos humanos e este fato ocorreu em razão de que nesta empresa foi possível entrevistar o pessoal terceirizado que exerce as funções na vigilância patrimonial e alimentação. Esse gráfico pode confirmar a constante busca pela qualificação que observamos nas entrevistas coletivas enquanto estratégia de manutenção do emprego.



Fonte: Questionários – Estudo Internacional sobre a Qualidade de Vida e de Trabalho

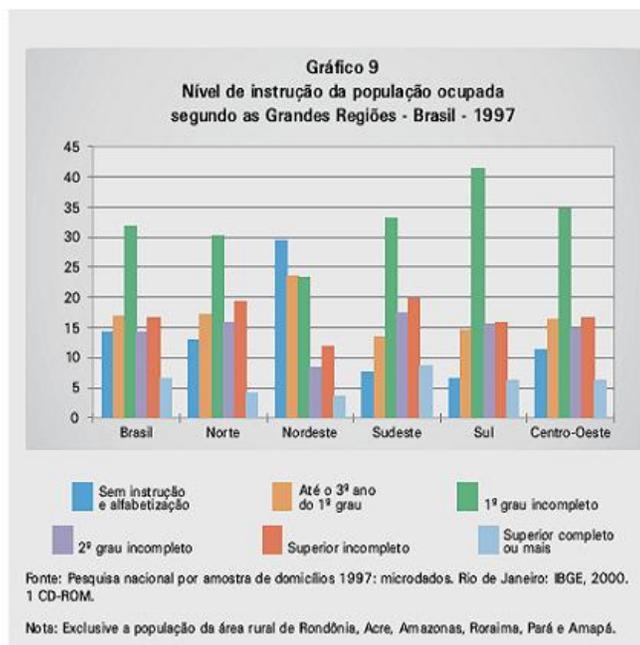
Visto de outra forma podemos compará-lo com dados estatísticos do IBGE com relação à população ocupada e o nível de instrução.



Fonte: Questionários – Estudo Internacional sobre a Qualidade de Vida e de Trabalho

A busca constante de qualificação aparece em destaque também na realidade nacional de acordo com as conclusões do IBGE referentes ao Gráfico 9 - Nível de instrução da população ocupada segundo as Grandes Regiões - Brasil –

1997⁴⁵ e Gráfico 10 - Nível de instrução da população ocupada, segundo o sexo - Brasil - 1997⁴⁶.



Embora o grupo de maior nível de instrução apareça com proporção crescente em todo o Brasil, este comportamento é mais significativo nas regiões mais industrializadas (Regiões Sudeste e Sul) e naquela em desenvolvimento industrial (Região Centro-Oeste). As pessoas ocupadas com nível superior

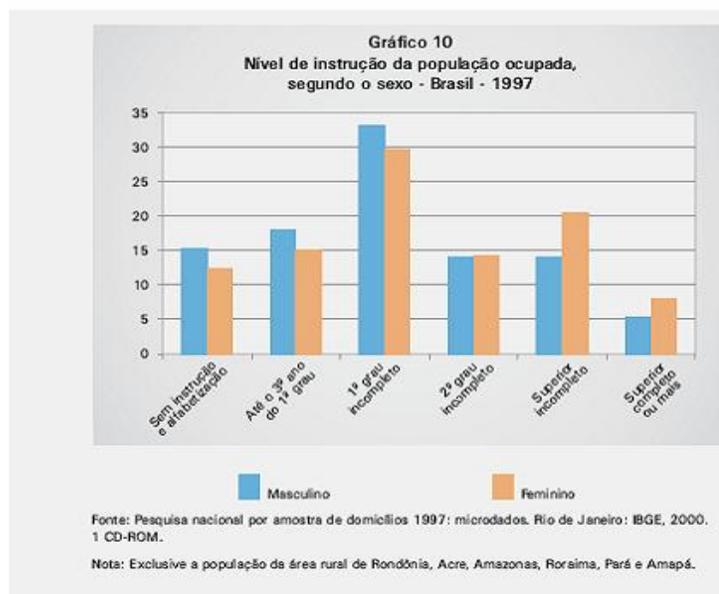
⁴⁵ **Gráfico 9 Nível de instrução da população ocupada segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1997**

Embora o grupo de maior nível de instrução apareça com proporção crescente em todo o Brasil, este comportamento é mais significativo nas regiões mais industrializadas (Regiões Sudeste e Sul) e naquela em desenvolvimento industrial (Região Centro-Oeste). As pessoas ocupadas com nível superior incompleto apresentaram incremento significativo em todas as regiões. O crescimento do nível de instrução formal do trabalhador brasileiro parece indicar que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente e seletivo. Através do Gráfico 9 evidencia-se a predominância da população ocupada com o 1º grau incompleto, que se faz mais intensa na Região Sul com um percentual de 41,4% (1997), seguida das Regiões Centro-Oeste e Sudeste.

⁴⁶ **Gráfico 10 Nível de instrução da população ocupada, segundo o sexo - Brasil - 1997.**

O Gráfico 10 revela, para o Brasil, a já conhecida superioridade feminina em relação ao nível de instrução, pois, no ano de 1997, as mulheres ocupadas tinham nível de instrução mais elevado do que os homens. Ainda que a proporção dos que têm 2º grau incompleto seja aproximadamente a mesma entre os homens e as mulheres, nos primeiros níveis de instrução (até o 1º grau incompleto),

incompleto apresentaram incremento significativo em todas as regiões. O crescimento do nível de instrução formal do trabalhador brasileiro parece indicar que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente e seletivo. Através do Gráfico 9 evidencia-se a predominância da população ocupada com o 1º grau incompleto, que se faz mais intensa na Região Sul com um percentual de 41,4% (1997), seguida das Regiões Centro-Oeste e Sudeste.

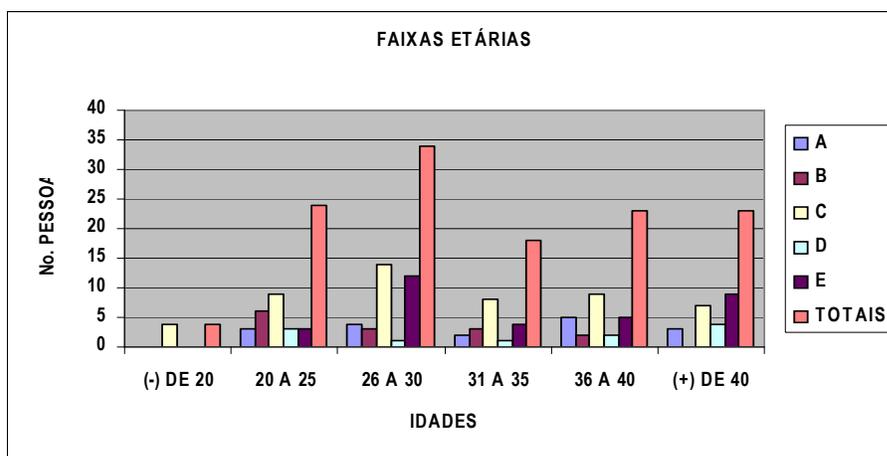


O Gráfico 10 revela, para o Brasil, a já conhecida superioridade feminina em relação ao nível de instrução, pois, no ano de 1997, as mulheres ocupadas tinham nível de instrução mais elevado do que os homens. Ainda que a proporção dos que têm 2º grau incompleto seja aproximadamente a mesma entre os homens e as mulheres, nos primeiros níveis de instrução (até o 1º grau incompleto),

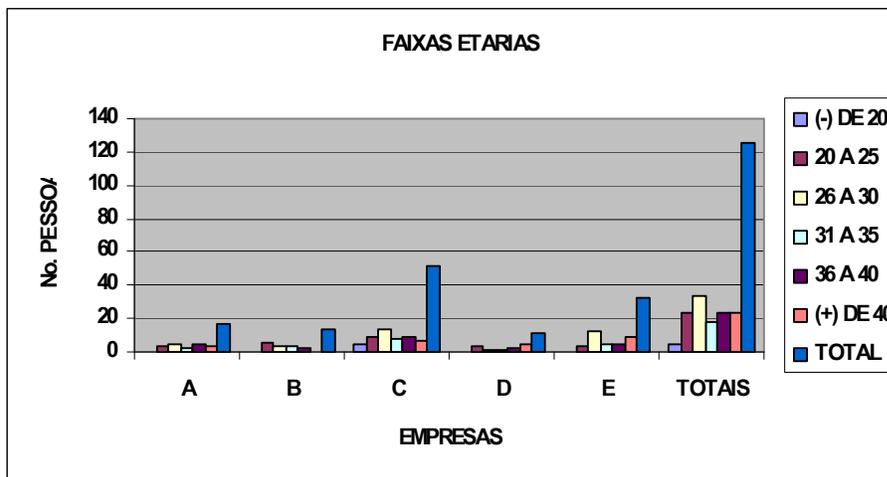
a participação masculina era sempre superior enquanto entre os que atingem o curso superior predominam as mulheres.

a participação masculina era sempre superior, enquanto entre os que atingem o curso superior predominam as mulheres.

No que diz respeito às faixas etárias, a maioria das empresas apresenta um maior contingente de trabalhadores locados no setor de recursos humanos entre as idades de 26 a 30 anos, seguida da faixa etária 20 a 25 anos. Isso parece revelar que trabalhadores mais jovens têm mais possibilidade de emprego. Em uma das empresas não há nenhum trabalhador locado na área acima de 40 anos de idade. Os resultados podem ser demonstrados de duas formas através dos seguintes gráficos.

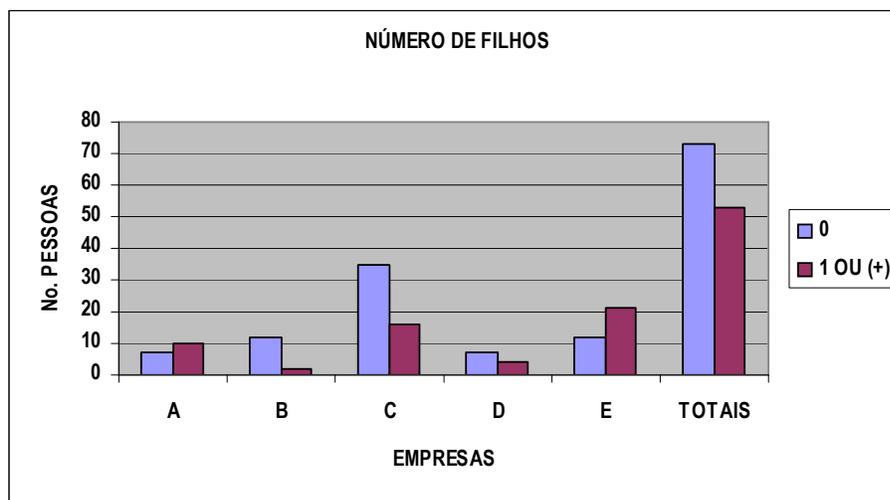


Fonte: Questionários – Estudo Internacional sobre a Qualidade de Vida e de Trabalho



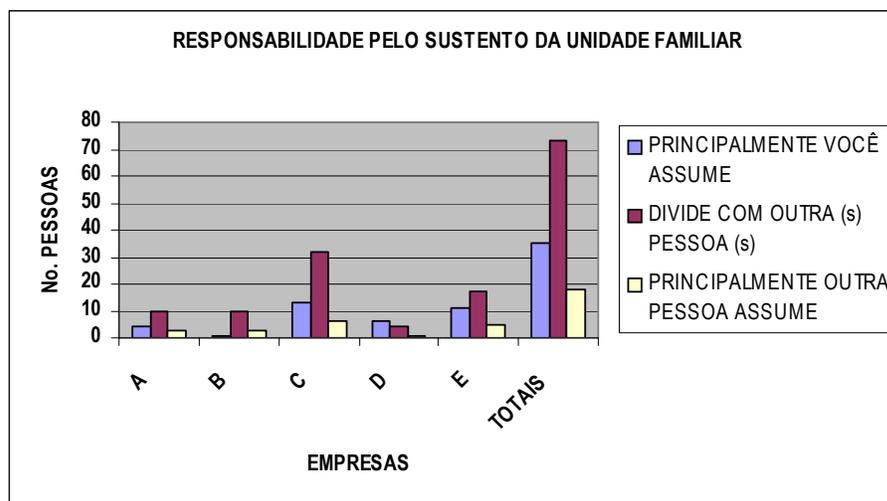
Fonte: Questionários – Estudo Internacional sobre a Qualidade de Vida e de Trabalho

Outro dado de censo que levantamos através do questionário refere-se ao número de filhos, conforme mostra o próximo gráfico. Nele podemos observar que a maioria desses trabalhadores não tem filhos, talvez devido a uma faixa etária de trabalhadores mais jovens. As empresas onde os trabalhadores estão em uma faixa etária mais elevada, como por exemplo, a partir dos 30 anos, declararam ter um ou mais filhos.



Fonte: Questionários – Estudo Internacional sobre a Qualidade de Vida e de Trabalho

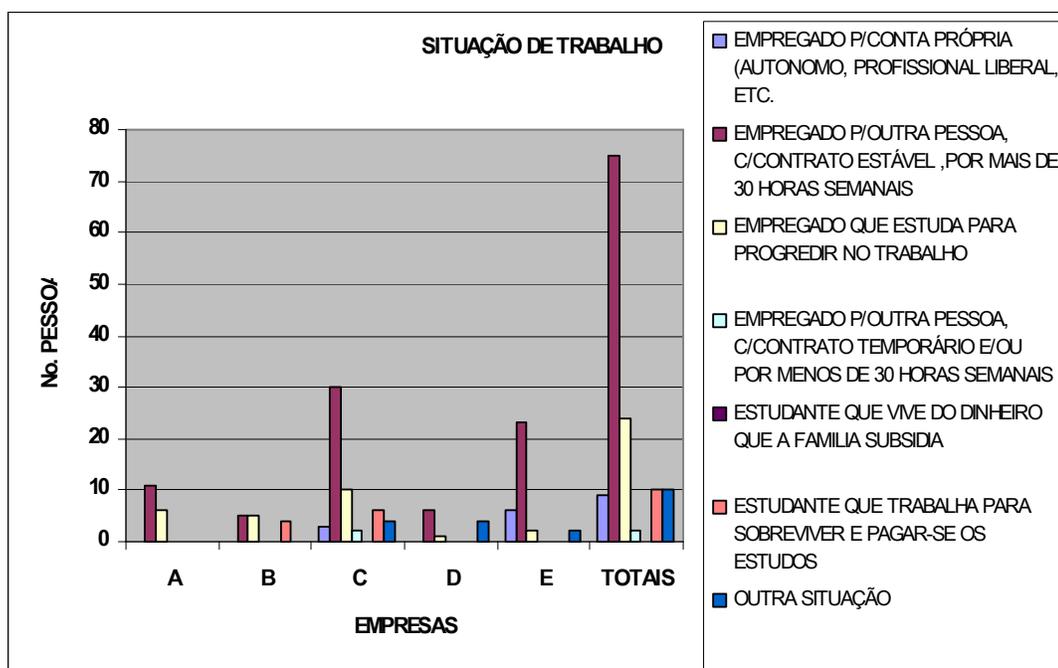
A responsabilidade pelo sustento da unidade familiar geralmente é dividida com outra pessoa. Esse dado apareceu em todos os questionários. O que nos chamou a atenção é que poucos trabalhadores informaram que outra pessoa assume a responsabilidade pela unidade familiar mesmo tratando-se de trabalhadores jovens. A maioria dos trabalhadores da área de recursos humanos pesquisada parece ou assumir ou dividir essa responsabilidade.



Fonte: Questionários – Estudo Internacional sobre a Qualidade de Vida e de Trabalho

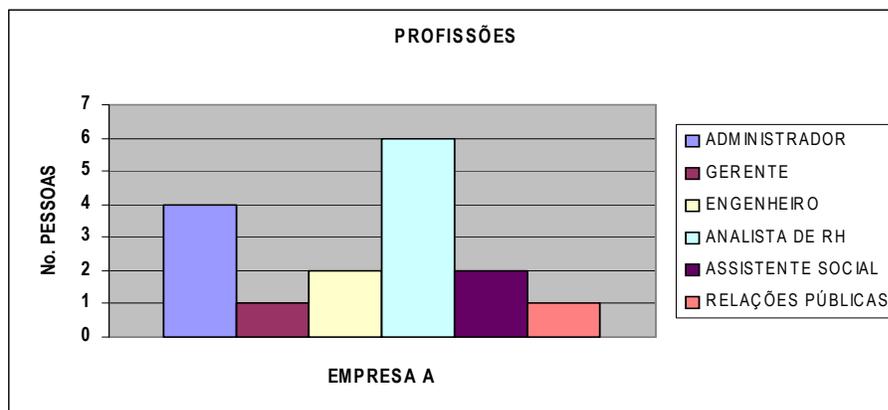
A situação de trabalho demonstrou que, em todas as empresas, a situação de trabalho predominante foi a de empregado por outra pessoa com contrato estável, por mais de 30 horas semanais que, de acordo com a realidade brasileira, corresponde ao contrato de trabalho por prazo indeterminado. Esse resultado comprova a existência de relações de trabalho regulares em termos de contratos e vínculos de trabalho bem como característica marcadamente ligada à chamada sociedade salarial (CASTEL, 2005). O empregado que estuda para progredir no trabalho aparece em segundo lugar, confirmando a tendência e a importância dadas à escolarização referida no gráfico de escolaridade e nos dados do IBGE. No item “outras situações”, apareceram referências à terceirização e aos trabalhadores com mais de um contrato público e/ou na iniciativa privada. Essas situações e os contratos de estágios, no caso de estudantes que trabalham para sobreviver e pagarem-se os estudos, aparecem em terceiro lugar. Os autônomos e profissionais liberais aparecem somente em quarto lugar e nenhum dos respondentes registrou sua situação como estudante que vive do dinheiro da família. Esses resultados comprovam a existência predominante dos contratos tradicionais

regulares de trabalho bem como a ênfase dada à escolarização. Também revela que há pouca flexibilização do trabalho em termos jurídico-contratuais. Mesmo os profissionais liberais como dentistas, psicólogos, médicos e engenheiros são muitas vezes contratados através de contratos regulares, pois em apenas uma empresa constatou-se a existência de contratos com menos de 30 horas. Portanto, a flexibilização das relações de trabalho não aparece como uma prática comum, mas esporádica no contexto pesquisado.

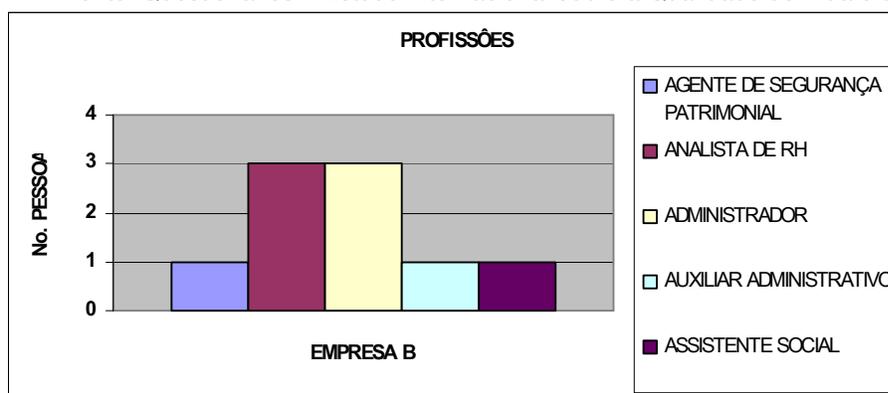


Fonte: Questionários – Estudo Internacional sobre a Qualidade de Vida e de Trabalho

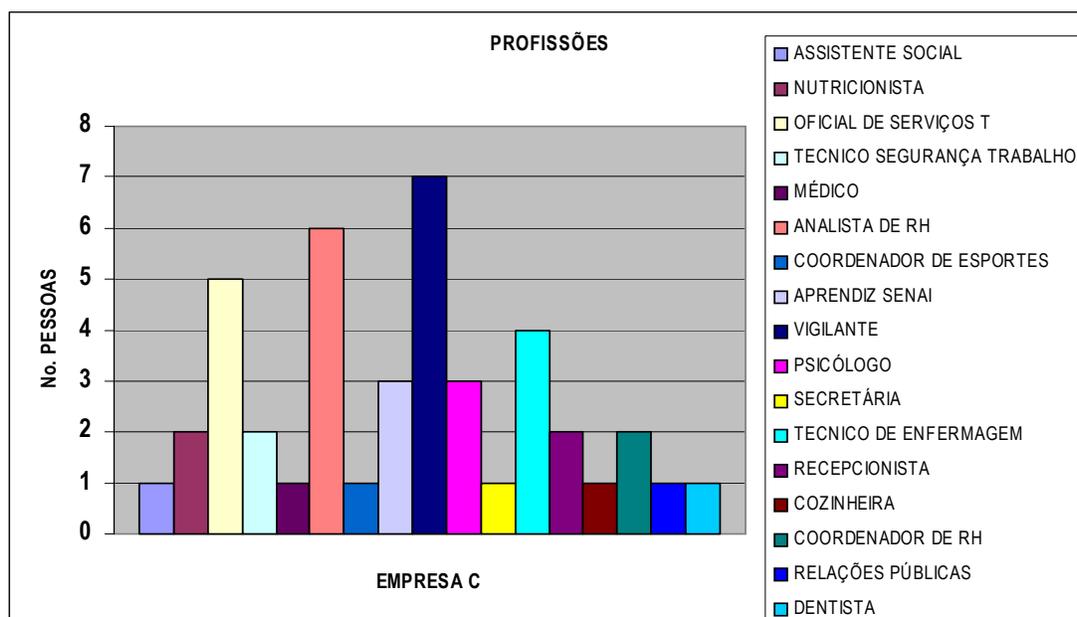
Abaixo, relacionamos as diversas funções e profissões que encontramos no setor de recursos humanos das empresas. Os gráficos foram montados por empresa para melhor visualização.



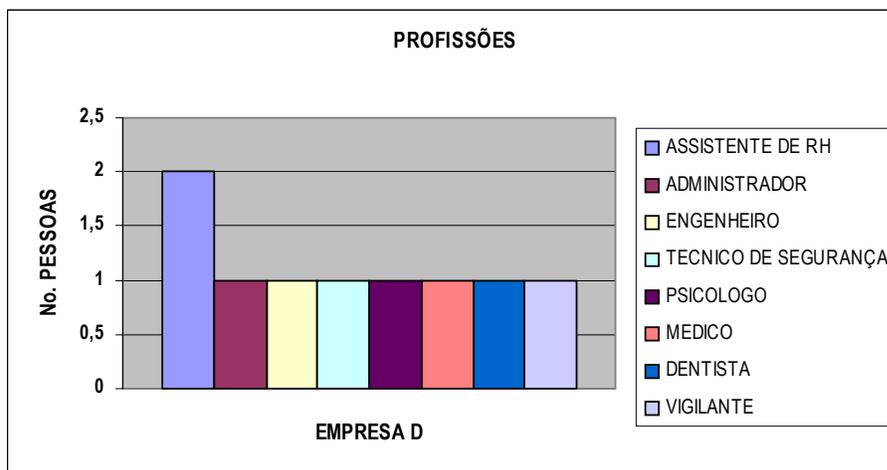
Fonte: Questionários – Estudo Internacional sobre a Qualidade de Vida e de Trabalho



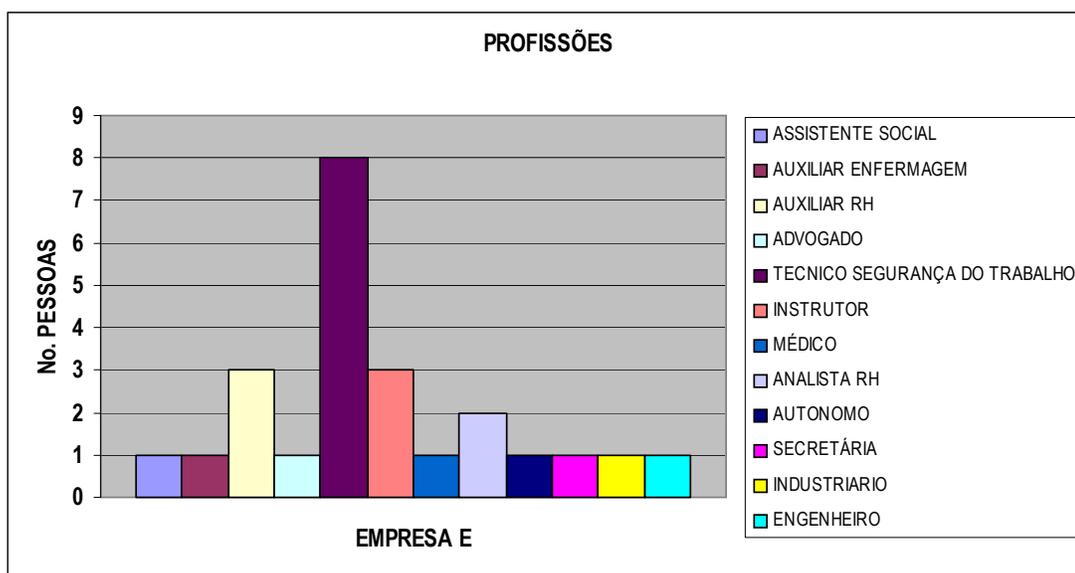
Fonte: Questionários – Estudo Internacional sobre a Qualidade de Vida e de Trabalho



Fonte: Questionários – Estudo Internacional sobre a Qualidade de Vida e de Trabalho



Fonte: Questionários – Estudo Internacional sobre a Qualidade de Vida e de Trabalho



Fonte: Questionários – Estudo Internacional sobre a Qualidade de Vida e de Trabalho

O que podemos observar é a ênfase dada à segurança em uma das empresas bem como uma certa ênfase na profissão de administrador. Algumas profissões como assistentes sociais, engenheiros, médicos e psicólogos apareceram em quase todas as empresas. As funções analista de recursos humanos, técnicos de segurança do trabalho, assistente de recursos humanos, auxiliares de recursos humanos e instrutores aparecem com mais regularidade e freqüência. Nas empresas C e E, aparecem maior diversidade de funções e profissionais.

5. AS EXPERIÊNCIAS NO CONTEXTO FLEXÍVEL: SUBJETIVIDADES EM PRODUÇÃO

As análises de trabalho contemporâneo (BAUMAN, 2000; CASTEL, 2005; CASTELLS, 1999; GORZ, 1987; MÉDA, 1998; OFFE, 1994; RIBAS BLANCH, 2003) apontaram a flexibilização e a precarização como importantes características desse trabalho reestruturado. Trabalho este, resultante da crise de um sistema de acumulação capitalista fordista de uma sociedade salarial, produtora de bens, na qual a indústria era a atividade econômica principal. Trabalho este, marcado pela globalização e pelas tecnologias da informação e da comunicação que operam um novo paradigma no sistema capitalista. Nesse cenário, onde o sistema continua capitalista, mas a forma de acumulação passa a ser flexível, a sociedade passa a enfatizar os serviços.

A análise do trabalho junto à promissora indústria metal-mecânica em uma região, atualmente ainda promissora, nos remeteu ao cenário dos “30 gloriosos” (CASTEL, 2005), num cenário anterior à crise de acumulação capitalista. Em diversos momentos de nosso estudo, surgiu a pergunta: onde está a precarização desse trabalho contemporâneo imaterial e flexível? Onde estaria o sofrimento psíquico referido pela literatura sobre saúde e trabalho? As pessoas que entrevistamos coletivamente e/ou que responderam ao questionário proposto pareciam não fazer referência a esses efeitos. Onde eles estariam? Inexistentes, dissimulados ou negados? Os efeitos que procuramos estão fundamentados em nosso suporte conceitual, mas de alguma forma não aparecem de forma evidente nas entrevistas e questionários. Tais questões fazem pensar sobre a importância do

contexto em análise: que possibilidades poderiam advir, se a flexibilização do trabalho contemporâneo tomasse como ponto de partida os serviços ou o setor terciário ao invés da indústria em crescente desenvolvimento? Ou se tomássemos essa mesma indústria, mas em condições diversas da que se apresenta atualmente? Que resultados poderíamos construir e produzir a partir daí? No contexto em análise, onde "está tudo muito bem", o estranhamento se dá no perguntar-se pelo trabalho, sendo este o analisador principal, do qual emergiram os temas indicadores das experiências dos trabalhadores.

As análises do material de pesquisa são organizadas a partir das expressões utilizadas pelos trabalhadores de recursos humanos durante as entrevistas coletivas como demonstraremos em destaque: "o trabalho para manter o trabalho", "devolve a minha vida", "estudar é a chave da oportunidade", "a flexibilidade fixa". Elas falam por si e provocam em nós um efeito subjetivo que nos leva a "materializá-las" através dos sub-títulos desta etapa do estudo, em que os elementos das experiências dos trabalhadores são evidenciados. Dar-lhes visibilidade é a forma que encontramos para mostrar como esses trabalhadores são levados a reconhecerem-se a partir de certas práticas laborais bem como a partir de certos elementos presentes na cultura do município.

5.1 O TRABALHO PARA MANTER O TRABALHO

A partir de pressupostos, fomos levados a reconhecer, na pesquisa que realizamos, que um dos principais efeitos da flexibilização do trabalho operada na subjetividade desses sujeitos os levam a trabalhar para manter o (próprio) trabalho.

Trabalhar no sentido de um esforço em investir tempo, energia psíquica, recursos financeiros, cuidados para manter o vínculo empregatício. Lazzaratto e Negri (2001) nos mostram que o principal produto do trabalho imaterial é a subjetividade. A subjetividade desses trabalhadores parece traduzir-se em: manter o meu trabalho é o trabalho que consome a minha vida. O que leva esse trabalhador a trabalhar para manter o próprio trabalho não é apenas uma questão do trabalho pelo próprio trabalho, pois opera um dispositivo que empresta ao trabalho uma potência para acumular. É o trabalho que dá o dinheiro (as condições) para acumular. Na subjetividade desses trabalhadores opera um efeito ético da historicidade imigrante que dita que a vida é acumular dinheiro através do trabalho (WEBER, 1994). Por mais que se diga que é para o sustento, por necessidade ou para a sobrevivência, o trabalho torna o trabalhador sujeito merecedor de consumir. Parece haver um efeito categorizante e classificatório expresso no lugar de quem tem e não tem emprego, ou em outras palavras, em quem tem e não tem acesso aos benefícios do trabalho, pois quem não tem o trabalho, não consegue “ter tudo isso”. A condição pós-moderna (HARVEY, 2006) desse trabalhador denuncia que sua subjetividade é atravessada pela lógica do consumo e da acumulação em que o bem maior de consumo é o trabalho. O sentido do trabalho muitas vezes é referido como dignidade, auto-estima, futuro, um privilégio, *status*, processo vital para a vida, inclusão social. A ele são atribuídos o crescimento pessoal, familiar, social e financeiro. Enfim, parece que o trabalho é tudo na vida desses sujeitos. A condição de estarem trabalhando fazem esses sujeitos reconhecerem-se a partir dela. Esse efeito subjetivante de que “quem trabalha é alguém” ganha reforço em verbalizações como: *“se não recebesse para trabalhar, trabalharia igual”*; *“ficar em casa é muito*

ruim”; “tem que buscar algo prazeroso no trabalho para que este não se torne angustiante”; “o pior é ficar sem trabalho”.

Na análise das entrevistas e dos questionários evidenciamos algumas expressões que indicam o tema “trabalhar para manter o trabalho” como: *“viver um dia de cada vez”, “não existe mais estabilidade”, “vou vivendo os dias”, “o trabalho é ver acontecer”, “aqui não tem ociosidade, gosto do ritmo”, “tem que se reciclar constantemente”, “troca direção, gerentes e vêm idéias novas”, não há verdade absoluta, vai mudando sempre, tem que ser flexível”, “ir indo sempre além”, “inovar sempre”, “por exemplo, no perfil do cargo e na avaliação de desempenho, dali a um ano já não é mais aquilo”* . Essas expressões materializadas nas falas dos trabalhadores nos mostram como as transformações contemporâneas no atual contexto da acumulação flexível (HARVEY, 2006), caracterizado pela flexibilização do trabalho no capitalismo pós-moderno criaram uma experiência acelerada, densa e descontinuada do tempo. Essas transformações, como podemos observar nos relatos dos trabalhadores, criaram um conflito na experiência do tempo, pois o único tempo que importa é o tempo presente. Essa experiência do tempo desconjuntado e fragmentado ameaça a capacidade das pessoas de transformarem suas vivências em narrativas sustentadas (SENNETT, 2006). Há nesta flexibilidade, uma volatilidade que causa ansiedade, pois as pessoas não sabem se os riscos serão compensados ou se serão avaliadas do mesmo jeito ou qual será o perfil adequado. Nessa trama, *“talvez a corrosão de caráter seja uma consequência inevitável”*. (SENNETT, 1999, p. 33). A experiência de trabalho já não se acumula mais material e fisicamente e esse trabalhador parece não ser mais autor de sua própria vida.

Em nossa pesquisa na literatura, chamou-nos a atenção o fato de vários autores fazerem referência sobre o acontecimento de maio de 1968 (BECK,

1986; CASTEL, 2005; LAZZARATTO e NEGRI, 2001; RIBAS BLANCH, 2003; SANT'ANNA, 2005) como um dos acontecimentos relevantes à produção da subjetividade contemporânea. Em especial, Denise Sant'Anna (2005) afirma que 1968 liberou da culpa e da obediência, mas conduziu à responsabilidade e à necessidade de consumir vinte e quatro horas por dia. Para ela, o que resultou disso foi um "indivíduo soberano" liberado das coações familiares, geográficas, religiosas, morais, genéticas, mas acompanhado de patologias relacionadas ao receio de não dar conta de escolher, de "não dar conta de si" em que o "si mesmo" é um negócio de total responsabilidade de cada um. No trabalho, observa-se a valorização da iniciativa associada ao abandono dos sistemas de hierarquia fordista, resultando no aumento da insegurança material e psicológica dos trabalhadores, indivíduos ansiosos cuja ansiedade é fortalecida pela adoção de empregos temporários, precários e incertos. Na vida, esse indivíduo pode mostrar-se como deprimido e compulsivo: em que a iniciativa (compulsão maníaca) se tornou um valor maior e toda decisão uma experiência individual e solitária (deprimida e melancólica).

As reflexões sobre a paradigmática sociedade de consumo, referida por Zygmunt Bauman (1999), também são importantes. Para esse autor, o que procuramos não é a afeição de adquirir, possuir ou acumular no sentido material, mas "a excitação de uma situação nova, ainda não experimentada – esse é o jogo do consumidor". Na sociedade de consumo, segundo o autor, não conseguimos parar de desejar o desejo. Ele refere em seu texto: "desejamos desejar o desejo" (BAUMAN, 1999, p. 91) e acrescenta que essa é a cultura do presente absoluto. Refere, ainda, que a durabilidade física dos objetos do desejo não é mais exigida nessa sociedade marcada pelo consumo. Tal como as novas tecnologias da informação, esses trabalhadores parecem sempre "*plugados*" num frenesi ansioso

pelo novo e pela mudança. Paul Virilio (1996) afirma que não conseguimos mais circular sem nossas próteses eletrônicas. Esse trabalhador parece plugado numa tecnologia de viver que dita qual será o modo de viver, trabalhar, organizar a vida. Até que ponto ainda somos sujeitos de nossa existência? Até onde podemos fazer um exercício ético de liberdade? Em nossa condição pós-moderna (HARVEY, 2006) somos marcados pela efemeridade da sociedade de consumo (BAUMAN, 1999). Nela somos consumidores consumidos pelo desejo de desejar o desejo. Assim, o desejo não deseja a satisfação, pois a realização do desejo é a morte do próprio desejo. Mas é nessa efemeridade e é nesse consumismo subjetivantes que somos transformados em consumidores. Consumidores fadados ao movimento constante e acelerado de consumir e se consumir sem parar. Um consumidor que não consegue parar de consumir. Para o homem transparente (SANT' ANNA, 2005), a felicidade deixa de ser uma virtude para se transformar em objeto de consumo, não apenas num dever, mas também num direito. O trabalho é transformado em felicidade, em bem supremo para esses trabalhadores que não medem esforços para exercer o seu direito de consumi-lo.

Durante as entrevistas coletivas foram produzidas algumas expressões que traduzem esse efeito como, por exemplo, *“não olho o que tenho, mas o que eu ainda não tenho”*; *“procuro não pensar (no trabalho), mas ao mesmo tempo penso que muitas pessoas gostariam de estar no meu lugar, pois é com o meu trabalho que tenho muitas coisas e pago as minhas contas”*.

Esses trabalhadores subjetivados na sociedade de consumo consomem e se consomem. Consomem modos de viver nos quais precisam deixar de viver. Como conseqüência da investida maciça por parte do capitalismo sobre a subjetividade descortina-se um curioso efeito bumerangue (PELBART, 2000).

Pelbart afirma que, ao lado das lutas contra a dominação e a exploração, é a luta contra o assujeitamento que prevalece cada vez mais. Podem ser demarcados historicamente três tipos de lutas para cada tempo: as lutas contra as formas de dominação (étnica, religiosa e social) no feudalismo; as lutas contra a exploração econômica nos séculos XIX e XX; e, hoje, lutas contra as formas de assujeitamento que produzem a submissão e a serialização da subjetividade. As lutas de nosso tempo, não podem ser, simplesmente, consideradas efeitos das anteriores. Por isso, tal como nos alerta Foucault (1995, p. 239), “talvez, o principal objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas sim recusá-lo”. Quanto à efemeridade, ele também nos alerta: quanto maior a efemeridade tanto maior a necessidade de descobrir ou produzir algum tipo de verdade eterna que nela possa residir. Mesmo que essa verdade seja expressa na máxima de que não há verdade absoluta, apenas transitoriedades. Assim, se desfaz o mito de uma subjetividade dada. Um modelo identitário de subjetividade se encontra devassado por um exterior cada vez mais intrusivo. Pessoas são levadas a consumirem pessoas. Isso nos fez pensar numa subjetividade marcada e atravessada pelo consumo e pelo que é efêmero. Como referimos anteriormente, a subjetividade desses trabalhadores parece traduzir-se em “manter o trabalho é o trabalho que consome a minha vida”. Diante da fluidificação absoluta, do homem fluído, do trabalho flexível, do capital volátil, o resultado é de uma operação de anestesia social. Há um grande buraco no meio das pessoas que as abafa. (PELBART, 2000).

Denise Sant’ Anna (2005) nos fala sobre a “raça de infatigáveis” que troca de corpo sem cessar como troca de roupa, de *site*, de *shampoo*, com extraordinária velocidade. Em seu ensaio sobre a subjetividade humana, a autora se refere a uma ambigüidade discursiva esquizofrenizante. Esquizofrenizante porque

ao mesmo tempo nos deparamos com lógicas ambíguas e irreconciliáveis, tal como nos revela nas entrevistas, a expressão “o canibal que *gosta* de gente, por isso as *come*”. Nesse caso já não sabem mais se consomem gente porque gostam de gente ou se as comem porque não gostam de gente. A cultura da sociedade de consumo, segundo Bauman (1999, p. 90) envolve, sobretudo, o esquecimento, não o aprendizado.

Harvey (2006) também nos empresta seu modo de pensar sobre a esquizofrenia pós-moderna. Para ele, ela resulta da velocidade como o futuro veio a ser descontado no presente. Assim, a dimensão esquizofrênica da pós-modernidade é efeito das acelerações dos tempos de giro na produção, na troca e no consumo, que produzem a perda de um sentido de futuro, exceto na medida em que o futuro possa ser descontado do presente através da instantaneidade e da efemeridade. A volatilidade e a efemeridade tornam difícil qualquer tentativa de continuidade. Para Bauman (1999), essa é a cultura do presente absoluto. Essa aceleração do tempo da acumulação flexível (HARVEY, 2006) golpeou a experiência cotidiana do indivíduo. Esses trabalhadores foram forçados a lidar com a descartabilidade, a novidade e as perspectivas de obsolescência instantânea. Toda a relação de forças é uma relação de poder, da qual emerge a subjetividade (FOUCAULT, 1982). Os efeitos que esses fatores produzem na subjetividade são não poder viver nem pensar exceto em fragmentos de tempo. (HARVEY, 2006, p. 208). Para Paul Virilio (1996), essa corrida é eliminatória na medida em que polui distâncias, anula intervalos, suscita mais reflexos do que reflexão.

Um segundo ponto referente a esse eixo de pensamento nos leva a articular o “trabalho de manter o próprio trabalho” com o fato de que trabalhar é uma vocação: “ter um ofício certo é o melhor para todos”, em que o trabalho irregular é

indesejável. Essa lógica discursiva não opera sozinha, aparece articulada ao sentido do trabalho como “o melhor para todos” e pode estar atravessada pela condição de imigrante e pela tradição religiosa italiana católica em que o sacrifício é valorizado. Esse imigrante que cria a cidade em que se insere este estudo, sai de seu país numa condição de precariedade e procura vencer, ter sucesso, acumular num outro país, ou seja, procura romper com sua precária condição e, para isso trabalha, para acumular e ser alguém. (LAZZAROTTO, 1981), é natural que tem exercido no imaginário histórico-social de seus descendentes, qualquer grau de influência por conta educação da cultura do trabalho.

Em nosso estudo, associamos os aspectos históricos e culturais de Caxias do Sul aos do cristianismo e aos da condição de imigrantes. Nessa análise encontramos que o mais importante é que o trabalho, antes de qualquer coisa, se constitui a própria finalidade da vida. O trabalho é experimentado como no sentido exposto na expressão paulina: “Quem não trabalha não deve comer” (nem consumir). A história do município caxiense é atravessada por esses sentidos desde sua fundação e colonização pelos imigrantes italianos visibilizados, por exemplo, nos monumentos e símbolos da imigração na cidade. A cultura caxiense valoriza o trabalho como condição para viver melhor, em que o trabalho assume uma condição de *status* social. A perda de tempo é, portanto, o primeiro e o principal de todos os pecados. Não se trata do “Time is money”, de Franklin, mas enquanto a proposição que lhe é equivalente no sentido espiritual: toda a hora perdida no trabalho redonda uma perda de trabalho para a glorificação de Deus. O trabalho válido é o trabalho para cumprir a vocação. A utilidade de uma vocação é orientada primeiramente por critérios morais e, depois, pela escala de importância dos bens produzidos para a “coletividade”. Do ponto de vista prático, o critério mais importante é o da

“lucratividade” individual do empreendimento. Assim a oportunidade de lucro deve ser aproveitada.

Essa lógica moral parece juntar-se com a condição de imigrante e articular-se com o que observamos em nosso estudo. Os relatos de nossos entrevistados revelam: *“Aqui na região de colonização italiana o trabalho é muito forte”*; *“Trabalho para me sentir importante”*; *“O trabalho dignifica o homem”*; *“Em nossa cultura a gente é criado para trabalhar”*; *“A gente já cresce para isso... para trabalhar”*. A saga imigrante é personificada no trabalho e constrói um ideário da visão do trabalho na cidade ao mesmo tempo que produz um efeito subjetivante.

Esses engendramentos mostram um agenciamento da subjetividade, que se evidencia nos efeitos de um certo jogo de verdades, no qual esses sujeitos são levados a reconhecerem-se como trabalhadores. Quando cruzamos os dados das questões culturais com as das expressões que são usadas para designar trabalho, emerge um curioso efeito. Os trabalhadores pesquisados, quando se referem ao trabalho em Caxias do Sul, destacam o significado do trabalho como sendo muito forte e associado a uma região de colonização italiana, onde a “gente” é criado para trabalhar e cresce para isso (trabalhar), pois, o trabalho dignifica o homem e a realização se dá pelo trabalho. Em todas as empresas pesquisadas, esse tema foi evidenciado de forma recorrente. Há um efeito bumerangue produzido por esses modos de subjetivação que fica cristalizado numa ótica que a reproduz e confirma, pois, ao mesmo tempo em que esse sujeito do trabalho consome o trabalho, ele é consumido por esse mesmo jeito de trabalhar e organizar a vida em torno dele.

O principal efeito da flexibilização do trabalho na subjetividade: “trabalhar para manter o trabalho”, vem articulado com a valorização dos vínculos de

trabalho, com o poder comparar-se com quem não o tem e com a lógica do consumo e da acumulação expressa na possibilidade de *“nunca voltar o olhar para o que não se tem e sim para quem tem menos”*. Colocado dessa forma, o desejo de desejar o trabalho sempre fica insatisfeito levando a uma compulsão a que o trabalho seja consumido como um bem de consumo essencial, pois quem não o tem ou não consegue tê-lo é marcado pelo fracasso e pelo insucesso, em outras palavras, pela vagabundagem. Castel (2005, p.529-532) mostra que na atual questão social o trabalho funciona como dispositivo de integração social e por isso a desfiliação é tão ameaçadora. Ele afirma que a identidade pelo trabalho está perdida para os supranumerários nesse contexto de rupturas caracterizado por um déficit de lugares.

As transformações do trabalho implicam modos diferentes de trabalhar e de produzir e, no caso da manutenção do próprio trabalho, podem ser “presentificadas”, quando esses trabalhadores referem suas estratégias de manutenção e as comparam com as dos pais. Ao pensarem na atual situação de trabalho e nas formas de enfrentarem o futuro de trabalho, confrontam as suas estratégias com a dos pais. As estratégias dos pais para manterem o trabalho reduziam-se a trabalhar bem e fazer bem feito para manterem-se por muitos anos na mesma empresa. Atualmente, esses trabalhadores investem boa parte de seus recursos financeiros advindos do trabalho para estudar, pois sem estudo ou faculdade não teriam o emprego nem mesmo espaço no mercado. Referem que estudar é uma exigência do mercado, que quem não estuda recebe salários baixos e que observam pessoas de trinta a quarenta anos voltando a estudar e a fazer faculdade. Falam, ainda, de uma outra estratégia: investem na educação e na formação dos filhos para que seus filhos estejam prontos e preparados para as novas oportunidades e desafios do mercado futuro, por isso investem na educação e

formação deles. Através de três gerações, observamos um certo desejo que as perpassa e engendra modos de viver e organizar a vida em torno do trabalho e de sua manutenção.

Nesse contexto de trabalhar para manter o próprio trabalho, os trabalhadores utilizam certas estratégias, como já referido. Uma delas é bastante reveladora e emergiu quando perguntamos aos trabalhadores sobre a atual situação de trabalho: *“é muito tranqüila, pois as minhas atividades somente eu sei fazer, assim não posso contar com os colegas”*; *“procurando ser cada vez mais competente e necessária no meu trabalho”*. O desdobramento desse depoimento revela o que Castel (2005) nos ensina sobre o individualismo negativo e que Nardi e Yates (2005) também encontraram em seus estudos quanto à constituição de uma ética individualista.

Essas experiências de tempo de vida e de trabalho indicam que, ao mesmo tempo em que as lógicas morais podem residir em uma condição de “imigrante”, experiências de transitoriedade, aceleração e intensificação do presente também fazem parte da vida desses trabalhadores. Sant’ Anna (2005) sugere que a velocidade, a abstração e a relatividade são o atual tripé da experiência humana. Assim, a subjetividade contemporânea parece moldada pela velocidade, enquanto signo de dinamismo, pela fluidez dos corpos, que desmancham limites e estão sempre de passagem e que, no âmbito do trabalho, é preciso fazer o corpo render. Essa raça de “infatigáveis” (SANT’ANNA, 2005) cria uma série de estratégias para manter o próprio trabalho: corre e estuda e coloca-se totalmente disponível ao trabalho e à empresa.

5.2 “DEVOLVE A MINHA VIDA”

Pertencer ao mundo do trabalho é estar em relação com a exploração do sofrimento, mas estar fora dele também se apresenta como uma forma de sofrimento. O trabalhador manter o próprio trabalho aparece como um dos principais efeitos da flexibilização do trabalho contemporâneo, e a disponibilidade para o trabalho se destaca como uma das principais estratégias para manter o trabalho. Algumas expressões que destacamos parecem falar por si: *“até para qualidade de vida é preciso trabalhar... é uma cadeia...”*, *“o trabalho envolve”*; *“família e trabalho estão interligados... e refletem no trabalho”*; *“o trabalho em primeiro lugar”*; *“passar o dia inteiro trancada em uma empresa; “a questão toda tem um preço. Sempre digo: me devolve a minha vida!”*.

Nas entrevistas coletivas, os trabalhadores geralmente referem-se a essa disponibilidade como necessidade de produzir e agregar valor à empresa, ao mesmo tempo que referem a densidade e intensidade do trabalho que precisam realizar. São comuns algumas expressões como: *“a sobrecarga tem para todos os setores”*; *“eu sou do SESMT, mas na enfermaria também”*, *“o trabalho não é engessado, gosto do ritmo, envolvimento total”*, *“não tem ociosidade”*, *“não é monótono”*, *“fazemos horas extras nos sábados”*, *“preenche bem o dia e se aprende muito”*, *“atendemos ‘x’⁴⁷ funcionários e até janeiro de 2008 entram mais ‘x’.*”, *“somos um RH atuante, somos poucas pessoas, mas há grande demanda de trabalho”*, *“me faz mal ver que não posso dar atenção para o atendimento, pois tenho acúmulo de trabalho...”*, *“eu era tão rápida”*, *“se me chamassem às 5 horas da manhã eu vinha”*, *“faço bem feito”*, *“hoje a gente perde muito tempo dando informação”*, *“tenho que cumprir as metas”*, *“hoje não tem mais tempo para se relacionar com os colegas”*, *“o*

volume aumentou a burocratização e a gente se sente mais lento...impotente”, “a gente não dá conta”, “teremos um treinamento... é um convite, mas está explícito a obrigação de ir”, “é um treinamento de final de semana, está invadindo minha vida familiar”, “antes até ficava mais na empresa, mas agora não tem mais hora extra, só tem banco de horas”, “só temos o final de semana para fazer as minhas coisas em casa”, “o sentimento que eu tenho é que minha vida tá passando e eu não fiz nada pra mim... fiquei trancada o dia inteiro, de manhã quando eu saio é noite ainda...e quando volto para casa já é noite”, “assim que puder eu me demito”. Esses relatos revelam como o trabalho aparece como prioridade na organização da vida dessas pessoas e mesmo que não tenham uma noção exata do que seja a flexibilização nem sobre como essa nova forma de organização do trabalho afeta suas vidas os efeitos dessa flexibilização podem ser observados, pois, quando a articulamos aparece a disponibilidade como estratégia para manter-se empregado.

De acordo com o conceito de trabalho imaterial (LAZZARATTO; NEGRI, 2001), as novas tecnologias da informação e comunicação, que possibilitaram a instalação de modos de controle cada vez mais sutis, também intensificam o tempo de trabalho, muitas vezes desmanchando as bordas do tempo de trabalho e não-trabalho, moldando e organizando os modos de trabalhar, viver e organizar a vida. No Taylorismo a subordinação se dava pela separação e pela parcialização do trabalho. No Fordismo a separação e a parcialização tinham como objetivo a simplificação, ou seja, o trabalho bom era o trabalho simples, pois era passível de ser padronizado e generalizado. Essa simplificação não era com relação ao conteúdo do trabalho, mas efeito da organização do trabalho. No trabalho imaterial continua uma lógica da subordinação do trabalho ao tempo, como, por

⁴⁷ O número de funcionários foi omitido a fim de preservar a identidade das empresas.

exemplo: trabalhar mais para poder produzir mais, mas vem incrementada pelas tecnologias da informação e comunicação que podem controlar mais sutilmente os trabalhadores através, por exemplo, da disponibilidade de estar sempre trabalhando. Além disso, esta marcante disponibilidade nos levou a associá-la a um dos resultados da pesquisa temática⁴⁸ do IBGE que demonstra como foi possível um aumento da produtividade, enquanto relação entre produção física/horas pagas, com a proporcional diminuição da folha de pagamento e do número de horas pagas. Levando-se em conta esses resultados e relacionando-os aos depoimentos dos trabalhadores quanto ao trabalho, poderíamos inferir um aumento na densidade e na intensidade do trabalho (RIBAS BLANCH, 2003) durante a jornada de trabalho associado ao chamado banco de horas, uma das práticas flexibilizadas do trabalho contemporâneo responsáveis pela precarização do trabalho. Pode-se pensar esse processo, segundo Pelbart (2000), em que as investidas cada vez mais invasivas do capital têm como objetivo prescindir do trabalho para se reproduzir e, com Harvey (2006), pensando como o capital remodela nossas experiências de tempo e de espaço, em que o tempo fica mais acelerado e espaçoso, e o espaço perde espaço. Não há futuro, só o presente intenso modelando e remodelando a subjetividade. Lembramos que no pensamento foucaultiano a subjetividade é algo que se consome, pois é através dos modos de subjetivação que somos levados a nos reconhecer como sujeitos. A experiência enquanto uma relação consigo, com o mundo, num dado momento não é separada das verdades do trabalho. É isso o que nos ensinaram esses trabalhadores, entre tantas outras coisas.

Tempo e subjetividade são da ordem da experiência. Segundo Bauman (1999), o encolhimento do espaço abole o fluxo do tempo. A questão do tempo no

⁴⁸ Este assunto foi desenvolvido nos capítulos anteriores.

capitalismo contemporâneo ocidental também parece estar inserida na lógica da acumulação e do consumo. Essa lógica se mostra como uma “opção” de organizar a vida, como um modo de viver e existir. Essa opção trata de acumularmos bens materiais ou de acumularmos tempo livre para podermos nos dedicar à saúde, às relações sociais, ao conhecimento, ao lazer.

As diversas formas que as novas práticas flexibilizadas de organizar o trabalho assumem provocam uma experiência desconetada na forma de vivenciar o trabalho, pois ao mesmo tempo em que permitem uma certa possibilidade de emancipação, liberdade e independência, também submetem ao controle e à dominação o trabalhador que aspira ser assalariado através dos benefícios e da segurança que esses vínculos prometem oferecer. Por um lado, descortina-se o fantasma do desemprego e da desproteção e, por outro, uma servidão voluntária.

Quando relatam as formas de enfrentar o futuro é que esses sujeitos mencionam que se cobra muito em todas as áreas, que não dá para parar nunca senão estanca, pois tudo é muito rápido, que *“precisa ser produtivo”* e *“sentir-se parte do negócio”*. Revelam, como referem Nardi e Yates (2005), uma adesão ao discurso gerencial de que tem que buscar sempre ter o perfil do profissional do futuro que assim vai ter espaço no mercado de trabalho segundo as novas exigências, ou seja, que precisa buscar especialização, competências de relacionamento interpessoal, saber línguas e que não pode esperar que a empresa faça isso por ele, e que, enfim, cada um tem que investir em si mesmo. Nardi e Yates (2005) referem que, ao entrevistarem jovens empregados nos setores bancários, de informática, telecomunicações, Internet, e jovens ligados à economia solidária e projetos comunitários, no primeiro grupo revelou-se a adesão ao discurso gerencial e à constituição de uma ética individualista e que, no segundo grupo, sua

condição é vista apenas como uma alternativa para o desemprego, desejando voltar ao mercado formal.

Em nosso estudo, os sujeitos relatam que, quando pensam no significado de trabalhar, geralmente o associam com *“contribuir com suas habilidades para o desenvolvimento e crescimento comum”, “transformar algo para oferecê-lo às necessidades da vida”, que “trabalhar é participar da vida com as suas capacidades e contribuições”*. Enfim, colocam-se à disposição. Há também um certo engendramento que opera uma plasticidade subjetiva entre “o trabalho de manter o trabalho” e o “devolve a minha vida” que podemos observar quando indagamos esses trabalhadores sobre o que pensam quando falam em trabalhar. Em seus comentários, eles dizem: “tem que buscar algo de prazeroso no trabalho para que este não se torne angustiante”; “as pessoas abraçam o que tem”; “nem todos trabalham no que gostam”; “tem que aprender a gostar do que faz”; “sentir-se parte do negócio”; “seria mais prazeroso se tivesse mais remuneração”; “poder comparar-se com quem não tem”, “um mal necessário”.

Assim, esse trabalhador corre e estuda para manter-se empregável, e disponível, mas mostra a sensação de que este investimento tem um preço e que o sentimento final é traduzido num apelo: “devolve a minha vida”.

5.3 “ESTUDAR É A CHAVE DA OPORTUNIDADE”

No contexto de “trabalhar para manter o trabalho” como um dos principais efeitos da flexibilização do trabalho contemporâneo na subjetividade desses trabalhadores, existem diferentes estratégias: disponibilizar-se, como vimos

anteriormente, e estudar, pois consumir conhecimento é visto como uma exigência de mercado de trabalho.

Daniel Bell (apud KUMAR, 1997), em 1973, introduz o termo sociedade da informação afirmando que ela é produtora de conhecimento e informação. Para o autor, o conhecimento não só determina a inovação técnica e o crescimento econômico, mas está se tornando rapidamente a atividade-chave da economia, mudando a própria fonte da criação de riquezas e os fatores determinantes da produção. O conhecimento e a informação transformam a sociedade numa economia de serviços. Essa transformação que enfatiza a busca pelo conhecimento pode ser observada quando analisamos alguns dados da realidade brasileira através dos dados do IBGE bem como os dados de censo de nossa pesquisa quanto ao grau de instrução que revela um nível de escolaridade alto em todas as empresas. De acordo com as conclusões do IBGE, a busca constante de qualificação aparece em destaque na realidade nacional e significativamente nas regiões mais industrializadas (Sudeste e Sul). O crescimento do nível de instrução formal do trabalhador brasileiro parece indicar que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente e seletivo.

Na noção de trabalho imaterial, o saber é um fator a ser explorado no trabalho. O trabalho imaterial subordinado à lógica da “autonomia” faz uma expropriação do saber. O que é o produto do trabalho senão que os produtos possam ser padronizados na lógica da mercadorização do produto e assim transformar a força de trabalho em mercadoria?

Para Bauman (1999, p. 90), a cultura da sociedade de consumo envolve, sobretudo, o esquecimento, não o aprendizado. Para Harvey (2006), o tempo na condição da pós-modernidade está cada vez mais acelerado onde

havendo uma certa aniquilação do espaço através do tempo que provoca um efeito de efemeridade e presentificação na experiência subjetiva. A partir da articulação do pensamento desses autores e das informações desse estudo, podemos constatar um agenciamento da subjetividade desses trabalhadores quanto à busca do saber. Essa busca parece articulada ao consumo e à experiência do tempo acelerado que forçam esses trabalhadores a lidar com a descartabilidade, a novidade e as perspectivas de obsolescência instantânea. Nesse sentido, o estudar, referido por esses trabalhadores, assume uma nova configuração que se materializa através das “atualizações” que remetem a algo sem fim, num constante “estar em dia”. O que parecem buscar, em termos de formação, não é da ordem de algo duradouro, mas a serviço de uma empregabilidade agenciada pela descartabilidade das constantes atualizações numa relação de consumo que, como afirma Bauman (1999), mais remete ao esquecimento do que ao aprendido.

Nas entrevistas coletivas, a implicação entre trabalho e estudo apareceu assim: *“a gente aprende muito no trabalho e valoriza-o cada dia mais”*; *“procuro me aperfeiçoar, fazer cursos e acompanhar o desenvolvimento da empresa”*; *“atualmente faço pós-graduação em minha área de atuação”*; *“hoje me permito investir apenas em estudo”*; *“estou estudando e me dedicando ao trabalho”*; *“aceitar os desafios e buscar conhecimento”*; *“buscando sempre qualificação”*; *“busco me desenvolver constantemente”*; *“tentar usar o que estuda e aplicar no dia-a-dia”*; *“procuro sempre estar atualizada com as melhores práticas do mercado através de leituras de artigos e livros da minha área. Participo de entidades de representatividade profissional e procuro manter um bom network. Sempre estou atenta aos convites do mercado, e acompanho sistematicamente as oportunidades nas revistas/jornais especializadas”*; *“cursando curso superior”*; *“trabalho na área de*

minha profissão e procuro me formar para no futuro arrumar um emprego melhor”; “aprendendo bastante hoje para utilizar essa experiência a meu favor”; “para tornar realidade o meu futuro de trabalho busco me atualizar para ampliar meus conhecimentos e ofertas de trabalho”; enfim e acima de tudo “estudar é a chave da oportunidade”, ou seja, há a necessidade de manter a constante busca de aperfeiçoamento ou conhecimento, o que pode traduzir-se como consumo do conhecimento.

A descartabilidade, a aceleração do tempo e a novidade são demonstradas através de comentários como *“busco novos desafios, novas atividades, mudança de atividades”; “me mantenho atualizado com novas tendências”; “vou vivendo os dias”; “reciclagem e flexibilidade são importantes”; “troca direção, gerentes e vêm idéias novas”; “vai ter que estar adaptado”, “exige flexibilidade, aqui na X tem que estar no perfil”; “constante reestruturação, pessoas diferentes, processos diferentes e vai buscando o equilíbrio”; “inovar sempre”; “...dali a um ano já não é mais aquilo”. Segundo Rolnik (1997), todas essas mudanças e transformações implicam a conquista de uma flexibilidade para adaptar-se à lógica pulverizada e globalizada do mercado. No entanto, novos produtos, novas tecnologias, novos paradigmas lançam subjetividades no estranho e forçam-nas a reconfigurarem-se. Algumas expressões nos revelam isso bem como uma aderência ao discurso do novo *management*: “na visão da empresa não dá para tentar qualificar a todos... eu entendo que isso não é mais um papel da empresa... cada um tem que investir por si mesmo...”; “as empresas, ao invés de investirem em sua mão-de-obra interna, demitem... e contratam alguém do mercado...”, e, que cada um investe em si. O tripé aceleração do tempo, consumo e conhecimento atravessam, assim, essa subjetividade.*

Quando solicitados a “pensar” sobre sua atual situação de trabalho e como enfrentam seu futuro de trabalho comentam que estudando e adquirindo conhecimento garantiriam a manutenção de seus empregos e facilitariam oportunidades de conseguir novos trabalhos e desafios. Dizem, ainda, que trabalhar numa empresa multinacional significa uma grande escola onde o mais importante é o aprendizado pessoal e profissional bem como trabalhar (estar) numa empresa desse porte oferece um currículo para ir além.

Um ponto importante que gostaríamos de destacar diz respeito ao contexto de nosso campo de investigação. A região, até o ano 2000, contava apenas com um núcleo universitário fundado em 1976. A partir de 2000 até o ano corrente, sete novas instituições de ensino superior instalaram-se na região, e a universidade local ampliou significativamente suas instalações em diversas cidades impulsionada pelo slogan “pés na região, olhos no mundo” que não nos cabe problematizar aqui. Mas, o conhecimento parece mesmo ter virado um bom negócio ou, como afirma Tittoni (2007), há um “empresariamento” da educação no que diz respeito às estratégias de disciplinamento implicadas na formação dos trabalhadores que atuam na construção do modelo de trabalhador através de diversas técnicas legitimadas com o objetivo de reintegrar os objetivos dos trabalhadores a das organizações. Como declara um trabalhador quando fala de como vê sua situação atual de trabalho: *“com otimismo, motivação e muita esperança. Trabalhando com seriedade, responsabilidade, criatividade alinhando propósitos da empresa e prestadores de serviço (terceiros), acredito que, com estes requisitos e com o apoio dos meus coordenadores e gestão, o futuro será promissor. Meus recursos pessoais atualmente estão precários, mas com a ajuda da empresa em que hoje trabalho*

estou revertendo a situação, tenho apoiado eventos sociais, estou me qualificando para oportunidades que surgem no grupo atual”.

Conhecimento e trabalho foram constantemente articulados pelos trabalhadores pesquisados. Entre as expressões que encontramos muitas delas fazem menção a experimentar o trabalho como um aprendizado, como uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional, oportunidade de aprendizagem, de desenvolvimento de habilidades e potencial, adquirir competências, busca de qualificação e de novos conhecimentos. Esses trabalhadores associam o trabalho com conhecimento procurando um através do outro, pois investir num pode manter o outro ou trazer uma boa oportunidade para conseguí-lo. Nesse agenciamento, deparamo-nos mais uma vez com uma plasticidade subjetiva em que o “manter o meu trabalho é o trabalho que consome a minha vida” engendra-se com “o estudo é a chave (dessa) oportunidade”. E, mais uma vez, vemos esse trabalhador correr e estudar para manter-se empregável. No entanto, não conseguimos esquecer o que aprendemos com Bauman (1999, p. 90), que a cultura da sociedade de consumo envolve, sobretudo, o esquecimento, não o aprendizado.

5.4 A FLEXIBILIDADE FIXA

“Flexibilização é bom, não ter vínculo é ruim”.

Para Bauman (1999), na sociedade marcada pelo consumo, estamos sempre à procura da excitação de uma situação nova, ainda não experimentada. Essa idéia de experimentar sempre o novo e de ter desafios constantes no seu trabalho aparece nas falas dos trabalhadores como significado de flexibilização do

trabalho. Algumas expressões nos chamam a atenção, tais como *“viver um dia de cada vez”*; *“não existe mais estabilidade”*; *“independente do tipo de contrato, o trabalhador deve ser produtivo”*. Além disso, encontramos afirmações que salientam: a necessidade de ser adaptável e de esta característica estar no perfil de contratação do trabalhador. Também enfocam a atitude de estar sempre buscando novas oportunidades e estar preparado para constantes desafios; ir sempre além, pois não há mais verdades absolutas e sim um consenso de diferentes pontos de vista. Isso exige a flexibilização das atitudes, ser multifuncional e coringa - *“fazer bem a minha função e depois ajudar o colega”*. Paradoxalmente, entendem a flexibilização como *“algo que veio para ficar”*, que *“não tem mais como mudar”*.

Os modos como entendem o que é flexibilização sugerem que a velocidade em que o futuro veio a ser descontado no presente (HARVEY, 2006) opera uma cisão nos modos de pensar e produz um sujeito cindido (ROLNIK, 1997) e dividido (SANT’ ANNA, 2005). As contradições acompanham e atravessam a subjetividade e, embora a flexibilização seja nomeada como uma mudança, também é nomeada como algo que veio para ficar, e que, com relação a isso não tem mais como mudar. A contradição operada pela cisão desses discursos também aparece quando pensam a flexibilização como mudança de cultura, mudança cultural forte, mas distante da indústria, mais associada para o comércio, etc., acrescentando comentários como: *“ainda mais aqui em Caxias”*.

Na primeira etapa de nossa pesquisa, entrevistamos coordenadores de recursos humanos, sindicalistas do sindicato dos trabalhadores e do sindicato patronal, trabalhadores do setor de recursos humanos e estudantes do curso de recursos humanos de uma faculdade particular da região em que ficou evidente que há diferentes formas de conceber flexibilização. Apenas o sindicato profissional

associa-a como retirada de direitos e precarização do trabalho, referindo-se à terceirização e à individualização como seus efeitos. Além disso, constata que a noção de flexibilização está distante do entendimento dos trabalhadores e profissionais em geral, pois existem pouca adesão e pouca mobilização dos trabalhadores às ações sindicais nesse sentido. O sindicato patronal vê a flexibilização como exigência do mercado, garantia de lucratividade e empregos, sendo ressaltados os aspectos relacionados à jornada de trabalho e aos de cunho contratual. Já as gerências empresariais a vêem como especificamente mencionada na convenção coletiva da categoria e, desse modo, principalmente relacionada à jornada de trabalho.

De modo geral, os trabalhadores entrevistados relacionam flexibilização com a jornada de trabalho e a multifuncionalidade. Após, passam a discutir e a pensar coletivamente, passando a inter-relacionar a flexibilização com os modos de produzir, trabalhar e viver que aconteceram rapidamente e que “não tem volta”. Esses trabalhadores da área de recursos humanos não associam a flexibilização com a sua atual condição de trabalho, tampouco concebem sua condição de trabalho como precarizada. Quando perguntados sobre a flexibilização do trabalho, demonstraram que não conheciam a noção de flexibilização e não articulavam nem a ligavam diretamente a riscos, incerteza em relação ao futuro, perdas de direitos ou precarização de suas condições de trabalho. A situação de trabalho atual estava “fora” do contexto da flexibilização. No entanto, foi-nos possível observar que esses trabalhadores vivenciam, fora da vida laboral, os efeitos da flexibilização: quando nomeiam o pouco tempo que têm para a família e para o lazer; quando apontam para a necessidade constante de busca de conhecimento para inserção no mercado de trabalho e para manter-se nele; e, ainda, quando falam que

a carreira, a busca de conhecimento e seu aperfeiçoamento constante são de sua responsabilidade; quando mencionam que o vínculo empregatício não é mais uma garantia; quando dizem experimentar a incerteza com relação ao seu futuro e ao dos filhos; quando um emprego não é mais por tanto tempo como o era para os seus pais. Assim, a partir da possibilidade de uma construção coletiva, foi possível analisar-se uma plasticidade operada na subjetividade desses trabalhadores.

As formas de flexibilização do trabalho que encontramos foram alguns contratos como estágio, terceirizações e contratos por tempo parcial, como, por exemplo profissionais liberais como engenheiros, psicólogos, médicos, dentistas, sendo que as “terceirizações” envolvem basicamente os serviços de vigilância e alimentação. No que se refere ao *flexitempo* (RIBAS BLANCH, 2003), não encontramos evidências quanto à flexibilização da jornada de trabalho. O que encontramos foram as tradicionais práticas informais de banco de horas, muitas vezes ligadas à precarização do trabalho, pois são usadas como recursos para o não pagamento do percentual adicional da hora extra, várias escalas de trabalho como estratégia para manter a produção e, conseqüentemente, a produtividade, e o constante uso de horas extraordinárias de trabalho. No entanto, quatro das empresas pesquisadas já tinham praticado o que elas chamam de flexibilização da jornada referente à cláusula 11⁴⁹ contida na convenção coletiva da categoria. A

⁴⁹ Cláusula 11. FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Conforme disposições já em composições anteriores, as empresas poderão em situação de dificuldades flexibilizar a jornada de trabalho de seus empregados, nas seguintes condições: 11.01. Quando da decisão de flexibilização da jornada de trabalho as empresas comunicarão a mesma com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias ao Sindicato Profissional; 11.02. A flexibilização da jornada de trabalho será adotada por votação secreta acompanhada por 01 (um) membro do Sindicato Profissional, mediante aprovação de 62% (sessenta e dois por cento) dos empregados em efetivo exercício de suas funções; 11.02.01. Se o Sindicato Profissional, convocado com 10 (dez) dias de antecedência, não comparecer em horário de 1ª (primeira) convocação, a Assembléia será procedida em 2ª (segunda), mesmo sem a sua presença. 11.03. As empresas poderão optar pela supressão dos dias não trabalhados ou pela compensação em outra oportunidade, sem que as horas destinadas a esta compensação sejam consideradas como extras, sempre limitado ao máximo de 05 (cinco) dias por mês; 11.04. Caso as empresas optem pela compensação, poderá a mesma ser feita no máximo durante 02 (duas) horas diárias de segundas a sexta-feiras ou aos sábados, sempre

saber, essa flexibilização de jornada prevê em épocas de crise, mediante votação acompanhada pelo sindicato profissional, com a aprovação mínima de 62% dos empregados, as modalidades de supressão e compensação de horas pelo prazo de 90 dias que pode ser prorrogada por uma vez no ano de igual período. A supressão de horas prevê que a empresa pagará o valor dos 50% das horas suprimidas. A compensação de horas refere-se à compensação das horas não trabalhadas em outra oportunidade.

5.5 E A PRECARIZAÇÃO ONDE ESTÁ?

Do mesmo modo que a flexibilização, a precarização não é identificada pelos trabalhadores no seu trabalho. As manifestações dos trabalhadores indicavam a inexistência de precarização ou a pouca incidência de sofrimento, levando a crer que, tal como a flexibilização, a precarização é experimentada por esses trabalhadores como uma naturalização e como decorrência natural do mundo laboral.

Mais do que uma aderência ao discurso do novo *management* ou mesmo de uma estratégia defensiva de identificação para lidar com o sofrimento no

assegurando-se um sábado livre por mês, de preferência aquele após o pagamento mensal; 11.05. As empresas comprometem-se, caso adotem no regime de flexibilização a supressão de horas, a pagar 50% (cinquenta por cento) das horas suprimidas; 11.06. No caso da empresa adotar o regime de supressão de dias de trabalho na jornada flexível, ocorrendo a demissão do empregado em até 02 (dois) meses após o término do regime de tal jornada, a empresa pagará o valor dos 50% (cinquenta por cento) restantes das horas suprimidas; 11.07. No caso de pedido de demissão pelo empregado será descontado do mesmo os dias não trabalhados e eventualmente pagos pela empresa; 11.08. O prazo de duração do referido regime será de até 90 (noventa) dias, podendo ser renovado, mediante nova votação, por apenas uma oportunidade por período de até 90 (noventa) dias, com início na vigência da presente Convenção; 11.09. O cancelamento desta jornada flexível poderá ser feito a qualquer momento mediante comunicação ao Sindicato Profissional e aos empregados; 11.10. A jornada flexível poderá ser adotada em toda a empresa, em unidades fabris ou em linhas de atividades, de conformidade com a conveniência das empresas; 11.11. A redução decorrente da jornada flexível não implicará em prejuízos aos empregados relativos a décimo terceiro salário, férias e repousos semanais remunerados. Convenção coletiva Ano base 2007. Disponível no site do SIMECS: www.simecs.com.br. Último acesso em 21 de agosto de 2007.

trabalho⁵⁰, os trabalhadores do setor de recursos humanos experimentam as práticas laborais contemporâneas como naturalizadas. Esses trabalhadores dizem que o trabalho está bom como forma de defesa engendrada coletivamente⁵¹, também durante as entrevistas coletivas, como estratégia para manter o próprio trabalho. Nardi e Silva (2005, p. 94-97, 100) esclarecem a forma como Foucault propõe que se pense esse agenciamento e essa naturalização a partir da compreensão das técnicas de si. Essa tecnologia de si não é inventada pelo trabalhador, são esquemas que o sujeito encontra na cultura e que são propostos, sugeridos ou impostos pela sociedade. Essa apropriação dos elementos da cultura remete para as relações de poder-saber entre os sujeitos e os jogos de verdade que, adquirindo uma legitimidade social, passam a sustentar uma determinada forma de dominação e assim exercem uma dupla função: dominação e identificação. Nesse agenciamento da subjetividade pelas práticas laborais através das relações de poder, as verdades produzidas vão servir de justificativas tanto para as formas de dominação quanto para as de resistência, marcando os modos de subjetivação de cada contexto. Na medida em que essas verdades são tomadas como naturalizadas por esses trabalhadores, elas são as formas de resistência que ficam precárias.

Em vários momentos, os trabalhadores referem a sobrecarga de trabalho, o aumento do controle e da burocracia. Dizem que tinham mais autonomia no desempenho das suas funções; que havia dificuldades de dar conta do trabalho; que havia exigências constantes no trabalho e com relação ao próprio mercado de trabalho; que a remuneração poderia ser melhor; que as imposições dos regimes de

⁵⁰ Os estudos da Psicodinâmica do Trabalho de Christopher Dejours podem auxiliar nesse entendimento. Nesta dissertação, não desenvolveremos uma análise mais detalhada a partir desse conceito, pois o faremos a partir da concepção foucaultina como definimos em nosso referencial teórico.

⁵¹ Trata-se de um mecanismo de defesa conservador segundo a Psicodinâmica do Trabalho, pois não modifica a organização do trabalho, mas a mantém.

horas extras, banco de horas e a disponibilidade eram constantes para com a empresa, mas tudo isso aparece desconectado e/ou negado pelo trabalhador como precarização de sua condição laboral. Eles não estabelecem uma relação entre as situações atuais de trabalho e uma certa precarização de sua condição de trabalhador. A banalização e a naturalização das práticas laborais cunham as subjetividades podendo marcá-las com o estigma da servidão voluntária. Algumas expressões revelam uma certa precarização das condições de trabalho, quando perguntamos sobre a situação atual de trabalho bem como se a atual situação de trabalho permite desenvolver planos pessoais: *“O que me deixa insatisfeito em todos os locais é a burocratização do trabalho... é importante ter controle... mas não tanto.”*; *“além de aumentar o volume aumentou a burocratização e a gente se sente mais lento... impotente”*; *“no RH a gente é um serviço. Falta o humano!”*; *as empresas ao invés de investirem em sua mão-de-obra interna, demitem... e contratam alguém do mercado*; *“insegurança”*; *“a remuneração só me permite investir em estudo”*; *“sobrecarga em todos os setores”*; *“fazemos horas extras aos sábados”*; *“tenho que cumprir as metas, na real o meu trabalho não interessa para eles”*; *“hoje a gente perde muito tempo pedindo amém para tudo”*; *“não me permite nada a longo prazo”*; *“não tenho ainda estrutura para dar melhor atenção financeira à esposa, filha, viagens e moradia”*; *“a remuneração só me permite investir em estudo”*; *“o pagamento de algumas horas extras na empresa permite a execução de algumas coisas, como ter uma renda e o pagamento dos estudos”*; *“mas agora não tem mais hora extra, tem só o banco de horas”*.

Na corrida pela manutenção do trabalho não se pode parar para pensar, pois, como afirma Virilio (1996), a corrida é eliminatória, suscita mais reflexos do que reflexões. Assim, mantém-se a naturalização das atuais práticas

laborativas contemporâneas flexibilizadas e globalizadas que impede um exercício ético de liberdade. Participar desse mundo do trabalho é estar implicado nessa lógica do agenciamento da subjetividade naturalizada nos jogos de poder e verdade.

5.6 SAÚDE

De modo geral, os trabalhadores implicados em nosso estudo não associam saúde e flexibilização do trabalho contemporâneo. Mencionam a densidade do trabalho, a aceleração das mudanças, o acúmulo de funções, a multifuncionalidade como contingências do trabalho contemporâneo. O estresse e o cansaço são associados ao atual ritmo acelerado do modo de viver e organizar a vida, não estando relacionado diretamente às necessidades e demandas laborativas, mas à necessidade de dedicarem-se ao trabalho e ao estudo ao mesmo tempo, por exemplo.

Sant'Anna (2005) afirma que a subjetividade contemporânea passa pela noção de corpo e que o corpo se tornou o lugar da identidade humana, pois na contemporaneidade é através do corpo que mostramos quem somos e por isso há uma preocupação obsessiva com ele. Para ela, o homem transparente (p. 25) é fascinado pela imaterialidade física, teme carregar muito corpo, muita memória, muita identidade. Usa a transparência como possibilidade de passar por tudo e por todos sem nunca ser detido. É um sujeito eterno que substitui o direito à saúde pelo de não mais morrer. O que nos mostra Rolnik (2005), com tanta “consistência”, parece revelar o que os trabalhadores do setor de recursos humanos tentam velar para si próprios. Esses trabalhadores parecem não poder parar para pensar a

possibilidade de um corpo doente, assim como não podem pensar na própria saúde. Segundo Dejours (1994), parece haver uma intensificação de mecanismos coletivos de negação dos riscos e do sofrimento decorrentes do trabalho. Em vários momentos referem o cansaço, estresse, a densidade do trabalho, mas tal como a precarização, isso parece naturalizado. Aparecem expressões com relação à saúde quando solicitados a dizer o que pensam quando se fala em "trabalhar": *“penso em qualidade de vida”*; *“uma renda salarial justa e sem riscos de saúde ocupacional”*; *“penso numa coisa boa que faz bem para saúde se for feita com vontade”*.

Um profissional da saúde, participante de um grupo de entrevista coletiva, deu-nos a seguinte contribuição: *“Cito Dejours: ... ‘o trabalho nunca é muito em relação à saúde e favorece seja a doença, seja a saúde’”*. Se retomarmos autores como Canguilhem e Dejours, podemos pensar que a saúde se constitui como uma noção vulgar, que está ao alcance de todos, pois é da ordem da experiência, do acontecimento, do corpo vivido, e ser saudável é poder lidar com as infidelidades do meio, como ensina Canguilhem, e que, na atual configuração do trabalho contemporâneo, global e flexível, talvez a maior infidelidade do meio laboral seja justamente a flexibilização. Poder lidar com a flexibilização do trabalho e seus efeitos, fazendo um exercício de normatividade num mundo global onde flutuações e acontecimentos são possíveis é, também, poder reconhecer-se saudável. Mas o trabalhador que encontramos em nossa pesquisa parece muito mais com a raça dos "infatigáveis", como o define Sant'Anna (2005), do que com o sujeito normativo de Canguilhem. Os trabalhadores do setor de recursos humanos se mostram muito mais como "raça de infatigáveis": impacientes, apressados, correndo o risco de serem compulsivos e depressivos, inquietos, incertos, amedrontados de não serem suficientemente ágeis, criativos, flexíveis, vendo-se ameaçados pela vertigem da

compulsão consumista e pela depressão aniquiladora, como diz a autora. Os corpos desses trabalhadores precisam ser longilíneos, ágeis, flexíveis. O organismo humano deveria trabalhar mais rápido, queimar os alimentos com facilidade e transformá-los em energia produtiva (homem-máquina). Felizmente pudemos ouvir um traço de resistência-potência: “*a gente não é uma máquina*”.

Segundo Ehrenberg (apud SANT’ANNA, 2005), revela-se um “cansaço de ser eu mesmo”. Ele relata em seu livro que as doenças no trabalho cada vez mais estão relacionadas ao aumento das cobranças, à depressão relacionada à demanda de decidirmos sozinhos e, permanentemente, sobre o que deve ser comprado, vendido, consumido em nome da saúde e do bem-estar. Esse sujeito “*flex*”, substitui o direito à saúde pelo de não mais morrer (SANT’ANNA, 2005) e tem uma noção mercadológica da saúde. A felicidade e o bem-estar tornam-se mais que um objeto ideal de consumo, tornam-se um direito e um dever. Como adoecer, se a saúde se eterniza e se consumimos a promessa do infinito bem estar?

A interseção entre o trabalho, a subjetividade e a flexibilidade pode ser atravessada e entrelaçada pela saúde quando entendemos que:

A saúde é a liberdade de dar o que comer ao corpo quando com fome, de deixá-lo dormir quando tem sono, de dar-lhe açúcar quando com baixa glicemia. Não é normal estar cansado e com sono, não é normal ter uma gripe... Pode que seja normal ter algumas enfermidades. O que não é normal é não poder cuidar dessa enfermidade, não poder ir para a cama e deixar-se levar pela enfermidade, não poder parar de trabalhar durante a gripe e depois poder voltar. (DEJOURS, 1986, p. 11 apud CAPONI, 1997, p. 306).

A saúde, assim, é definida como a possibilidade de fazer um certo exercício de normatividade frente às pressões e “infidelidades do meio” colocadas pelo trabalho. Mas, como ser normativo, se: “*Eu era tão rápida*”; “*além de aumentar o volume aumentou a burocratização e a gente se sente mais lento... impotente*”?

5.7 EMPRESA E TRABALHADOR COMO OBJETOS DE CONSUMO

As imagens sempre foram importantes, mas talvez não tanto como agora. A condição pós-moderna nos captura cada vez mais numa trama de imagens. O trabalho imaterial (LAZZARATTO; NEGRI, 2001), enquanto relação de serviços na interface consumo/produção, produz-se e é produzido através da publicidade e da comunicação. Para Harvey (1993), as imagens se tornaram mercadorias. A publicidade e as imagens da mídia passaram a ter um papel muito mais integrador nas práticas culturais, assumindo muito mais importância na dinâmica de crescimento do capitalismo. A publicidade já não parte da idéia de informar ou promover voltando-se cada vez mais para a manipulação dos desejos e gostos mediante imagens que podem ou não ter relação com o produto a ser vendido. Para o autor, o capitalismo agora preocupa-se predominantemente com a produção de signos, imagens e sistemas de signos e não com as próprias mercadorias. Através das tecnologias da informação e da comunicação, muitas imagens podem ser vendidas em massa instantaneamente no espaço. A imagem se torna importantíssima principalmente em torno das associações que decorrem dela: qualidade, responsabilidade, confiabilidade, inovação, prestígio. A imagem como dispositivo de controle serve para estabelecer sinopticamente uma identidade no mercado, colocando-se como objeto a ser desejado. Isso se aplica também aos mercados de trabalho. Passa a ser parte integrante da busca de identidade individual, auto-realização e significado na vida. No jogo de imagens, as empresas colocam-se como catedrais (SANT' ANNA, 2005) que abrem passagem para alma do trabalhador. As atuais catedrais da indústria oferecem a salvação para a alma do trabalhador (LAZZARATTO; NEGRI, 2001) que deve descer à oficina. É a alma que

interessa a essas catedrais sendo que o corpo deve ficar de passagem (SANT'ANNA, 2005). Assim escutamos os trabalhadores de recursos humanos afirmar em que se deve *“viver um dia de cada vez pensando que o amanhã é incerto, não existe mais estabilidade... independente do tipo de contrato o trabalhador deve ser produtivo”, “tu investes tanto em ti... e chega um momento que teu conhecimento já é muito... para o trabalho que tu realiza... daí tem que pegar e ir embora...”*, *“não depender só da empresa... se desenvolver independentemente... se a empresa proporcionar as oportunidades ótimas; senão vão buscar fora...”*, *“o objetivo da empresa é lucro... ela investe em conhecimento só até onde ela precisa”, “as empresas ao invés de investirem em sua mão-de-obra interna, demitem... e contratam alguém no mercado”, “às vezes é até melhor ser estagiário em função da mão-de-obra mais barata... se tiver diminuição no quadro, nunca vai ser o estagiário...”*, *“estamos na mão-de-obra indireta... existe a lei de mercado... que é bastante responsável pelos riscos”*. Para a autora, a subjetividade contemporânea passa pela noção de corpo, um corpo que está sempre de passagem, como o desses trabalhadores pelas catedrais da indústria e da tecnologia, fadados a fazer o corpo render e a alma ser transparente, passando por tudo e por todos sem nunca ser detida (SANT'ANNA, 2005, p.24). Pode-se pensar em um certo falso nomadismo (GUATTARI apud SANT'ANNA, 2005), pois a primeira impressão é que há nomadismo por toda parte. No entanto, *“tudo circula”* e parece estar imutavelmente fixo e imóvel, pois há mais agitação do que nomadismo. Nesse pós-modernismo efêmero e agitado, o papel do simulacro (HARVEY, 2006) exerce um papel fundamental na modelagem das identidades. Empresas e trabalhadores mostram-se como simulacros perfeitos do sucesso, de competência e prosperidade. Numa das entrevistas coletivas um trabalhador afirmou categoricamente: *“a questão não é*

trabalhar, mas onde e o que fazer “ afirmação esta que encerrou a discussão acerca de como vêem sua situação atual de trabalho.

Um exercício de agenciamento da subjetividade como mercadoria tal como aponta o conceito de trabalho imaterial (LAZZARATO; NEGRI, 2001) pode se observado a partir desse dispositivo, quando um gestor nos revelou a seguinte estratégia de seleção de pessoal praticada pela empresa: *“quem trabalha aqui é porque escolheu a X; é assim que ela se coloca no mercado”*. Da mesma forma, outro gestor comentou e orgulhosamente que *“as pessoas adoram a Y. Elas adoram trabalhar para ela”*. É impressionante o jogo de forças que dá sentido a esse discurso do novo *mangement*, quando um dos respondentes do questionário, empregado numa dessas mesmas empresas, afirmou que quando pensa em trabalhar, pensa: “Y”, não fornecendo mais nenhuma informação, apenas o nome absoluto da empresa onde trabalha. Para esse trabalhador a empresa é um objeto de consumo idealizado e é assim que ele se oferece a ela.

Ainda quando falam em trabalhar algumas expressões revelam que *“trabalhar é estar comprometido e inserido dentro de um contexto organizacional correspondendo às expectativas e se sentindo parte de um grupo”*.

É justamente nesse ponto que somos levados a pensar o quanto as empresas como os trabalhadores se colocam numa posição de objetos. Objetos de consumo a serem consumidos e que nesse consumismo todo ambos se auto-consomem, numa realidade autofágica imediatista. Exemplificamos com as idéias trazidas nas entrevistas: *“estar numa multinacional é uma grande escola”*; *“se desenvolver independentemente... se a empresa proporcionar as oportunidades, ótimo; senão, vai buscar fora”*; *“tudo é oportunidade, aprendizado pessoal e profissional”*; *“... só de estar em uma empresa deste porte já me dá currículo para ir*

além”; “às vezes tu tem os requisitos, mas não tem a oportunidade... tu fica no teu lado, daí tem que pegar e ir embora”.

Constata-se isso quando vemos as opiniões que dizem buscar adquirir o perfil do profissional que vai ter um espaço no mercado de acordo com as novas exigências, e/ou que a tendência não é ficar mais 15 ou 20 anos em uma empresa, porque seria ficar bitolado; ainda, dizem-nos isso, quando referem que nas organizações o perfil individual de cada um não importa. Na visão da empresa, não dá para qualificar a todos, pois isso não é mais papel da empresa, e cada um tem que investir por si mesmo. As empresas, ao invés de investirem em sua mão-de-obra interna, demitem e contratam alguém do mercado.

Isso nos remete ao que Suely Rolnik (1997) diz sobre os toxicômanos de identidade. Ela coloca que a globalização ao mesmo tempo intensifica e pulveriza as identidades produzindo kits de perfis-padrão de acordo com a demanda do mercado. Evidencia-se um consumo de uma identidade *prêt-à-porter* (p. 22). Esse consumidor de subjetividade consome qualquer droga, inclusive um perfil de trabalhador ideal, completo e desejável no mercado de trabalho para não ficar sem o trabalho. O trabalho assume o *status* de droga ideal sem o qual não se consegue felicidade, qualidade de vida, possibilidade de consumir. O trabalhador-toxicômano consome a droga trabalho como promessa de felicidade e sucesso sem a qual não consegue organizar a vida.

Por um lado, vemos as empresas se colocando como bens de consumo desejáveis com seus benefícios, contratos de trabalho, empregos e remuneração através dos quais constroem uma imagem de sucesso pronta para ser consumida, que se torna um ideal do trabalhador-consumidor. O que as empresas dão em troca ao trabalhador-consumidor? Empréstam a ele aquela mesma imagem

idealizada, que as fazem tão desejadas. Assim, ao consumir a empresa-objeto-de-desejo, o trabalhador-consumidor sente incorporando para si próprio aquela imagem de desejo, sentindo-se ele próprio um objeto ideal. Este trabalhador-consumidor ao incorporar a imagem de sucesso idealizada sente-se, então, capaz, bem sucedido, potente e com potencial de manutenção do próprio trabalho. Por outro lado, o trabalhador-consumidor coloca-se como um objeto que pode causar desejo à empresa, pronto a ser consumido a qualquer momento. Nessa plasticidade operada na subjetividade, o desejo, antes condição humana, pode colocar-se, agora, como objeto consumo. Tira do trabalhador a condição de sujeito desejante e o transforma em objeto, objeto de consumo que, como canibal, consome imagem, conhecimento, trabalho. Nessa relação não de sujeitos desejantes, mas de objetos prontos a serem consumidos, é que se consomem e deterioram as relações. A natureza humana desejante é substituída por uma relação de objetos que se consomem e se deixam consumir. Consoante essa lógica, ressaltamos o pensamento de Suely Rolnik (1997), no texto *Uma Insólita Viagem à Subjetividade*, onde ao iniciarmos a viagem, ainda temos a noção de um interior e um exterior, separados tal como a pele do nosso corpo opera uma fronteira mesmo a pele sendo nossa. Na seqüência de etapas “varias forças entram constantemente em jogo, fazendo entre si diferentes combinações”.(ROLNIK, 1997, p.26). Não conseguimos mais saber o que emerge do interior ou do exterior; tal como a torção engendrada na fita de Möebius, onde não se identificam o dentro e o fora e perde-se a fronteira, os limites. O dentro e o fora são indissociáveis e ao mesmo tempo inconciliáveis, em que um detém o outro e o fora desmancha o dentro. Da mesma forma que a pele apresenta suas dobras, cada forma de existir ou de organizar a vida é uma dobra da pele, que produz uma figura da subjetividade. Da mesma forma, os modos de subjetivação são construídos pelo

atravessamento dos processos concretos do mundo, num imbricamento entre o fora, do mundo exterior, e o dentro, do sujeito, formando uma tessitura. Conforme afirma Foucault (2004), nas sociedades de controle, não há exterioridade, nós estamos sempre dentro, sempre implicados.

O que observamos é que se colocando como objetos, trabalhadores e empresas, ficam incapazes de criar uma coletividade. Criam uma “colatividade” onde um fica colado, grudado ao outro, sem espaço para um exercício reflexivo ético. Geram uma relação de dependência em que um não consegue “existir” sem o outro e, ao contrário de uma relação ética, consolida-se uma relação perversa em que um usa o outro como objeto. A “colatividade”, na medida em que coloca empresas e trabalhadores como objetos de consumo, torna mais difícil a construção de modos de resistência coletivos, seja pela debilidade na estabilidade dos vínculos, seja pela fragilidade que a flexibilização e a precarização do trabalho acarretam ao trabalhador. Principalmente, quando esses trabalhadores vivenciam “fora” da vida laboral os efeitos da flexibilização ou quando a precarização do trabalho “aparece” despercebida ou mesmo negada. Nesse sentido, parece haver uma intensificação de mecanismos coletivos de negação dos riscos e do sofrimento decorrentes do trabalho. (DEJOURS et al., 1994).

Para Foucault (2004), o sujeito ético é aquele que pode fazer um exercício de liberdade, num exercício de si sobre si, pois a reflexão ética remete para a relação do sujeito com a verdade. Mas esse trabalhador parece não refletir eticamente fazendo um exercício de uma relação consigo, pois toma a trama dos jogos de verdade como algo naturalizado. Em certos aspectos, quando tomados pela colagem parecem não conseguir refletir sobre seus modos de viver e organizar a existência para que a vida seja uma expressão de uma obra de arte singular.

Poderíamos aqui refletir um pouco sobre a arte e o que ela nos oferece através de um ato criativo. Para Marcel Duchamp (1957, p.73), no ato criador, o artista passa da intenção à realização. Mas acrescenta que é justamente nesse espaço, nesse intervalo entre a intenção e a realização, que falta um elo. Para ele, é essa falha que representa a inabilidade do artista em expressar integralmente a sua intenção; nessa diferença entre o que quis realizar e o que na verdade realizou é que reside a potencialidade da obra de arte. Foucault (2004, p. 286) nos fala que a arte de viver depende do grau de liberdade com que se vive o que fica prejudicado em um contexto onde a “colatividade” impede o exercício de liberdade.

Para Rolnik (1997), uma relação ética é aquela que estipula termos para um não degradar o outro.

Talvez por isso mesmo o respeito à vida não seja simplesmente o objetivo final, mas, muito mais, o modo de existência dos seres, durante toda a sua duração. Em suma, entende-se por ética o estabelecimento de relações nas quais, no lugar da dominação, se exercem *composições* entre os seres; estas não são nem adequações harmoniosas entre diferenças, nem fusões totalitárias fadadas a tornar todos os seres similares. Trata-se de estabelecer uma composição na qual os seres envolvidos se mantêm singulares, diferentes, do começo ao fim da relação: a composição entre eles realça tais diferenças sem, contudo, degradar qualquer uma delas em proveito de outras.(p.95)

Do ponto de vista deste estudo, desejamos que as reflexões que construímos ao longo de nossa pesquisa, e em conjunto com trabalhadores e gestores, possam produzir espaços para que estes espaços operem como guardiãs de um exercício de liberdade de si sobre si que permita a produção de um sujeito ético capaz de apropriar-se dos destinos de sua vida e possa, assim, vivê-la e cuidá-la como uma obra de arte singular.

5.8 TRAÇOS DE POTÊNCIA-RESISTÊNCIA

Segundo Foucault (1995), o sujeito constitui-se através das relações de poder. A subjetividade se produz em relações de poder a partir de jogos de forças de potência-resistência, pois, para o autor, o que define uma relação de poder é um modo de ação que atua sobre as ações dos outros, ou seja, na forma de uma ação sobre outra ação e que, quando se fecham todas as possibilidades de ação ou a única ação que se pode exercer diante dos outros é a passividade, então já não podemos falar em relações de poder, mas de uma violência. Da mesma forma, o autor afirma ainda que uma relação de poder só pode ser articulada num jogo onde a liberdade é sua condição e que sem a possibilidade de resistência o poder seria mera imposição ou violência.

En este juego la libertad bien puede aparecer como la condición para ejercer el poder (al mismo tiempo que es su precondition, ya que la libertad debe existir para que el poder pueda ser ejercido, y a la vez ser su apoyo permanente, ya que sin la posibilidad de resistencia, el poder podría ser equivalente a la imposición física). [...]El ejercicio del poder no es un hecho desnudo, un derecho institucional o una estructura que se mantiene o se destruye: es elaborado, transformado, organizado, se asume con procesos que están más o menos ajustados a una situación. (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Por isso ele afirma que, ao analisar-se o poder, devemos ter como ponto de partida as formas de resistência contra as diferentes formas de poder usando a resistência como catalisador químico. Do mesmo modo, o autor sugere analisar o poder através do “antagonismo de estratégias”, ou seja, analisar a sanidade através do campo da insanidade. Assim, o exercício do poder aciona o exercício da resistência.

Durante as entrevistas coletivas, pudemos observar pontos de fuga, de potência-resistência relacionados ao trabalho e a seus efeitos nos modos de viver,

construídos ao longo das mesmas. Nesse sentido, ao analisarmos o eixo "trabalhar para manter o trabalho", percebe-se algo que pressiona, tenciona e coloca em questão este modo de trabalhar que podemos pensar como resistência-potência. Essas expressões parecem produzir um certo exercício de liberdade: "*a questão toda tem um preço, digo sempre: me devolve a minha vida*", "*não se consegue mudar se não se desligar do lado pessoal*", "*tento burlar algumas regras*⁵²", "*a gente não é uma máquina*".

Esse exercício de liberdade, enquanto possibilidade de resistência a uma "colatividade", é que abre a possibilidade de algum exercício reflexivo ético, pois, "o grau de liberdade com que se vive a vida depende da arte de viver, do desenvolvimento de uma estética da existência e da construção de estratégias para estabelecer formas mais recíprocas de posicionamento nos jogos de verdade e poder". (NARDI; SILVA, 2005, p. 103). A reflexão ética, para Foucault (2004), pode ser traduzida em: *Como se pode exercitar a liberdade?* E o autor procura mostrar que as pessoas podem ser muito mais livres do que pensam que realmente são.

A partir das formas como se articulam a formação dos saberes, os sistemas de poder e os jogos de verdade implicados no trabalho, podemos pensar em brechas operadas por estas expressões de potência-resistência e pode-se vislumbrar algum exercício de liberdade por parte desses trabalhadores, ainda que imersos nas estratégias de naturalização antes discutidas.

⁵² Estudos da Psicodinâmica do Trabalho e suas bases teóricas como a Ergonomia tratam do assunto mais especificamente. Para melhor análise desse dado, ver nota de rodapé número 50, página 128 dessa dissertação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da imaterialidade do trabalho contemporâneo, foi possível emergir a materialidade deste estudo que busca compreender os efeitos da flexibilização do trabalho no trabalho do setor administrativo, dando-lhe, então, uma certa visibilidade (material).

Atualmente a descontinuidade, acarretada pela grande velocidade com que modos de trabalhar, de produzir e de organizar a vida desmancham-se e precisam ser reconfigurados e construídos novamente, causa sofrimento, mas também possibilita um novo olhar, e um novo olhar pode traduzir-se na invenção de um novo lugar. É nesse sentido que esse estudo faz uma aposta e um reconhecimento aos exercícios de potência-resistência travados pelos trabalhadores pesquisados. As construções feitas por esses trabalhadores sobre o significado do trabalho indicam uma alta centralidade do trabalho afetando os modos de viver e organizar a vida, pois referem que é a partir de sua atividade laboral que organizam a vida profissional, familiar, social e lazer. Além disso, referem o investimento em termos de tempo e recursos financeiros advindos do trabalho em estudos e atualização de conhecimentos que entendem como fundamentais para manterem-se no mercado de trabalho e assim manterem também sua qualidade de vida e seus projetos futuros. Embora apontem o valor do trabalho em termos de satisfação e realização, também lhe atribuem um valor instrumental, associando-o ao valor do dinheiro, à necessidade de trabalhar e à sobrevivência. Mas, são nas brechas desses modos de organizarem a existência que emergem suas resistências - “a gente não é uma máquina”, “devolve a minha vida” -, traduzindo-se numa possibilidade de fazer um exercício reflexivo da liberdade, capaz de produzir uma

“inquietação de si” (FOUCAULT, 2004), podendo vir a tornar-se uma prática de transformação da vida e das outras vidas, podendo fazer da experiência de si uma obra de arte, conforme sugere o autor.

Quando iniciamos esse estudo, ***buscamos analisar os efeitos da flexibilização do trabalho nos modos de trabalhar e na saúde dos trabalhadores administrativos do setor de recursos humanos da indústria metal-mecânica*** da cidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, onde o trabalho se inscreve e produz uma plasticidade subjetiva que pode levar esses trabalhadores a se reconhecerem a partir de certas práticas laborativas.

Procuramos inicialmente levantar os sentidos que esses trabalhadores fazem acerca da flexibilização do trabalho contemporâneo e os efeitos que eles identificam nos seus modos de trabalhar e na sua saúde. Nosso principal eixo de discussão é organizado tendo em vista o entendimento que esses trabalhadores fazem acerca da flexibilização para, então, identificar alguns dos efeitos dela decorrentes, assim como compreender como eles se articulam à saúde e aos modos de trabalhar e organizar a vida desses trabalhadores. Tal como ensina Duchamp (1957) com relação ao ato de criar, há sempre um desencontro entre aquilo que procuramos e aquilo que encontramos. No ato de criar falta um elo, mas é nessa diferença entre o que o artista quis realizar e o que, na verdade, realizou. É nessa diferença que está a potencialidade de uma obra de arte; nesse intervalo entre a intenção do que permanece inexpresso embora intencionado, e o que pôde ser expresso embora não intencionalmente. Aí pode residir um enigma criador, a potencialidade de um novo olhar. Se for no inacabado de algo que reside seu potencial de criação, esses trabalhadores que participam de nosso estudo, a seu modo, nos mostram como é possível resistir buscando algumas brechas, ainda que

a intensidade da "colatividade" seja a face mais visível de sua experiência, tornando possível inventar certos modos de experimentar e organizar a vida. Da mesma forma, se for no inacabado de algo que reside sua potência enigmática e criadora, reconhecemos que este estudo continua nos pressionado a procurar aquilo que ainda se encontra inacabado.

O que pudemos aprender até aqui? ... *Pas encore*, ainda não! Aprendemos com o inacabado das coisas e é esse inacabado que continuará nos movendo na busca de conhecer e pesquisar, pois, ... *aquilo que é importante continua sempre faltando. Portanto, o sonho não pára de se infiltrar nas lacunas.* (BLOCK, p. 37.).

A potencialidade se dá no desencontro entre intenção e expressão. A potência está no ainda não, no inacabado. Assim, o desejo de algo sempre abre um novo enigma, e a subjetividade é ainda um enigma que desejamos continuar a pesquisar e decifrar. Por isso, aquilo que nos move é ainda um *pas encore*... ainda não.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, K.F.; ROCHA, M.L. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, São Paulo, Vol. 4 num. 23, p. 64-73, 2003.

AGULLÓ, E.; OVEJERO, A. (Coords.) **Trabajo, individuo e sociedad**. Madri: Pirâmide, 2001.

BAUMAN, Z. **A modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BAUMAN, Z. **Globalização: conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BAUMGARTEN, Maira. Reestruturação produtiva e industrial. In: CATTANI, A.D.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Vozes/Ed. da Universidade, 2006.

BECK, U. **La sociedad del riesgo hacia una nueva modernidad**. Barcelona: Paidós Básica, 1986.

BLOCK, E. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj Contraponto, 2005.

BREITBACH, A. C. M. O desenvolvimento da região de Caxias do Sul. **Scripta Nova**. Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Vol. VI, núm. 170, 1 de agosto de 2004.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 6. ed., Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006.

CAPONI, S. Georges Canguilhem y el Estatuto Epistemológico del Concepto de Salud. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, IV (2): 287-307, jul. -out. 1997.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: BÓGUS, L; YAZBEK, M. C. e BELFIORE-WANDERLEY, M. (orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede** - a era da Informação: economia, sociedade e cultura; v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, A. Processo de trabalho I. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN L. **Dicionário trabalho e tecnologia**: Petrópolis: Vozes/Ed. da Universidade, 2006.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 6. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 4. ed., São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Subjetividade, ação e trabalho. Revista **Produção**. São Paulo: v. 14, n.3, p. 27-34. Set./Dez. 2004.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. In: FOUCAULT, M. **Estética, ética e hermenêutica**. Introdução, tradução e edição a cargo de Angel Gabilondo. Barcelona: Paidós, 1999.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1987.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, M. A ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade (1984). In: MOTTA, Manuel Barros (Org.) **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. Foucault (1984). In: MOTTA, Manuel Barros (Org.) **Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **A história da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. **A microfísica do poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Banco de dados sobre o trabalho das mulheres. www.fcc.org.br. Último acesso em 07 de janeiro 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Publicações FEE. www.fee.tche.br Último acesso em 07 de janeiro 2008.

GALEAZZI, I. Precarização do Trabalho. In: CATTANI, A.D.; HOLZMANN L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**: Petrópolis: Vozes/Ed. da Universidade, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GRISCI, C. L. I. Controle rizomático. In: CATTANI, A.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2006.

GRISCI, C.L. I. Trabalho imaterial. In: CATTANI, A.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2006.

GRISCI, C. L. I.; CIGERZA, G.; HOFMEISTER, P. Tempo, resistência e consentimento na reestruturação produtiva no trabalho bancário. REAd – **Revista Eletrônica de Administração**. Ed. 54, v.12, N.6, nov-dez, 2006.

GUARESCHI, N.; HÚNING, S. **Foucault e a psicologia**. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2005.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HERÉDIA, V. Novas tecnologias nos processos de trabalho: efeitos da reestruturação produtiva . **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2004, vol. VIII, núm. 170 (9). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-170-9.htm> [ISSN: 1138-9788]. Último acesso em 08 de janeiro de 2007.

HEREDIA, V.; PERUZZO, J. Implicações Tecnológicas nos Processos de Trabalho na Indústria Caxiense. **Cadernos de Pesquisa**, v.6, n.3, 1998.

HOLZMANN, L.; PICCININI, V. Flexibilização. In:CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2006.

HOLZMANN, L. Processos de trabalho II. In:CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. www.ibge.org.br Último acesso em 07 de janeiro de 2008.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LANCMAN, S.; SZNELWAR, L.I.(Orgs.) **Christophe Dejours** - da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; Brasília: Paralelo, 2004.

LARANJEIRA, S.M.G. Fordismo e Pós-Fordismo. In: CATTANI, A.D. **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes/Ed. da Universidade, 2002.

LAZZARATTO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividades. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LAZZAROTTO, V. A. **Pobres construtores de riqueza**: absorção da mão-de-obra e expansão industrial na Metalúrgica Eberle: 1905-1970. Caxias do Sul: UCS, 1981.

LIEDKE, E. R. Processo de Trabalho. In: CATTANI, A.D. **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes/Ed. da Universidade, 2002.

_____. Relações de Trabalho. In: CATTANI, A.D. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Vozes/Ed. da Universidade, 2006.

_____. Trabalho. In: CATTANI, A.D. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Vozes/Ed. da Universidade, 2006.

LIMA, M. E. A. **Os equívocos da excelência**: as novas formas de sedução na empresa. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARASCHIN, C. Pesquisar e Intervir. **Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social** – ABRAPSO. São Paulo: Vol. 16, num. 1, Edição Especial, p. 98-107, 2004. ISSN 0101-7182.

MEDA, D. **El trabajo un valor en peligro de extinción**. Barcelona: Editorial Gedisa: 1998.

MERLO, A. R. C. Transformações no mundo do trabalho e a saúde - O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo. In: **Associação Psicanalítica de Porto Alegre**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, p.271-278, 2000.

MERLO, A. R. C. **A informática no Brasil**: prazer e sofrimento no trabalho. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ UFRGS, 1999.

MERLO, A. R. C. et al. O trabalho entre prazer, sofrimento e adoecimento: a realidade dos portadores de lesões por esforços repetitivos. **Revista Psicologia & Sociedade**; 15 (1): 117-136; jan./jun.2003.

MERLO, A. R. C.; BARBARINI, N. Reestruturação produtiva no setor bancário brasileiro e sofrimento dos caixas executivos: um estudo de caso. **Revista Psicologia & Sociedade**, vol. 14, número 1, p.103-122, 2002.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (BRASIL). **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO**. Brasília: TEM, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. **Doenças Relacionadas ao Trabalho – Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde**. Brasília: MS, 2001.

NARDI, H. C. **Ética, trabalho e subjetividade**: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NARDI, H.; SILVA R. **Ética e subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos**. In: GUARESCHI, N.; HÚNING, S. (Orgs.). **Foucault e a psicologia**. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2005.

NARDI, H.C; TITTONI, J; **Subjetividade e Trabalho**. In: CATTANI. A.D.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Vozes/Ed. da Universidade, 2006.

NARDI, H. C.; YATES D. B. **Transformações contemporâneas do trabalho e processos de subjetivação: os jovens face à nova economia e a à economia solidária**. **Estudos de Psicologia**. Vol. 10 número 1, p. 95-103. 2005.

OFFE, C. **Trabalho: a categoria sociológica chave?** In: **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ORTEGA, F. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

PELBART, P. **A Vertigem por um fio – Políticas da Subjetividade Contemporânea**. São Paulo: FAPESP, Iluminuras, 2000.

PELBART, P. **Vida capital – Ensaio de biopolítica**. São Paulo: FAPESP, Iluminuras, 2003.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBAS BLANCH, J. M. **Teoria de las relaciones laborales** – Desafios. Barcelona: Editorial OUC, 2003.

RIBAS BLANCH, J. M. Empleo y desempleo: Viejos conceptos em nuevos contextos? Em Agulló, E. y Ovejero, A. (Eds.), **Trabajo, individuo y sociedad**. Perspectivas Psicosociológicas Sobre el Futuro Del Trabajo. Madrid: Pirâmide, 2001.

ROLINK, S. Uma insólita viagem à subjetividade: fronteiras com a ética e a cultura. In: LINS, D. (org.). **Cultura e subjetividade**: saberes nômades. Campinas: Papirus, 1997.

SANT'ANNA, D. **Corpos de Passagem**: ensaios sobre a subjetividade contemporânea. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

SENNETT, R. **A Corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SENNETT, R. **A Cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, E L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC. 2001.

SILVA, R. N. **A invenção da psicologia social** – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

TITTONI, J. Saúde Mental. In: CATTANI, A.D.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Petrópolis, RJ: Vozes/Ed. da Universidade, 2006.

TITTONI, J. Saúde Mental: saúde mental, trabalho e outras reflexões sobre a economia solidária. In: MERLO, A. R. C. **Saúde e trabalho no Rio Grande do Sul**, realidade, pesquisa e intervenção. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

TITTONI, J. **Trabalho, poder e sujeição**: trajetórias entre o emprego, o desemprego e os “novos”modos de trabalhar. Porto Alegre: Dom Quixote Editora, 2007.

TONI, Miriam de. Visões sobre o trabalho em transformação. In: **Sociologias**, n.9, Porto Alegre, Jan/Jun 2003.

VIRILIO, P. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

Estudo Internacional sobre a Qualidade de Vida e de Trabalho

APENDICE

Termo de Consentimento